ANO 33.º QUINTA-FEIRA, 5 DE NOVEMBRO DE 1953 N.º 11.109

# Diario de Lisbôa

DIRECTOR — JOAQUIM MANSO
DIRECTOR-ADJUNTO — NORBERTO LOPES

TELEFONES: 2 0271, 2 0272 e 2 0273
ENDEREÇO TELEGRAFICO: *DIBOA*
REDACÇÃO, COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO RUA LUZ SORIANO, 44 a 48 — LISBOA
PROPRIEDADE DA RENASCENÇA GRÁFICA ADMINISTRAÇÃO — RUA DA ROSA, 57, 2.º
EDITOR — J. CHRISOSTOMO DE SÁ
NUMERO AVULSO: 80 CENTAVOS

O ministro discursando no acto de posse

# O ministro do Ultramar

## proferiu um importante discurso

## ao dar posse esta manhã

## ao governador de Cabo Verde

Tomou hoje posse do cargo de governador de Cabo Verde o sr. dr. Manuel Marques Abrantes Amaral.

O acto efectuou-se ás 11 horas, no gabinete do subsecretário do Ultramar, e a ele assistiram, além do sr. comandante Sarmento Rodrigues, ministro daquela pasta, o sr. porf. Raul Ventura, subsecretário, e numerosas individualidades, entre as quais se destacavam os srs. drs. José Bossa e Pamplona Corte Real, respectivamente, secretário-geral do ministério e chefe de gabinete do ministro, Manuel Monteiro, inspector superior das Alfandegas Coloniais; dr. João Pedro de Faria, director do Hospital do Ultramar; dr. Banha da Silva, agente-geral do Ultramar; coronel Ribeiro da Silva, comissário nacional adjunto da M. P., antigos governadores-coloniais, directores-gerais e inspectores superiores do Ministério do Ultramar, comerciantes de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Angola, etc.

### Fala o ministro do Ultramar

Depois de lido e assinado o auto de posse, o sr. ministro do Ultramar proferiu um notável discurso em que começou por se referir ao momento político que atravessamos, em pleno periodo preparatório de eleições, «o que não impede que a administração publica decorra

(Continua na ultima página)

# Numa reunião em Braga

## o ministro do Interior respondeu

## *a diversas críticas da Oposição*

BRAGA, 5—(Pelo telefone)—O sr. ministro do Interior deslocou-se hoje a esta cidade para assistir á reunião que esta tarde se efectuou na sede da Junta de Província do Minho para troca de impressões acerca do próximo acto eleitoral.

O sr. dr. Trigo de Negreiros foi recebido pelo chefe do distrito e autoridades locais, sendo-lhe oferecido um almoço no Bom Jesus, após o que se dirigiu em seguida para o Governo Civil, onde se realizou a reunião.

Assistiram á reunião, além do chefe do distrito e do presidente da comissão distrital da U. N., os presidentes de todas as camaras do distrito e das comissões concelhias da U. N., além de outras individualidades de relevo

Falaram diversos oradores, para salientar a importancia do acto eleitoral de domingo e o entusiasmo que se nota entre o eleitorado do distrito, considerado o baluarte e o santuário do nacionalismo português, por ter sido a cidade de onde partiu o grito de revolta em 28 de Maio.

Usou depois da palavra o sr. ministro do Interior, que proferiu o seguinte discurso:

### O discurso do ministro

«As autoridades administrativas e as comissões políticas da União Nacional manifestaram-me, por intermédio do governador-civil, o seu desejo de que a minha visita a este distrito coincidisse com o fim da campanha eleitoral. Queriam significar-me, por um lado, que a propaganda da Oposição não abalara a sua fé nos princípios, nem perturbara a sua fidelidade aos homens que os exprimem e simbolizam e, por outro, afirmar a sua solidariedade com quantos, sacrificando a saude e as comodidades, não hesitaram em restabelecer a verdade e em pugnar pela justiça sempre que uma ou outra foram ofendidas.

Ainda que as ocupações dos ultimos dias justificassem a escusa para aceder á vossa solicitação, aqui estou para vos dizer quanto me sensibilizaram as vossas palavras e quanto me serviu de conforto o apreço em que tendes a minha apagada acção na campanha que hoje vê o seu termo. De qualquer modo, teria que vir

(Continua na 14.ª página)

# Epístola aos novos

## e aos governantes

## *pelo eng.º Cunha Leal*

### 1 — Explicação prévia

*Não é de uso corrente enviar uma só carta a duas entidades, quando os assuntos a versar não são absolutamente os mesmos. No caso de identidade de matéria e pluralidade de destinatários, a carta resvala para a categoria de circular. Não é este o caso presente, de modo que seria lógico desdobrar em duas esta epístola. Não o faço contudo. Os manes de M.me de Sévigné e S. Paulo que me perdoem.*

*Procedo assim porque o tempo de relativa liberdade eleitoral está esgotado e eu não disponho dos vagares que a ambos eles não faltavam para escreverem, com vernácula clareza, respectivamente, ao escol francês e aos coríntios.*

*Vou alinhavar ràpidamente as minhas considerações, sem mais desperdícios preambulares,*

### 2 — Quem é o signatário desta epístola

Sou oriundo do centro da Beira-Baixa e filho de gente de recursos modestos, que se arrancou á doçura da vida provinciana para poder proporcionar aos filhos uma profissão honrosa, para o que importava submetê-los á aprendizagem escolar nos vários escalões do ensino. A mutação do cenário da vida dos meus progenitores foi para eles tão dolorosa como uma amputação física. Devi-lhes muito e por isso a sua memória é para mim sagrada.

Quando, há 53 anos, penetrei no átrio do Liceu do Carmo, o unico que então existia em Lisboa, o pobre provinciano, bisonho, feanchão e mal entrapado, que eu era, encontrou-se transplantado para um meio de meninos e moços, entre os quais predominavam os filhos de famílias abastadas. Ao contacto com eles, senti-me inferiorizado. Ensimesmei-me. Mas, como, desde sempre, fui atreito a reacções de altivez, o meu orgulho, encabritando-se, manifestou-se sob a forma de intensificação da minha capacidade de apreensão e relacionação de conhecimentos e da minha devoção ao estudo, que, até então, tinha sido assaz reduzida. No fim do primeiro ano de frequência do Liceu Camões, era tido como o melhor aluno deste estabelecimento de ensino. E, até obter o diploma de engenheiro militar em meados de 1912, fui sempre o chefe de fila dos mais aptos dentre os estudantes meus contemporaneos.

Digo isto sem falsa modéstia, porque foi assim mesmo. Acrescentarei que esta situação escolar privilegiada a não conquistei á custa de subserviências para com os mestres, alguns dos quais se tornaram meus verdadeiros amigos, entre eles o dr. Rui Teles Palhinha, que Deus conserve ainda por muitos anos e bons no rol dos vivos.

Após o advento da Republica—era eu então aluno da Escola do Exército, em que o ensino era de qualidade inferior—promovi uma campanha no jornal «O Intransigente», visando o rejuvenescimento e modernização da sua organica escolar, campanha que culminou com a votação parlamentar dum inquérito àquele estabelecimento. O meu depoimento foi inspirado por uma sinceridade sem temores. Os mestres despeitados não se atreveram a arremeter contra o escolar insubmisso, mas, tendo parte deles aderido aos vencedores, vim encontrá-los mais tarde a barrar-me o caminho, quando entrei na vida prática. Para que estes obstáculos não me detivessem, vi-me forçado a arrombar

(Continua na 6.ª página)

# Um novo método

## *para o tratamento*

## do cancro do pulmão

NOVA YORK, 5—O dr. Hugh F. Hare, de Los Angeles, numa comunicação feita á Sociedade Americana da Luta contra o Cancro, apresentou um novo método para tratamento do cancro do pulmão. Este método consiste no «bombardeamento» da região cancerosa por meio de rais X de dois milhões de volts. e das regiões vizinhas susceptiveis de ser atacadas pelo mal. 42 doentes foram tratados em Los Angeles por este método, dos quais, 23 estavam em tal estado que não era possivel qualquer intervenção cirurgica. Dos 42, cinco encontram-se já completamente curados e não apresentam o menor vestigio de cancro.—(F. P.).

# O problema político

## nos seus aspectos actuais e futuros

## *visto pelo prof. dr. Antunes Varela*

Um depoimento importante é este que se arquiva hoje do prof. dr. João Antunes Varela, da Faculdade de Direito de Lisboa. A personalidade do nosso entrevistado é bem conhecida, e bem justifica que se recolha o seu depoimento sobre o actual momento politico.

—Para dar um rumo definido á minha resposta—diz-nos—e não fugir aos termos da pergunta formulada, importa advertir que estamos em face do problema da eleição de uma assembleia que não gozará comcerteza de poderes constituintes e dentro da qual está de todo o modo assegurada pelo menos uma maioria substancial a favor do actual regime. Nessas condições, as unicas palavras que me acodem ao espírito para dizer ao seu jornal referem-se naturalmente ás linhas gerais das soluções que, em minha modesta opinião, se impõem quanto a algumas das questões mais debatidas durante a campanha eleitoral em curso.

Quanto a essas questões, o nosso entrevistado declarou:

—Destaca-se, entre todas, por diversas razões, a chamada *questão social*. A disciplina, estabelecida em termos satisfatórios, das relações do capital com o trabalho constitui na verdade, á luz da própria razão e do exemplo instrutivo de alguns povos estranhos, o unico antídoto eficaz contra o comunismo: só o maior nivelamento económico-social da população proveniente duma solução geral equitativa desse problema poderá inclusivamente permitir a livre constituição de duas ou mais forças dentro do xadrez político nacional, sem perigo iminente de subversão dos mais altos valores espirituais e morais da comunidade. Além disso, a intervenção directa dos poderes publicos na resolução do litígio corresponde a uma exigencia particular do sistema. Se o Estado corporativo, em nome dum bem compreendido interesse nacional, condena em princípio a luta sindical livre, constitui-se automàticamente no direito (perante a empresa, á qual favorece ainda muitas vezes, em nome do mesmo pensamento, com à atenuação ou

(Continua na 3.ª página)

OS APROVEITAMENTOS HIDROELÉCTRICOS

# O Ministério da Economia

## responde novamente ao eng.º Cunha Leal

*Do gabinete do sr. ministro da Economia, recebemos o seguinte comunicado:*

«1—Tinha-se manifestado o propósito de pôr termo á discussão na Imprensa com o sr. eng.º Cunha Leal, quanto ás afirmações por ele proferidas, em discurso publico, sobre o Plano de Fomento e, designadamente, acerca de certos aspectos da política de electricidade e da instalação no nosso País da industria de azotados.

Porém no seu discurso de domingo em Vila Nova de Gaia e numa carta anteontem publicada, o candidato oposicionista insiste em pro-

(Continua na 7.ª página)

TRANSPORTADO PARA O PORTO NOS AVIÕES DA T. A. P.

## HÁ 30 ANOS

# A criação dos bichos de sêda

O «Diário de Lisboa» de 5 de Novembro de 1923 noticiava que o «Diário do Governo» ia publicar um diploma tendente a intensificar a criação dos bichos de seda, e um técnico explicava que, das três variedades existentes, só era cultivada em Portugal a «Bombyx mori», que vive da amoreira, mas que se poderia desenvolver também a «Philosimia ricini» que aproveita as folhas do rícino (carrapateiro), planta que nasce espontanea em certos lugares e que se pode cultivar mesmo em terrenos impróprios para outras culturas como charnecas pedregosas.

# A posse do novo comandante

## de Artilharia Pesada n.º 1

No quartel de Artilharia Pesada n.º 1, em Sacavém, realizou-se hoje, de manhã, a cerimónia da entrega do comando ao novo comandante, sr. coronel João Carlos Guedes Quinhones de Pórtugal da Silveira.

O acto efectuou-se ás 10 e 30, no campo de jogos, onde se encontrava formado, na sua máxima força, o regimento, sob o comando do 2.º comandante sr. tenente-coronel Afra Nozes.

O sr. coronel Alpoim fez a entrega do comando da unidade ao seu sucessor, e, após o desfile da formatura, o antigo comandante procedeu á apresentação dos oficiais, primeiro, e, depois, dos sargentos, ao sr. coronel Portugal da Silveira, acto que se realizou na sala do comando.

# VIDA MUNDANA

RECEPÇÃO

O sr. de Adendorff, adido da Imprensa da União da África do Sul, e sua esposa dão, no próximo dia 10, ás 18 e 30, na chancelaria da respectiva legação, na Avenida António Augusto de Aguiar, 23, 5.º, uma recepção em honra do historiador sul-africano dr. Willem Punt.

Mais um numero de «Sempre Fixe», mais um êxito.

A primeira página, de mestre Stuart Carvalhais, é uma graciosa *boutade* em que o seu lápis traça, mais uma vez, verdadeiros tipos nacionais, com uma legenda popularuncha, mas muito engraçada.

Nas outras páginas, Santos Fernando, Sanz Vieira, José Rosado, Manuel Martinho, Raul da Costa, Carlos Pinhão, e muitos outros habituais colaboradores dão, também, um ar da sua graça. Na parte artistica, larga colaboração nacional e estrangeira, da melhor oportunidade.

Na próxima semana «Sempre Fixe» começará a anunciar um grandioso e original concurso a que se destinam três valiosos prémios pecuniários, que, certamente, vai interessar muito o publico.

# CARLOS DE OLIVEIRA

Encontra-se em Lisboa o nosso amigo sr. Carlos de Oliveira, grande industrial do Porto, que ontem esteve no «Diario de Lisboa». Agradecemos a sua visita que muito nos penhorou.

# A marinha portuguesa

## no exercício «Mariner»

O almirante McCormick, comandante supremo aliado no Atlantico, enviou para os Açores, onde o sr. capitão-de-mar-e-guerra Galeão Roma, orientou, com a colaboração do 1.º tenente Henrique de Noronha, diversas fases do exercício «Mariner», um expressivo rádio a manifestar a sua satisfação pela forma como o mesmo exercício decorreu e o seu apreço a todos os oficiais portugueses pela colaboração que lhe prestaram.

O almirante McCormick afirma que «o exercício «Mariner» representou para nós um passo em frente no nosso grau de preparação».

# Movimento marítimo

## Chegou o «Serpa Pinto»

Procedente de Curaçau, La Guaira, Vigo e Funchal, chegou hoje ao Tejo o paquete «Serpa Pinto» com 70 passageiros, a maior parte dos quais embarcados na Madeira.

No Funchal, foram entregues ao capitão do navio os Portugueses António Graça Pessoa e Artur Fernandes da Costa, que haviam embarcado clandestinamente em Lisboa, no paquete «Vera Cruz», com o intuito de seguirem para o Brasil. Foram porém descobertos na viagem para a Madeira, e vão agora responder por tentativa de emigração clandestina.

## Navio-motor «Amerskerk»

Em nome da Companhia de Navegação Holandesa Holland-Australie Lijn, e do sr. A. Verboon, comandante do navio-motor «Amerskerk, a casa Wiese & C.ª, Limitada, oferece amanhã, 6, ás 17 e 30, durante uma visita áquela unidade mercante, atracada no Cais da Rocha Conde de Óbidos, um «cocktail» a numerosas individualidades.

# A F. N. A. T. e os teatros

Na sede da F. N. A. T. vão ser distribuidos gratuitamente, aos seus associados beneficiários, a partir de amanhã, bilhetes para o espectáculo a realizar no Teatro Nacional de S. Carlos, na tarde do próximo dia 15, com a apresentação da ópera portuguesa «Tá-Mar», de Ruy Coelho. Igualmente continuam a ser aceites requisições de bilhetes para os espectáculos do Teatro Monumental, com um desconto apreciável sobre o preço de tabela.

# PEQUENAS NOTICIAS

### DESASTRES

CAIU DO «ELECTRICO»—O carteiro Manuel Ramos Valente, de 40 anos, morador na Rua de S. João da Praça, 97, 4.º, caiu dum carro «eléctrico» na Rua do Arsenal e sofreu contusões na cabeça, pelo que due entrada na sala de observações do Hospital de S. José.

COLHIDA POR UM AUTOMOVEL — A menor de 2 anos, Isabel Maria Braga, moradora na Rua dos Remédios, 50, 1.º, foi colhida por um automóvel na vizinha Rua da Lapa e sofreu fractura duma perna. Deu entrada no Hospital de S. José.

### BAILE DE ESTUDANTES

No próximo domingo, pelas 16 horas, realiza-se, no salão nobre dos Bombeiros Voluntários Lisbonenses, na Rua Camilo Castelo Branco, 33, uma «matinée» dançante, organizada pelos antigos alunos das Escolas Técnicas Ferreira Borges, Machado de Castro, Marquês de Pombal, Rodrigues Sampaio e Veiga Beirão. A festa é abrilhantada por Manuel Viegas e pelo seu conjunto: Orquestra «Big-Ben».

### PUPILOS DO EXERCITO

Realiza-se amanhã, 6, pelas 16 horas, a cerimónia da aposição das insignias do grau de comendador da Ordem de Instrução Publica, com que foi agraciada a bandeira do Instituto dos Pupilos do Exército. A direcção da Associação dos Antigos Alunos convidou todos os associados e ex-pupilos a comparecerem na 1.ª Secção daquela instituição (a São Domingos de Benfica).

### GRUPOS ONOMASTICOS

No dia 15, comemora o grupo onomástico «Os Josés de Portugal» o seu 9.º aniversário, que passou em 1 do corrente, realizando-se nesse dia, pelas 11 e 30, uma missa, por alma dos Josés falecidos, na igreja de S. José, no Largo da Anunciada. Pelas 12 e 30 efectuar-se-á um almoço de confraternização, na Pastelaria Marques.

### ACTUÁRIOS PORTUGUESES

Na reunião do Nucleo de Estudos dos Actuários Portugueses, que se efectua hoje, pelas 21 e 30, na sede, Rua Rodrigo da Fonseca, 76, 2.º, Dt.º, o sr. dr. Gustavo de Castro continua a tratar da «Teoria da Decisão Estatistica», iniciando a apresentação do tema «Jogos de Estratégia».

### JANTAR DE HOMENAGEM

Esta noite, no restaurante «Vera Cruz», um numeroso grupo de arganilenses reune-se num jantar ao redor do sr. coronel dr. Elisio da Fonseca, um dos mais prestigiosos dirigentes da colónia da comarca de Arganil, em Lisboa, recentemente aposentado de chefe da Repartição de Saude do Ministério do Ultramar.

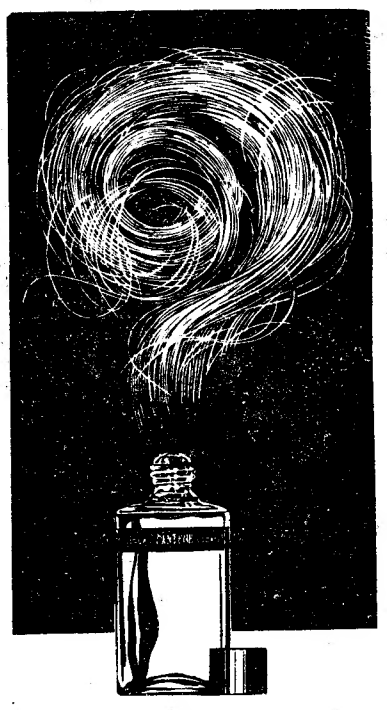
# SUFRÁGIOS

### Candido E. Guedes Quinhones da Silva Pereira

Passando amanhã o décimo aniversário do falecimento de Candido E. Guedes Quinhones da Silva Pereira, seus pais mandam rezar missa de sufrágio no altar-mor da igreja da Encarnação, ás 11 e 30.

### Duques de Bragança

O conselho administrativo da Fundação da Casa de Bragança, como nos anos anteriores, manda celebrar amanhã, aniversário da morte de D. João IV, ás 11 horas, no Panteão dos Agostinhos, em Vila Viçosa, exéquias solenes por alma dos duques de Bragança, as quais serão presididas pelo arcebispo de Évora. A oração funebre será proferida por frei Fernando Vasco Pedro Ferreira.

detém a queda dos cabelos
elimina a caspa
evita o embranquecimento precoce

PRIMEIRA LOÇÃO VITAMINADA

Pantène S. A., BALE

PANTÈNE

Cavalo Estoril
TEL. 730

HOJE — Quinta-feira, 5
depois das 21 horas
no «WONDER-BAR»
JANTARES E CEIAS
— BAILE —
com o esplêndido conjunto musical
TONY AMARAL
e o pianista internacional
NICK POWER

Consumo minimo 40$00
(Para adultos)
Sabado, 7
«A NOITE — SWING»

SERRADAYRES—Branco ou tinto é o vinho que convém oferecer á sua família e aos seus amigos

SERRADAYRES—É um vinho de superior qualidade, que deleita o apreciador mais exigente

Há mais de meio século que é preparado com uvas seleccionadas

Vinho Serradayres

QUANTO MAIS ANTIGO MAIS PRECIOSO

J. A. DA COSTA PINA
Rua do Alecrim, 69
LISBOA

AGENTES

COSTA, PINA & VILAVERDE, L.da
Rua Formosa, 297
PORTO
E PROVINCIAS

AGÊNCIA MAGNO
FUNDADA EM 1874
Telef. 43189-43180-55301-62772-CC 22
R. DE SANTA MARTA, 52-A, 56-A
Não confundir esta quase secular casa com outra há pouco criada com nome semelhante

NINA
BOITE DE NUIT
BREVEMENTE
Sensacional estreia de uma jovem Parisiense
(PARA ADULTOS)

Bifes à cortador, Oh! Lacerda
Avenida Berna, 36-A, modernizado, aguarda a visita dos seus clientes

DR. FERREIRA MALAQUIAS
Retomou a clínica

Pastelaria S. João, L.da
Salão de Chá, Café e Bilhares. Restaurante
Serviço á Carta
Avenida Paris, 3-A — Telef. 78400

# Declarações políticas do prof. dr. Antunes Varela

(Continuação da 1.ª página)

a eliminação da livre concorrencia nos mercados internos) e no dever (em face das classes trabalhadoras) de garantir, dentro de certos termos, uma remuneração condigna dos vários elementos da produção. Ora, sob esse aspecto, o panorama económico-social do País, se não invalida de modo nenhum—bem pelo contrário—as premissas do intervencionismo, é todavia de molde a exigir uma intensificação da política geral conducente em ultimo termo á melhoria do nível de vida das classes trabalhadoras. O confronto do salário médio do nosso trabalhador rural ou do próprio operariado em geral com os lucros de muitas empresas industriais ou com os próprios vencimentos da burocracia de direcção económica do País (a qual nenhuns riscos corre sequer no exercicio da respectiva actividade), quando percebidos em regime quase sempre odioso de *acumulação*, revela desde logo a existencia de *desniveis* que excedem em larga medida as diferenças de teor de vida justificáveis, á luz da razão, pela diversidade das aptidões e exigencias naturais dos individuos.

—E quais as medidas concretas que reputa mais adequadas para a realização dessa politica?

—No ultimo relatório do director-geral da Organização Internacional do Trabalho faz-se a apologia entusiástica do aumento da produção nacional como o processo mais eficaz de melhorar indirectamente o nível de vida das classes mais necessitadas; e a mesma tese tem sido ultimamente defendida entre nós por pessoas da maior responsabilidade. Creio todavia que no próprio capítulo da *repartição* há, mesmo por agora, bastante para corrigir. Deixando de lado a reforma tributária (cujo estudo parece estar em curso), a próxima Assembleia e o Governo deveriam sobretudo esforçar-se por promover uma política de fixação de *salários justos*. Não esquecendo que o salário justo, dentro da mais rasgada concepção corporativa, tende a incluir tudo quanto, dentro das receitas da empresa, excede o *justo lucro* desta e o *justo juro* do capital. Para a realização de semelhante tarefa, não se torna necessário eliminar nem alterar, mas apenas completar, a articulação económico-social do País criada pelo corporativismo; e nada é necessário inovar também na letra ou no espírito do *Estatuto do Trabalho Nacional*. Mas longo caminho se torna necessário percorrer ainda no dominio dos factos. Que á futura Assembleia e ao próprio Governo não faleça o animo para tanto indispensável.

—E quanto ao problema político português?

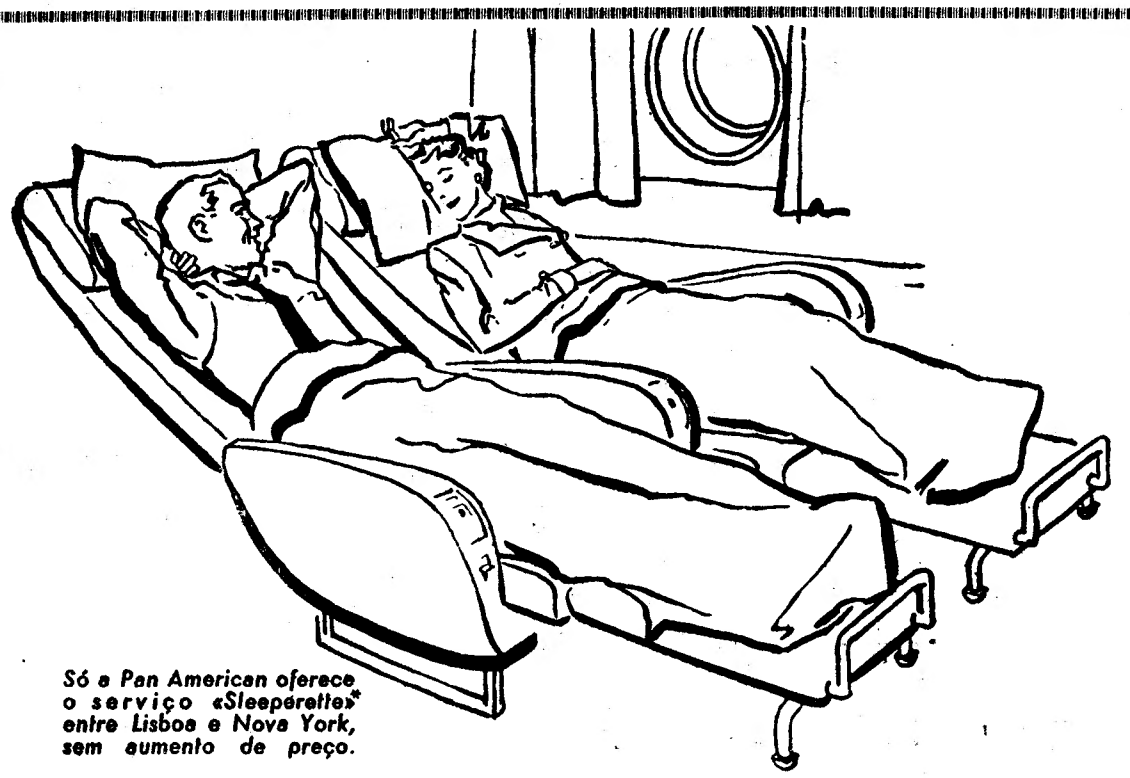
—O actual regime tem sido acusado pelos adversários, como sabe, de ter criado no povo português uma espécie de «*atonia politica*» e, por uma forte corrente dos seus simpatizantes, de não ter sabido consolidar ainda, em instituições político-jurídicas adequadas, as concepções ideológicas fundamentais do pensamento nacionalista. Abstraindo de saber até que ponto são fundadas essas acusações e dos meios anticonstitucionais ou praeterconstitucionais reclamados na sequencia delas, ficam apenas para discutir, relativamente á primeira, a liberdade de organização política e a abolição do regime de censura muito solicitados por determinados sectores á margem da presente campanha. Ora, a propósito da chamada liberdade de *associação política*, temos de recordar que ela conduziu na Republica parlamentar a um pluralismo partidário, incapaz por natureza de dar ao Executivo a estabilidade que ainda hoje, em pleno regime parlamentar, lhe dá o tradicional bipartismo (fundamental) do povo inglês; a divisão partidária consumiu o melhor das energias do País numa luta emocional permanente toda debruçada sobre os interesses particulares dos grupos, sem folego natural, por falta de elementos organicos adequados para ascender ao estudo sistemático dos problemas de interesse nacional; a luta demagógica pelo Poder, que indirectaomente contribuia para a ruina material da Nação, serviu ainda para corromper muitos serviços e abalar alguns dos mais fortes esteios morais e espirituais da colectividade; para tentar remediar os males existentes, perdida a fé na eficácia dos meios constitucionais, tornou-se quase habitual o recurso aos processos revolucionários, os quais em vez de salvar só agravam a situação. E temos de acrescentar que, a avaliar pela simples amostra da presente campanha, o regresso ao regime de facções não parece ainda hoje capaz de produzir melhores frutos, mesmo dentro dos moldes constitucionais vigentes. Estou certo, portanto, de que nem o Governo nem a Assembleia, a serem intérpretes fieis do sentimento da grande massa da Nação que quer acima de tudo trabalhar em paz, ordem e liberdade, deixarão de ter a personalidade e o bom senso necessário para impedir o regresso a métodos ou processos comprovadamente incapazes de servir os interesses superiorres da Nação. Ao povo português pode servir de exemplo, nesse aspecto, a própria nação inglesa que, a par duns tantos principios, tanto do agrado do pensamento demo-liberal, soube conservar outras tantas instituições (como a realeza, as distinções nobiliárquicas, uma profunda tradição em muitos costumes e instituições) que tanto desagradam ao mesmo pensamento no comum dos restantes países.

—Mas quer V. dizer que a União Nacional traduz a fórmula capaz de solucionar, em termos satisfatórios, o problema da organização política dos Portuguneses?

—Antes de responder concretamente a essa pergunta, importa que lhe diga o que eu suponho ser a União Nacional. Não se trata positivamente dum *partido totalitário*, do género dos partidos comunistas, pelo facto de nela se predicar a subordinação ao Estado ao direito, á moral e ás garantias fundamentais dos indivíduos. Tão pouco se trata, segundo creio, dum *partido unico*, pela razão simples de não ser um partido. Não é um partido *ideológico*, do tipo dos partidos do sec. XIX, visto dentro da organização caberem pessoas com uma distinta posição em face dos problemas fundamentais que estão normalmente na base da divisão partidária do referido tipo (dentro dela cabem realmente republicanos e monárquicos, liberais e antiliberais, católicos e indiferentes em matéria religiosa, etc.). E também não é um partido-classe, do tipo dos partidos comunistas, principalmente nas primeiras fases da sua organização, visto dentro da mesma associação caberem pessoas das mais diversas classes e condição social. Trata-se, antes, duma organização cívica de base supra partidária, cujo quadro ideológico se pode dizer (embora sem grande rigor) que compreende apenas os pontos comuns ás diversas correntes de pensamento opostas entre nós á concepção materialista totalitária do comunismo. Compreendo perfeitamente, porém, que por uma ou outra razão—por causa da mentalidade partidária de alguns dos membros e dirigentes, por pruridos de independencia individual, etc.—nem todos os militantes para cá daquela divisória dêem a sua adesão ao organismo em causa. Mas a verdade é que esse facto, dada a nenhuma interferencia decisória da U. N. na vida dos poderes publicos, não impede o livre acesso desses indivíduos nem aos cargos de simples *designação* nem aos lugares de *escolha* pelo eleitorado.

A propósito da questão da liberdade de Imprensa, o sr. prof. Antunes Varela declarou por fim:

—Seria altamente deseiável, sem duvida, que todos os sectores da opinião publica pudessem contribuir, por meio duma crítica livre e honesta, para o progressivo aperfeiçoamento das instituicões vigentes; e que da parte dos serviços directamente visados pela crítica houvesse por seu turno o maior espírito de tolerancia e compreensão. Mas para os beneficios da livre apreciação crítica serem uma realidade em matérias de tamanha delicadeza, é indispensável que a generalidade dos que vêm a publico dizer de sua justiça tenha um mínimo de culto pela verdade e um mínimo de pudor intelectual nos juizos de valor que profere ou insinua. De contrário, o sistema apenas serve para criar, mesmo áquem da zona das infracções criminais, um ambiente torvo de ressentimentos e malquerenças, que afastaria da vida política um grande numero dos que poderiam prestar os melhores serviços á Nação e prejudicaria em larga escala o estudo sereno e metódico dos grandes problemas. Ora, o tom geral da presente polémica, conduzida por pessoas que se candidatam a um dos mais altos postos da vida publica, mas que não hesitaram em descer a autenticas *falsidades* (como essa—contra a qual eu posso testemunhar de modo directo—de o Governo português ter sido objecto de uma censura de certo organismo internacional por causa do regime de trabalho seguido no Ultramar) convence-me da prematuridade da medida solicitada; mas o conhecimento de casos anteriores doutra ordem também me convence da necessidade de alargar os limites da apreciação crítica da actividade dos entes publicos, para o que se torna imprescindivel a nomeação de censores de mais amplo e rasgado critério, capazes sobretudo de distinguirem por si a crítica construtiva, embora irreverente, da pura tentativa de agitação subversiva encoberta pela capa dum falso espírito crítico.

*Só a Pan American oferece o serviço «Sleeperette» entre Lisboa e Nova York, sem aumento de preço.*

**AMÉRICA do NORTE**

**Dormir voando... nos novos Clippers Super-6**

Assim, é que é viajar de avião. Conforto, segurança e comodidade. A sua «Sleeperette»*, cómoda poltrona duas vezes maior do que o usual, reclinar-se-á tanto quanto desejar, até quase ficar horizontal como uma autêntica cama, onde poderá descansar ou dormir.

Se quiser, mediante uma pequena sobretaxa, poderá utilizar uma cama verdadeira com colchão de espuma de borracha.

Cocktails, hors-d'oeuvres, refeições inigualáveis confeccionadas no famoso Maxim's de Paris e acompanhadas de vinhos deliciosos, despertar-lhe-ão o apetite. Terá ao seu dispor pessoal previdente, delicado e hospitaleiro. A própria configuração do Clipper* foi imaginada pensando em si. A cabine, além da pressão regulável, possue ar condicionado e, os poderosos motores, transportá-lo-ão, voando **acima do tempo.**

Deixe que o seu Agente de Viagens trate de tudo. Os seus serviços são gratuitos. Ou, então, dirija-se à

PAN AMERICAN WORLD AIRWAYS

Sociedade Portuguesa de Agências Aéreas - Praça dos Restauradores, 46
Telefones: 21181 — 21182 — 27737 — 31928 — 31929.
Directo: Serviço de Reservas 30455 e 34308 — Aeroporto 70031.
Ext. 44, Serviço Permanente de Informações.

*A Linha Aérea de Maior Experiência* PAA PAN AMERICAN

* Marca Registada de Pan American World Airways, Inc.

**No Porto, dorme-se bem na pousada Pão de Açucar — Rua do Almada, 262 - Telef. 22425**

# Teatros e Cinemas

## Atrás do reposteiro

A companhia do Teatro Monumental chegou ontem a Lisboa vinda do Norte, seguindo no sábado para Évora, onde vai representar a comédia «Ela não gostava do patrão».

—A declamadora Berta Singerman depois dos recitais de Lisboa irá ao Porto e a algumas das principais cidades da Provincia.

—Continuam os trabalhos preparatórios da nova organização de teatro de revista, que se projecta apresentar em Dezembro no Teatro Avenida.

—Durante a digressão da companhia de revistas do Teatro Apolo serão suspensos os ensaios da nova revista «Mãos no ar», para recomeçarem no seu regresso a Lisboa.

## Falta de espaço

Por absoluta falta de espaço, adiamos para amanhã a publicação das notas criticas referentes ao recital de Berta Singerman e á estreia de «Cruz da minha vida» (Com back little Sheba) no Império.

## Noite Luso-Brasileira

Milton Morais e Adelia Iorio, artistas da Companhia de Comedias de Alda Garrido, realizam amanhã, no Teatro Avenida, ás 20 horas e 45 e ás 22 e 45, a sua festa artistica, com um interessante programa de variedades, em que colaboram artistas portugueses do Teatro e da Rádio.

## «Pomo da discórdia»

O filme que, hoje, se estreia no São Jorge, vai, certamente, atrair numeroso publico.

«Pomo da discordia», inteiramente filmado em tecnicolor é um filme que se recorda por uma vida inteira. A sua história, de um extraordinário interesse, conta-nos a vida de uma pequenita que saiu de um orfanato para ser recolhida no lar de um casal sem filhos e sobre a qual se levanta a mais perniciosa acusação.

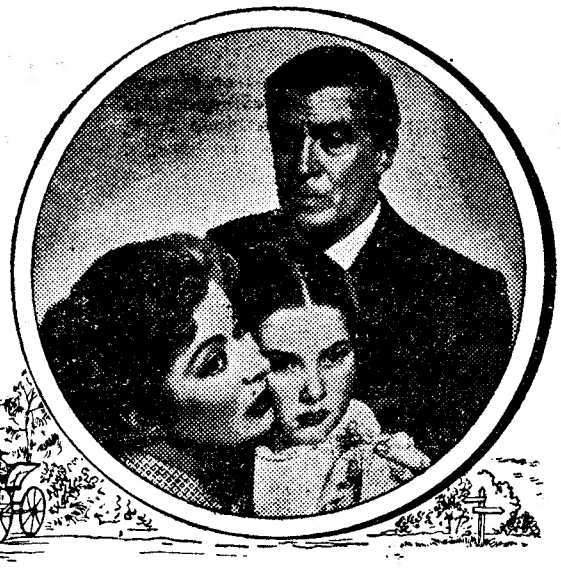
Greer Garson volta a dar-nos uma excelente prova do seu talento de comediante e Walter Pidgeon tem no papel de Patrick McChesney uma das melhores criações da sua longa carreira artistica.

JUANITA ANTON

JUANITA ANTON
A escultural bailarina da Companhia
RICHIARDI JR.
Aconselha o maior espectáculo de magia musical de todos os tempos
Cavalgada Mágica
30 LINDAS MULHERES
DURANTE 4 ÚNICOS DIAS
NO
MONUMENTAL
(Tel. 55133)
A's 20,45 e 22,45
(Para maiores de 13 anos
Sábado Matinée popular às 16 horas

SÁBADO ÁS 18 e 15
DOMINGO ÁS 11 HORAS E ÁS 18 e 15
DE NOVO NO PALCO DO
MONUMENTAL
A PEÇA INFANTIL QUE TEM SIDO O GRANDE ÊXITO DE LISBOA
Era uma vez uma princesinha
Novos e velhos, riem como nunca riram com o maior sucesso de todos os tempos
MADALENA SOTTO e VASQUINHO
á frente de uma grande companhia
Maiores de 6 anos

AVENIDA
AMANHÃ
2 SESSÕES, às 20,45 e 22,45
NOITE LUSO-BRASILEIRA
FESTA ARTÍSTICA DE
MILTON MORAIS e ADELIA IORIO
com a colaboração de
AMALIA RODRIGUES
e uma GRANDE PARADA de
ARTISTAS do TEATRO e da RÁDIO
A venda os poucos bilhetes que restam

POMO DA DISCORDIA
(SCANDAL AT SCOURIE)
Em TECHNICOLOR com extraordinária interpretação de
GREER GARSON · WALTER PIDGEON
e a pequena actriz
DONNA CORCORAN
Realização de JEAN NEGULESCO
HOJE no SÃO JORGE
UMA HISTÓRIA ENCANTADORA CHEIA DE TERNURA E SUBLIME BELEZA!
(PARA MAIORES DE 13 ANOS)


EDUARDO FUTRE
CANTOR LUSO-BRASILEIRO

EDUARDO FUTRE
Participa a todos os seus amigos e admiradores que é o novo director artistico do
Restaurante Típico
RETIRO DA BAIRRADA
Estrada da Damaia, 49
(a Benfica)
Fados e guitarradas até de madrugada. Optimo serviço de Restaurante e Bar.
Telefone 18594
(MAIORES DE 18 ANOS)

Os Fatos Usados
de homem e rapaz, calçado, etc., que V. Ex.ª tem para vender, será pago consciensiosamente, se nos chamar pelo T. 33985.

Leiam o jornal SEMPRE FIXE

VEM A LISBOA O NOVO BALLET DE
SACHA GOUDINE

MAXIME
PARA ADULTOS — O MELHOR EM TUDO
ÊXITOS E ENCHENTES!
A formosa vedeta MARY MERCHE em canções admiráveis
ENCARNITA FLOREZ e o seu guitarrista RIERA—ROSINA GRACIA — WIKI VARNET — MISS ASTURIAS — ROSITA DARGEL—BEL MARY—HERMANAS MONTIJO—ANTONITA CORONEI — HERMANAS ARILLAS
Musica de baile pela ORQUESTRA TROPICAL BOYS com MÁRIO DE JESUS e CONJUNTO FERNANDO D'ALBUQUERQUE com RICARDO LUIZ
DOMINGO A's 17,30 CHA' DANÇANTE
SELECÇÃO RIGOROSA — ENTRADA LIVRE — CONSUMO MINIMO: ESC. 10$00
TODO O ELENCO DE ATRACÇÕES

CLUB DANCING COSMOPOLITA
Para adultos
TODAS AS NOITES ENCHENTES Á CUNHA
com o mais sensacional programa do momento
AS MAIORES ATRACÇÕES MUNDIAIS
Um mundo de maravilhas como nunca se viu!
Bailarinas-Cancionistas-Coupletistas- Vocalistas
Fados e guitarradas até de madrugada

ALAN LADD
DEBORAH KERR
TEMPESTADE NO ORIENTE
PARAMOUNT
CHARLES BOYER
CORINNE CALVET


João de Vasconcelos
MIAMI
PRAÇA DA ALEGRIA, 56
Telef. 34120 Para adultos
HOJE — Inauguração das SESSÕES VERMOUTH, com início às 17,30 h. e com todas as atracções
À NOITE: Espectáculo dedicado à Companhia de Revistas de EUGENIO SALVADOR do Teatro MARIA VICTORIA e a colaboração da grande Orquestra CARAVANA

**FINALMENTE! HOJE, às 21,30, ESTREIA**

NO **POLITEAMA**

DUM FILME DE GRANDE ESPECTÁTULO

com o insuperável

## BURT LANCASTER

e a formosíssima

## EVA BARTOCK

COLORIDO POR **TECHNICOLOR**

# O PIRATA VERMELHO

**— THE CRIMSON PIRATE —**

FORMIDÁVEL REALIZAÇÃO DE **ROBERT SIODMACK**

Produção UNITED ARTISTS

**UM DRAMA DE PIRATAS CONTADO COM OPTIMISMO E HUMOR PELO QUE ESTE FILME EMOCIONANTE SE TRANSFORMA NUM MANANCIAL DE BOA DISPOSIÇÃO**

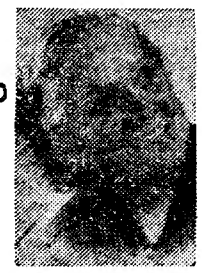
*NOTA: Acreditem no que virem neste filme, ou melhor: creiam apenas em metade do que lhes mostrarem.*

## 3.ª Companhia de Circo

**internacional, estreia, amanhã, no Coliseu, com os homens foguetes, em proezas acrobáticas, ursos negros, «cow-boys» do Far-West, super-clowns Irmãos Diaz e outras novidades**

Amanhã, noite sensacional no Coliseu. Estreia ali a 3.ª companhia internacional de circo, com as maiores estrelas mundiais. Tudo novidades e surpresas. Atracções fantásticas de emoção. Entre outras, os supervoadores Alizés, a *troupe* mais famosa e intemerata do Munia no seu género. Cow-boys do Far West. Corpulentos ursos negros da selva. Os mais fortes barristas de todos os tempos, os Ibarras, que vão provocar tempestades de aplausos. Os 5 Fehlers, espantosos aramistas. Joy More, com as suas fantasias acrobáticas, e muitos outros prodígios, como nunca se viram.

É SEMPRE CRESCENTE O ESTRONDOSO **EXITO !**



QUE SALVADOR APESENTA no **Teresa Gomes**

## MARIA VITORIA

## SAIAS UMA GRANDE REVISTA!

POR UM GRANDE ELENCO

## CURTAS

com Salomé, Tereza Gomes, Humberto Madeira, Emilio Correia, Max, Maria do Carmo, Tony de Matos e Maria José da Guia

2 SESSÕES 2

A's 20.30 e 22.45

**Max** Para adultos

## Ecrãs dos Cinemas

**ESTREIAS DE HOJE:** —«O Pirata Vermelho» — POLITEAMA —«Pomo de Discórdia» — SÃO JORGE

**SÃO LUIZ** Telef. 27172

A's 21.30, o grandioso e extraordinário filme **A MORTE DUM CAIXEIRO VIAJANTE**

Numa ossombiosa interpretação de Frederic March

(Espectáculo para adultos)

**EDEN** Telef. 20768

(Para maiores de 13 anos)

A's 15.15 - 18.15 - 21.30 **Charlie Chaplin** NA SUA GENIAL OBRA **Luzes da Ribalta**

**SÃO JORGE** Telef. 54153-Bal. 54154

A's 21.30 ESTREIA Do poema cinematográfico **Pomo de Discórdia** com Greer Garson e Walter Pidgeon

(Para maiores de 13 anos)

**ODEON** Telef. 26283 A's 21 e 15

**PALACIO** Telef. 42143

8.ª Semana do deslumbrante filme colorido indiano **PRESTIGIO REAL**

Toda a beleza, fascínio e mistério do Oriente fabuloso

(Para maiores de 13 anos)

**CAPITOLIO** TEL. 27493

A's 15.30 e 21.30 Em magnífico tecnicolor **Serpente do Nilo**

Todo o esplendor dos históricos impérios romano e egípcio, com Rhonda Fleming e W. Lundigan

(Espectáculo para adultos)

**TERRASSE** TEL. 20917 — A's 21,15h.

O AVENTUREIRO DE MISSISSIPPI **Uma mulher indomável**

ESPECTACULO PARA ADULTOS

**TIVOLI** Telefone 50595

A's 3 e 6.15 da tarde (a preços reduzidos) e 9.30 da noite

(Para maiores de 13 anos)

Charlie Chaplin no filme de génio **Luzes da Ribalta**

**POLITEAMA** Tel. 26305

Hoje, às 21.30 — Grandiosa estreia de aventuras e gargalhadas **O PIRATA VERMELHO**

(col.) com Burt Lancaster

(Para maiores de 13 anos)

**CONDES** Telef. 55131

(Para maiores de 13 anos)

A's 15.15 — 18.15 — 21.30 EXITO ABSOLUTO DE **Vento do Oriente** com Fred Mc Murray e Vera Ralston

**MONUMENTAL** TEL. 55131

A's 15.15-18.15 - 21.30 (Em ultimas exibições) O arrebatador romance da vida mexicana em deslumbrante TECHNICOLOR **SOMBRERO** com Pier Angeli, Ricardo Montalban e Yvonne de Carlo

Para maiores de 18 anos

**IMPÉRIO** Telefs.: Plateia 55134 Balcões 55135

A's 15.15-21.30: **A CRUZ DA MINHA VIDA** com a extraordinária artista Shirley Booth e Burt Lancaster

*(Espectáculo para adultos)*

**LIS** Tel. 48560

Continuo a Esperar-te

A's 21.15 **E' preciso ter azar!**

(Espectáculo para adultos)

**CASINO ESTORIL** A's 21,30

**A ILHA DO PECADO** com Silvana Pampanini

(Espectáculo para adultos)

**Helena Tavares**

## LUSO

T. DA QUEIMADA

Tel. 32889

Animador **Filipe Pinto**

Hoje, fados por: Helena Tavares, Adelaide Faria, Isaura Alice de Carvalho, Manuel Calixto, Eduardo Janeiro e o rei do humorismo JOAQUIM CORDEIRO.

**AMANHÃ :**

## Amália

**(A EXPRESSÃO MAXIMA DO FADO)**

MARCAM-SE MESAS

**Restaurante Conde Redondo**

**Rua Conde Redondo, 58**

Amanhã, 6.ª feira, autêntico BACALHAU Á MODA DO PORTO. Na próxima 2.ª feira, autêntico COELHO Á CAÇADORA.

Res. mesas — Tel. 40306

*(PARA ADULTOS)*

*EM PLENO EXITO:*

**LIMPIA Clube** TELEFONE 20919

**NO RESTAURANTE: TODAS AS NOITES CEIAS ATÉ DE MADRUGADA**

**As aplaudidas atracções:**

**LOS GITANILLOS**

em danças do mais puro estilo castiço

**ANA MARIA**

**SARA Y PILAR BERNAL**

**MARU Y ENCARNITA**

**ESTER DE MURILLO**

com o conjunto Vilaça

**TEATRO NACIONAL DE D. MARIA II**

Todas as noites às 21 e 45, a comédia de OLAVO D'EÇA LEAL

## A TAÇA DE OIRO

(Para adultos)

Palmira Bastos, Mariana Rey Monteiro, Amélia Rey Colaço e um grandioso e enco artístico

## VARIEDADES

**2 sessões às 20.45 e 23 horas**

*A Companhia* **VASCO SANTANA** *na hilariante farsa de FEYDEAU*

## O PATO

*com Vasco, Ribeirinho, Costinha, Hortense, Maria Helena, Henrique Santana, Luisa Durão e Artur Semedo*

ESPECTACULO PARA ADULTOS

**SEXTA-FEIRA, 6**

Almoço semanal do

**« F A I A »**

com ementa especial, fados e guitarradas.

Telefone 29387

## O F A I A

RUA DA BARROCA, 48 a 56

Telefone 29387

Amanhã, almoço de sexta-feira, com ementa especial e fados e guitarradas.

## FONTÓRIA

Para adultos—**O exito dos Exitos**

BALLET PASTOR

**Leiam o jornal humoristico «SEMPRE FIXE»**

# O artigo do eng.º Cunha Leal

(Continuação da 1.ª página)

muita porta, que para mim se encontrava cìosamente aferrolhada.

A circunstancia, atrás referida, criou-me uma psicologia particular de inconformista e lutador, que não se arreceia de dizer a verdade e de apontar os defeitos das instituições e dos homens, não com o prazer sádico de dizer mal, mas com o propósito sádio de concorrer para o seu aperfeiçoamento.

Finalmente, após um curto período de adaptação ou inadaptação ás nobres servidões da vida militar, fui exercer a minha actividade profissional em Angola no serviço das Obras Publicas e dos Caminhos de Ferro.

Desempenhei ali um papel util e ainda hoje tenho saudades desse período da minha existência. Projectei e construí casas, estradas e caminhos de ferro. E, sobretudo, ali casei e nasceu o meu primeiro filho, iniciando-se assim uma vida familiar, que tem sido pelos seus encantos a maior compensação dos desencantos da minha vida publica.

Quis o destino que, quando, depois dos indispensáveis estudos, andava embrenhado na construção do mais dificil trecho da nossa rede ferroviária africana—a subida da serra da Chela, a partir da Humbia—fosse declarada a guerra entre Portugal e a Alemanha e seus aliados, já porque invasores germanicos tinham violado o território do Cuanhama e do Cuamato na nossa Angola, já porque queriamos manter-nos fiéis á letra e ao espírito da nossa multisecular aliança com a Grã-Bretanha, já ainda porque ganhariamos assim jus á manutenção na nossa posse do cubiçado e ameaçado território africano de Portugal E, como os homens de então eram firmes nas suas convicções e coerentes com elas nos seus procedimentos e como eu defendia a atitude dos governantes republicanos no tocante a esse problema, consegui ser mobilizado, a meu pedido, apesar dos esforços empregados em sentido contrário pelo director-geral dos Portos e Caminhos de Ferro de Angola, engenheiro Miranda Guedes, e pelo governador-geral desta colónia, general Massano do Amorim.

Cumpri o meu dever em França durante mais de um ano. Encontrava-me de licença em Portugal, quando sobreveio o desastre de 9 de Abril de 1918. No entretanto, triunfara em Portugal o movimento chefiado por Sidónio Pas, em cuja acção depositei, de entrada, muitas esperanças. Retido em Portugal por Machado Santos, para o coadjuvar na reorganização dos serviços ferroviários, vi-me candidatado para deputado, depois de ter repudiado a tentativa de me levaram a assumir um compromisso colectivo quanto á minha orientação futura no campo parlamentar.

O decorrer dos meses convenceu-me de que essa atitude de dignidade tinha sido acertada, visto como o regime em breve enveredava pela orientação indefensável de violências liberticidas. Reagi contra elas, utilizando para isso a tribuna parlamentar, e posso, sem receio de exageros de orgulho, asseverar que a oposição de um só valeu pela oposição de muitos.

Quando, após a morte criminosa de Sidónio Pais, as Juntas Militares, com intuitos de revivalhismo, deram em preparar o retorno ás instituições monárquicas, insurgi-me, como tantos outros, e peguei em armas para defesa do regime republicano. O chamado «Movimento de Santarém», em Janeiro de 1919, terminou com uma derrota. Conheci nessa altura, pela primeira vez, as agruras das prisões políticas. O futuro reservava-me outras experiências da mesma natureza.

Restituída a Republica á sua condição anterior, empreenderam os novos governantes uma tarefa ingente—a da reconversão da economia do tempo de guerra para a do tempo de paz—bem como esta outra não menos dificultosa—a da readaptação dos salários e vencimentos aos novos valores duma moeda cada vez mais depreciada pelos sucessivos acréscimos da circulação fiduciária, com que, em grande parte, se ia fazendo face ás despesas excepcionais de guerra. Para esse efeito, seguiu-se a orientação inspirada nos princípios do liberalismo económico, confiando-se nas mutuas acções e reacções de patrões e operários para se atingir o equilibrio, enquanto o Estado desenvolvia esforços, mais ou menos meritórios, para sustar a inflação.

Aos homens publicos de então faltava capacidade técnica e energia para fazerem face ás dificuldades provindas dum fenómeno político, económico e social de tamanha transcendência, tanto mais que, no meio século anterior, não se haviam registado exemplos, susceptíveis de os ensinarem a transpor ou a ladear os escolhos, que se lhes iam deparando na sua marcha com frequência vertiginosa.

De resto, os irredutiveis adversários da Democracia não se esqueciam de amplificar as dificuldades, para o que excitavam por meio de agentes provocadores as naturais insatisfações do operariado e da classe média e paralisavam a sua acção governativa, fazendo sua esta divisa alheia: exigimos de vós a liberdade em nome dos vossos princípios, para, mais tarde, vos negarmos a liberdade em nome dos nossos. Não admira, pois, que, em tais condições, pouco a pouco a Democracia se transmudasse em demagogia, a liberdade descambasse em licença e a autoridade governativa se reduzisse a um fenómeno de miragem. Recorde-se, por exemplo, que a «União dos Interesses Económicos» ia fazendo uma revolução em Portugal porque o Governo da presidência de Álvaro de Castro quis instituir um imposto de cinco centavos sobre cada garrafa de cerveja.

Em todo o caso, apesar da defeituosa contextura do sistema dos partidos políticos, chegou-se, através das maiores dificuldades, a uma situação de equilibrio entre o poder de compra da moeda e o valor nominal dos salários e vencimentos, sem sacrifício do nível de vida da grande massa dos Portugueses. O método liberal, nesta emergência da vida nacional, revelara-se vagaroso e inquietante, mas sem que por isso se houvesse tornado mais dura a condição humana da nossa gente.

Quebrando a ordem lógica da minha exposição, devo pôr em relevo que, depois da segunda Grande Guerra, o Estado Novo português se viu a braços com situação similar, podendo desta vez, para definir uma linha de conduta, inspirar-se num exemplo, que ainda estava vivo na memória de todos os Portugueses com mais de um quarteirão de anos.

Adoptou-se então o porcesso de regular o fenómeno por via autoritária e não pelo livre jogo de forças sociais contraditórias. A' medida que se iam verificando acréscimos do custo de vida, reprimiam-se as naturais insatisfações dos trabalhadores manuais e intelectuais do País e, quando se tornava intolerável a sua situação económica, decretavam-se acréscimos nos salários e vencimentos. As características fundamentais destes fenómenos de periodicidade irregular eram duas: 1) o excessivo desfasamento entre as variações do custo de vida e as dos rendimentos dos elementos populares; 2) uma baixa do seu nível de vida, mesmo após a determinação destas ultimas variações. E assim estamos ainda nos tempos que vão correndo.

Nestas condições, se o processo tumultuário do passado, apesar de todos os seus senões e dos seus condenáveis exageros, conduziu a um equilibrio económico, que não afectou a vida da maioria dos Portugueses, o processo autoritário do presente determinou sucessivos equilibrios precários, que sacrificaram o povo, em benefício do potencial financeiro do Estado e dum sector reduzido da Nação, o que explica a devoção quase fanática desta gente pelo regime que assim os engorda até á saciedade.

Regressemos, porém, atrás.

Lutei contra os erros dos dirigentes da acção estatal entre a queda do sidonismo e o advento do situacionismo com todas as energias do meu espírito. Não me arrependo disso. A ansia de perfeição é um dom concedido por Deus a alguns homens, como uma emanação da sua própria essência. Aqueles que não sentem esse quase místico anseio e a si próprios se reputam perfeitos, assim o dizendo ou deixando-o, regaladamente, proclamar pelos seus incensadores, são heresiarcas, porque disputam a Deus os seus próprios atributos e não têm a humildade que resulta do reconhecimento da sua inferioridade perante o Autor da Criação.

Sobreveio posteriormente «o 28 de Maio», de cujas alavancas de comando se apoderaram homens mesquinhos, sem o mais leve resquício de generosidade, homens dementados pelo desejo de escravizar quantos se atrevessem a discordar deles. Mentiria ás minhas tradições e trair-me-ia deste modo a mim próprio, se me conservasse inerte perante este espectáculo. Lutei e fui vencido, mas não fiquei convencido. E, como então mal penetrara ainda na casa dos quarenta anos e era indómito por natureza, escrevi no final dum livro, que me projectou para a deportação e para o exílio, as palavras viris que passo a transcrever:

«Que os simpatizantes e os amigos, que me desejariam solene e sentencioso, me perdoem, em atenção a que, acima de tudo, eu sou um político de acção e de combate, injustamente perseguido e monteado, como se fora animal feroz. Bato-me contra a matilha dos meus adversários com todas as armas que estão ao meu alcance: com o ridículo, com a ironia e com os numeros, que são também a minha especialidade e o meu forte. Os numeros, que tantos adoram como fetiches e á custa de cujo emprego pretendem transpor os umbrais das academias, são manejados por mim como armas de arremesso, que perfuram e ferem, como clavas, que contundem e esmagam, como laminas de espadas, que cortam e matam.

«Rio-me, ás escancaras, dos senhores bem educados, que, nesta época de luta feroz e sem quartel, alugam os seus *bravi* para apunhalarem o adversário, mas guardam sempre o ar dulceroso de pessoas bem educadas. Rio-me dos patetas, que não têm na cabeça pelo, que se atreva a saír do seu lugar, nem nas calças prega comprometedora.

«Filho do povo, tenho as paixões do povo, ardentes e brutais como a lava, jorrando em cachão da minha alma torturada. Republicano, tenho, cá dentro, uma chama de idealismo, que se não extingue, uma convicção, que é capaz de derrubar montanhas e procura servir o regime, numa ansiedade e numa tortura, através de todas as circunstancias e por todos os caminhos.

«Se alguns julgam aniquilar-me fàcilmente, enganam-se por completo. Homens, como eu, só se destroem por uma forma: matando-os».

Sobre estas palavras decorreram vinte e cinco anos. Não o mataram e por isso aqui o temos hoje a dirigir-se aos novos e aos governantes. Já, porém, não é o mesmo, porque se fez sentir nele a implacável degradação do tempo.

Enbranqueceram os seus cabelos, deminuiu o poder de apreensão dos seus orgãos dos sentidos, emperraram-se as suas articulações sob a acção insidiosa do reumatismo, cresceu a sua «gens», porque se tornou avô de muitos e encantadores netos, abriu-se o seu espírito ás ideias de tolerancia e de compaixão pelas fraquezas alheias e pelas suas próprias. Uma coisa, porém, é indestrutível nele: o seu amor pela verdade, o seu respeito pela virtude, o seu culto pela justiça, a sua veneração pela bondade, a sua admiração pela beleza e a sua fidelidade aos princípios democráticos.

## 3 — Apelo aos novos

Está feita a minha apresentação áqueles a quem passo a dirigir-me para lhes fazer um apêlo, que resulta duma aspiração veemente da minha alma apaixonada: a de que a juventude portuguesa ajude a construir um Portugal, que seja maior por ser melhor, um Portugal em que todos os portugueses possam conviver sem abdicações ideológicas e sem mêdo, um Portugal cuja unidade resulte não da submissão do pensamento de todos ao de um só, mas da convergência de todas as inteligências e de todas as vontades para o mesmo fim, ou seja—transmudar em casas os covis em que vive a maior parte dos nossos campesinos e muitos citadinos, suprimir a fome, proteger os corpos contra as insidiosas investidas do frio invernoso, elevar o nível espiritual da nossa grei, não pôr entraves á dignificação da pessoa humana, prestigiar o país perante o Mundo não por exibições espaventosas de novo rico, mas sim pela modestia e simplicidade da vida nacional.

Rapazes, dirijo-me a todos vós com sinceridade e com o desejo veemente de ser escutado com atenção e de encontrar eco nas vossas consciências. Tento conseguir êste resultado obrigando-vos a reflectir e não pela simples magia das palavras, o que não quere significar que eu desdenhe delas, já que, segundo o Evangelho de S. João, «in principio erat verbum et verbum erat apud Deum». Não traduzo este trecho bíblico, por isso que vós, os novos, deveis saber latim e certos velhos, que do lado de lá da barricada não o sabem ou fingem sabê-lo—os ultimos conclamam com vaidade macarrónica que «nos quoque gens sumus»—, já não estão em idade de aprender linguagem.

Sinto na minha carne e na minha alma a grande dor dos novos de Portugal. Fostes, rapazes, educados no despreso pelo valor mental e pela dignidade dos políticos do passado, que injustamente são rebaixados pelos seus adversários á categoria de leprosos espirituais. Nas prelecções á mocidade, nos textos dos livros unicos escolares, escarnece-se da republica democrática, cumulando-a de todos os vícios e imperfeições. Insinuaram-vos que só deve existir a liberdade de fazer o bem e não ser tolerada a liberdade de fazer o mal. Mas o que é o bem e o que é o mal? O conceito do bem identificam-no os situacionistas com o seu ideário, o mal é tudo quanto é defendido pelos adversários do regime vigente. Em ultima análise, tendes toda a liberdade para defender a ética e as obras do Estado Novo, mas está-vos vedado discuti-las e discordar delas.

Não venho defender o passado, cujo processo tenho feito, mas chegou a altura de tentar explicá-lo. Um escol de gentes generosas e sedentas de ideal, amando a sua terra entranhadamente, viu-se de repente investida nas altas funções de direcção do Estado português, que, de um dia para o outro, fora convertido de monárquia em republica. Aguçaram o seu talento e não foi debalde que acreditaram que a fé remove montanhas. Surgiu um homem com real talento administrativo—refiro-me a Afonso Costa—mas sem que tivesse tido a intuição de descortinar as directrizes da evolução futura das sociedades. Estava-se entrando na era das preocupações de natureza social e êle tinha os pés assentes na era das preocupações de ordem política.

Depois, as dificuldades começaram a entorpecer a marcha da Republica. Foram primeiro as incursões monárquicas. Seguiu-se-lhes o fenómeno calamitoso da Grande Guerra, que os mais argutos espiritos de então anteviam como de curta duração—não superior porventura a seis meses—, mas que veio a arrastar-se por mais de quatro anos. Seguros de que estavam em presença duma guerra-relampago, os novos governantes descuidaram-se em aumentar a carga tributária e recorreram ao expediente dos acréscimos da circulação fiduciária para não impopularizarem as instituições, que davam os seus primeiros e incertos passos. Estavam lançados os fundamentos das dificuldades financeiras e económicas do futuro.

Por outro lado, o puritanismo dos republicanos da primeira hora estabeleceu o principio da separação do Poder Político e do Poder Económico, em obediência á concepção de que o exercício dos dois Poderes pela mesma gente corrompe necessáriamente qualquer deles. Nestas condições, guardaram para si o Poder Político e abandonaram aos seus inimigos irredutiveis o Poder Económico, que foi utilizado para corroer a «Republica e para preparar a sua degradação através da intriga e do emprego discreto de agentes provocadores.

Determinou-se assim a deflagração do fenómeno sidonista com a sua orientação liberticida. Tratava-se, porém, apenas dum *ensaio prometedor*, a que logo se seguiu nova fase de domínio dos democratas, que, enredados em complicações financeiras e económicas e atormentados pelo maquiavelismo dos seus adversários, acabáram por ser estrangulados implacávelmente por eles após o triunfo do movimento de 28 de maio de 1926.

Sim, os homens da Republica democrática não estiveram á altura da sua missão histórica, mas eram dotados de espirito aberto á compreensão das grandes ansiedades e aspirações do povo português e nunca sujaram as suas mãos com negociatas escuras e deshonrosas.

Os próceres situacionistas têm ainda percutido os ouvidos da juventude portuguesa com a repetida afirmação de que eles não discutem estas entidades basilares da nossa civilização—Deus, Pátria e Familia. E, com esta insistência, se é que não o dizem claramente, querem dar a entender que os democratas portugueses são ateus, antipatriotas e desrespeitadores do instituto familiar. Pretendem assim, rapazes, levar-vos á convicção de que nós, os adversários do regime, somos monstros morais, indignos do vosso respeito e consideração. A esta calunia não poderemos opor a simples repulsa do silêncio, não vá a vossa natural ingenuidade inferir deste desdém a falsa conclusão de que ela corresponde, se não inteiramente, ao menos parcialmente, á verdade.

Todos os homens conscientes do campo democrático e até os iletrados, por mero instinto admirativo perante a grandeza da Obra da Criação, admitem que, não havendo efeito sem causa, há-de haver uma causa das causas, uma Causa final, que é Deus. Mas o conceito filosófico de Deus é muito mais genérico e menos preciso nas suas caracteristicas do que o seu conceito religioso. Ora a grande maioria dos democratas adere á definição de Deus do catolicismo. No que a mim se refere, não aguardei o advento do Estado Novo para revelar publicamente o que penso a tal respeito. Em 6 de Fevereiro de 1926, realizou-se na Sociedade de Geografia, sob a presidência do então Presidente da Republica e grande figura nacional, dr. Bernardino Machado, uma sessão comemorativa da eleição do Papa Pio XI. Fui um dos oradores. Do meu discurso transcrevo o seguinte trecho:

«Sou filho de pais católicos e fui educado católicamente. O estupido racionalismo do século passado, desvairando os cerebros da mocidade, desvairou também o meu.

«Morreu a crença, mas ficou sempre, no intimo do meu próprio ser, um fundo de catolicismo, que o decorrer dos anos vai, cada vez mais, fixando em mim, como se, para me salvarem, todas as forças do passado, todos os atavismos ancestrais se lançassem ao assalto da minha consciência. Quantas vezes, junto ao leito de meus filhos doentes, como ainda agora, junto á cabeceira de meu pai, que mais pertence já a outro mundo do que a êste, eu tenho pensado que a Graça, êsse dom de Deus, poderá, com o seu clarão divino, iluminar, de repente, a negrura da minha dor.

«Nas mesmas condições em que me encontro estão tantos dos que á minha geração pertencem. A' superficie dos meios citadinos sobrenadam estes naufragos da fé, ao lado da infima minoria dos loucos atacados duma epiléptica furia anti-religiosa. Mas a quase totalidade do povo português, daquele povo autêntico, cujas virtudes constituem o elemento mais fecundo de regeneração da Terra que nos viu nascer, é ainda profundamente, poéticamente religiosa, visceralmente católica. O campanário e a igreja continuam a dominar as nossas aldeias e o bronze dos sinos, tangidos por mãos de fieis, toca aos nossos filhos as mesmas melopeias plangentes, que ouviram nossos pais e os pais de nossos pais e tantissimas gerações, que os antecederam».

Não discutimos, pois, a entidade Deus, como a não discutem os situacionistas. Mas quem é que pelos seus actos está mais próximo de Deus—nós ou eles? Se os seus atributos são a verdade, a justiça, a virtude, a bondade e a beleza, quem é que emprega esforços mais sinceros para moldar os seus actos de harmonia com essas características—nós ou eles?

Fazendo exame de consciência e encarando objectivamente o que em torno de nós se passa, chegamos á conclusão de que nós, sendo pobres pecadores, vulneramos com frequência os preceitos implicitos naqueles conceitos, mas que temos em nossas almas um místico anseio de perfeição, ao passo que eles se apregoam como seres exemplares, quando deliberadamente atentam contra as determinações de Deus.

De facto, ao mesmo tempo que proclamam o seu amor pela verdade, estão-lhe dando sempre entorses, como se fossem leitores assíduos do «Almocreve das petas ou contos do reino petista». Ao mesmo tempo que apregoam as excelências da justiça, são injustos por sistema, como se a injustiça fizesse parte da essência de suas almas. Ao mesmo tempo que exaltam a virtude, estão corroídos de vícios, que entre amigalhaços ostentam com certa gala. Ao mesmo tempo que blasonam de bondosos, cultivam a maldade, como um jardineiro fanático cultiva nos seus canteiros uma planta, que se desentranhe em flores maravilhosas. Ao mesmo tempo que teòricamente se extasiam perante a beleza, comprazem-se em praticar o culto do exotismo, que não passa da caricatura da beleza. Em suma, dizem adorar Deus, mas entregam-se de corpo e alma a Satanaz.

Se da entidade Deus passarmos para a entidade Pátria, observa-se o mesmo distanciamento entre as suas palavras e os seus procedimentos. Porventura poderá considerar-se bom patriota quem excomunga grande parte dos Portugueses, os reduz á condição de ilotas e pela sua intransigência, dura e implacável, impede o convívio entre irmãos desavindos e determina assim a quebra da unidade nacional em hora de tão grandes perigos internacionais? E terão o direito de se arrogar da condição de bons patriotas os que desdenham de adversários politicos, que, em defesa de Portugal lutaram intrépidamente nos campos de batalha, por exemplo, um Ribeiro de Carvalho, um Bento Roma, um Cunha Aragão, um Afonso Cerqueira e tantos outros?

(Continua na 11.ª página)

Brevemente estreia no???? Do novo Ballet de SACHA GOUDINE

# A nota oficiosa do Ministério da Economia

(Continuação da 1.ª página)

longar o debate, trazendo a lume elementos novos, que não podem ficar sem resposta, e tentando uma vez mais uma diversão, que obriga este Ministério a voltar a publico para repor a questão nos seus verdadeiros termos e impedir que o sr. eng.º Cunha Leal a desvie do terreno em que ele próprio a situou.

Recordemos. A origem deste incidente filia-se nas afirmações feitas no discurso, tantas vezes citado, de que a hierarquização dos empreendimentos hidroeléctricos não obedeceu aos critérios mais convenientes; de que se não atendeu, como cumpria, á conjugação da produção hidráulica e térmica; e de que a instalação da industria de sulfato de amónio no País foi prematura, como o demonstram as inconvenientes paragens a que é obrigada por falta de fornecimento de energia.

2—Em resposta á primeira crítica indicou este Ministério, concretamente, embora em apertada síntese, os critérios de prioridade obsrevados na definição das obras a realizar, demonstrando que as soluções adoptadas eram as que melhor correspondiam ao aproveitamento racional e coordenado das disponibilidades nacionais. E citaram-se elementos, factos e razões demonstrativos de que o esquema de produção hidráulica formulado constituia um conjunto coerente, apoiado em estudos de técnicos nacionais e estrangeiros, e perfeitamente adequado á expansão das necessidades do País e ás exigencias do seu progresso.

3—Na parte relativa á falta de conjugação das obras hidroeléctricas com os meios de produção térmica, respondeu-se também que o asserto era destituido de consistencia e que, ao contrário, o Plano de Fomento previra e assegurara a articulação das duas modalidades de produção, através da instalação de uma central térmica de potencia adequada ás necessidades do apoio estival.

Acrescentou-se que a nova unidade não só cobriria os «déficits» de energia hídrica, em anos execessivamente secos, como teria ainda a vantagem de consumir exclusivamente combustiveis portugueses, com a inerente economia de cambiais e a valorização económica dos nossos recursos carboníferos.

Estes factos não foram contestados pelo sr. eng.º Cunha Leal que apenas substituiu a crítica primitiva pela alegação de que a insuficiencia do apoio térmico se demonstrava com a impossibilidade em que se encontravam as respectivas centrais de assegurar o abastecimento da industria electroquímica.

Provou-se:

a) que constituia um erro técnico e económico admitir o fornecimento permanente de energia térmica a uma actividade que, por natureza, se destinava a trabalhar fundamentalmente com energia hídrica, temporária e sobrante, sem o que se tornariam incomportáveis os seus custos de produção;

b) que, no entanto, não era exacto que as instalações térmicas existentes, em conjugação com os recursos hidráulicos não pudessem assegurar, se lhes pertencesse fazê-lo, as exigencias da referida industria. E provou-se a proposição, indicando com numeros irrefutáveis a capacidade de produção térmica não utilizada em anos normais e nos de deficiente hidraulicidade, como o actual, mostrando-se que as possibilidades térmicas disponiveis cobririam as necessidades normais da electrólise, se económicamente fosse legitimo dar-lhes essa aplicação.

4—Quanto á arguição de que fora prematura a instalação da industria de azotados no nosso País, mostrou-se com estatísticas que a ideia da sua montagem nascera em pleno clima de guerra e sob o imperativo de instantes necessidades de abastecimento. E acrescentou-se que, a despeito das suas dificuldades iniciais, aquela industria estava a prestar valiosos serviços ao País, através de um volume apreciável de produção e do aproveitamento de grandes massas de energia, que de outro modo ficariam improdutivas.

Explicou-se ainda que a estranheza manifestada quanto ás intermitencias de laboração desta industria não tinham razão de ser, pois elas se verificavam também nos outros países e resultavam de circunstancias específicas desta modalidade da actividade fabril.

Acentuou-se, por fim, que os juizos de valor emitidos pelo sr. eng.º Cunha Leal sobre a oportunidade do empreendimento eram precipitados, pois incidiam apenas sobre a primeira fase de uma instalação que só poderia ser apreciada com justeza no conjunto do esquema projectado.

5—Encontrava-se nesta fase o debate, quando o sr. eng.º Cunha Leal, em discurso proferido em Vila Nova de Gaia, voltou ao assunto, afastando-se mais uma vez da substancia dos problemas postos e formulando algumas críticas novas.

São desse discurso, segundo o relato dos jornais, até agora não desmentido, as seguintes afirmações:

a) o Plano de Fomento não considerou o aumento de consumo ulterior a 1958;

b) na zona do Douro efectuaram-se modificações na planificação elaborada, aditando-se um novo empreendimento, que inicialmente não fora previsto;

c) a posição actual do Ministério da Economia com relação á industria de sulfato de amónio é contraditória com atitudes anteriormente tomadas e nomeadamente com as declarações produzidas na inauguração da fábrica do Amoníaco Português.

Mais uma vez se aceitará o debate no terreno escolhido pelo sr. eng.º Cunha Leal.

6—O Plano de Fomento poderia talvez ter circunscrito as suas estimativas de desenvolvimento do consumo ao período compreendido entre 1953 e 1958. E' evidente que, tendo a planificação por objectivo determinar os empreendimentos a executar no decurso daquele sexénio, não haveria necessidade, ao menos em pura lógica, de levar mais longe as previsões.

Contudo, o Plano não só indicou o ritmo de crescimento do consumo, no sexénio e para além dele, como avaliou de modo expresso o seu nível em relação á época imediatamente ulterior. Efectivamente, se o sr. eng.º Cunha Leal fosse mais prudente nas suas afirmações, teria verificado que se fixaram concretamente as necessidades do País para 1959 em 2.100 milhões de kwh, e que se computou em 330 milhões o excesso de energia disponível para ocorrer á expansão da procura em 1960, calculada em 150 milhões, segundo as coeficientes adoptados no Plano.

Poderia acrescentar-se, a esse respeito, o que consta de documentos oficiais e relatórios onde as previsões atingem o ano de 1965, se tal fosse necessário, para provar que o Governo, ao contrário do afirmado pelo sr. eng.º Cunha Leal, não descurou a articulação do Plano de Fomento com os futuros programas de produção, e procedeu por forma a previdentemente evitar que entre ambos pudessem verificar-se inconvenientes soluções de continuidade.

7—Não é também verdade que aos esquemas originàriamente previstos se tivesse acrescentado um novo empreendimento na zona do Douro.

De facto entre o Plano primitivo e o aprovado pela Assembleia Nacional há perfeita coincidencia de estrutura e de conteudo.

Na proposta do Governo, lia-se, com efeito, esta rubrica: «Bacia hidrográfica do Douro—1.ª fase—750.000 contos».

Não se concretizava—é certo—o empreendimento a realizar porque prudentemente se aguardava a conclusão dos estudos, em curso, sem os quais essa concretização seria impossível.

Mas, findos aqueles trabalhos e ponderadas as soluções propostas, incluiu-se expressamente no Plano e dentro da rubrica nele contida, a construção de uma central no Douro, cujo investimento se computou em 430.000 contos e a que se atribuiu uma produção anual de energia de 520 milhões de kwh. Nenhum novo empreendimento naquela zona se aditou, pois, ao Plano; apenas se deu efectividade a uma rubrica que dele constava já, com a elasticidade necessária para permitir a sua oportuna objectivação.

Tudo o que, em rápido resumo, se expôs consta da proposta adicional do Governo; da nota oficiosa do Ministério da Economia, publicada nos jornais de 28 de Maio ultimo; e da comunicação feita ás comissões de Economia e de Finanças da Assembleia Nacional (Plano de Fomento, edição dos ministérios da Economia e do Ultramar, Vol. II, pág. 727-741).

8—Relativamente á acusação de incoerência feita ao ministro da Economia, a propósito da sua posição quanto á industria de sulfato de amónio, lamenta-se ter de declarar mais uma vez que a afirmativa do sr. eng. Cunha Leal carece de exactidão

Na verdade, o que sobre o assunto se disse ou escreveu consta dos discursos proferidos nas inaugurações das fábricas de Alferrarede e de Estarreja («Diário de Noticias», «Século» e «Voz», de 16 de Março e de 18 de Maio de 1952, respectivamente), do Relatório do Plano de Fomento (Edição citada Vol. I, pág. 36-37) e da exposição citada ás comissões de Economia e de Finanças da Assembleia Nacional (Idem, Vol. citado).

Ora a leitura destes documentos revela que a posição do Ministério da Economia, sem deixar de reconhecer as dificuldades da nova actividade no primeiro periodo da sua vida, tem sido coerente e sempre a mesma.

Com efeito, no discurso de Alferrarede fez-se larga justificação económica da iniciativa inaugurada e afirmou-se que a produção de azoto constituia uma imposição natural da economia do País.

No Relatório do Plano de Fomento defende-se novamente a oportunidade e utilidade da industria e afirma-se que, ao conceder as licenças para a sua instalação, era o processo electrolitico o «unico imediatamente possivel no nosso País».

No discurso de Estarreja fez-se de novo a defesa da orientação seguida na matéria e acentuou-se o interesse oferecido pela nova actividade no que se refere á colocação de energia eléctrica proveniente dos empreendimentos a realizar.

É certo que neste discurso, como nas duas notas oficiosas anteriores, se puseram em relevo, sem qualquer atenuação, as circunstancias dificeis em que as novas unidades iam começar a sua laboração, e os melindrosos problemas que o seu funcionamento obrigaria a resolver.

Mas essas declarações tiveram o unico objectivo, nelas transparentemente evidenciado, de acentuar que o equilibrio da nova industria não estava atingido na sua primeira fase e que era urgente e imperioso acelerar a conclusão do conjunto, por forma a criar-se ao empreendimento as condições económicas de que carece.

Mantem-se ainda hoje a mesma posição e, por isso mesmo, se estão a concluir os estudos técnicos necessários ao complemento desta industria, esperando-se poder incluir a sua realização, após audiência dos orgãos competentes, no programa de investimentos para 1954.

9—Resta agora uma referência á ultima carta do sr. eng. Cunha Leal, inserta, em primeira versão, nos jornais da tarde do dia 3.

Não se responderá com desenvolvimento a essa carta, não só porque a parte dela já foi respondido nas considerações anteriores, e se reservam novos esclarecimentos para momento mais próprio, mas ainda porque se quer respeitar a posição de silêncio a que o sr. eng Cunha Leal declarou remeter-se.

Há, no entanto, algumas declarações, muito breves, a prestar.

Na sua ultima carta, como nos anteriores escritos e discursos, o sr. eng. Cunha Leal, embora continue a suscitar inesgotávelmente problemas novos, não responde ás alineas b), c), e), e parte final da nota oficiosa de 1 de Novembro, nem ao que de essencial se contém nos n.os 1 e 2 da nota oficiosa anterior sobre a ordem de precedência adoptada no escalonamento dos empreendimentos hidroeléctricos e sobre as soluções dadas ao problema do seu complemento térmico.

Assim, o sr. eng. Cunha Leal dá a este ministério o direito de concluir que em tal matéria se limitou a afirmar dogmàticamente o que em seguida se dispensou de comprovar.

No que se refere ás suas criticas sobre a instalação da industria do sulfato de amónio, o sr. eng. Cunha Leal incorre em novas confusões e tira dos textos que transcreve ilações resultantes de uma hermenêutica apressada e que se não contém nas premissas de que são deduzidas.

A essas ilações erradas e aos demais postulados contidos na carta em referência sobre a industria do azoto, opõe-se, por agora, o seguinte, que se crê bastar para elucidação dos aspectos essenciais do problema:

a) Sem deixar de reconhecer as dificuldades havidas no fornecimento e preço da energia para a produão de sulfato de amónio, foi possivel em 1952, *através dos empreendimentos já realizados e dentro do equilibrio financeiro das empresas produtoras*, assegurar ás respectivas fábricas um periodo conveniente de laboração.

Assim é que, trabalhando normalmente este tipo de unidades, em quase toda a Europa, com uma utilização de 5.000 a 6.000 horas da sua potência máxima, o Amoniaco Português e a fábrica da União Fabril do Azoto apresentaram naquele ano uma utilização, respectivamente, de 5.400 e 4.630 horas, apesar de terem iniciado o seu funcionamento sómente em Fevereiro e Março. Se o começo da sua exploração tivesse tido lugar no inicio do ano, o coeficiente de aproveitamento da sua capacidade teria, pois, ultrapassado os valores médios europeus.

b) É evidente que esta posição, já satisfatória, melhorará gradualmente com a execução do Plano, dados os quantitativos de produção previstos e os baixos preços de custo da energia a obter. Em 1954 e por virtude das produções dos novos empreendimentos de Salamonde e do Cabril aquelas fábricas passarão a dispor de um suplemento de energia de algumas dezenas de milhões de kWh, que influirão, em grau apreciável, nas suas condições de abastecimento e, por via delas, no respectivo rendimento industrial.

c) Qualquer que seja o desfazamento que se verifique entre o nivel da *produção permanente* e o consumo, existem *desde já* no País importantes disponibilidades de energia temporária que têm na industria electroquimica uma das mais indicadas e uteis aplicações. Pelos mapas do Plano se verifica que aquelas disponibilidades, segundo o mais baixo quantitativo previsto, atingem 200 milhões de kWh., em anos médios, quando as necessidades da electroquimica são da ordem dos 225 milhões. Se atendermos aos volumes de energia sobrante e permanente que podem ser utilizados para o mesmo fim, verifica-se que as disponibilidades existentes bastam para garantir á electroquimica um nivel aceitável de laboração, mesmo neste dificil periodo do seu arranque.

A instalação do fabrico de azotados, de tanto interesse para a economia do País, pelas divisas que poupa e pelo progresso que assegura á nossa economia agrária, não foi, pois, prematura, nem constituiu um erro, como foi declarado com insubsistente fundamentação.

10—Cumpre finalmente declarar que o Ministério da Economia nunca fez a afirmação—classificada pelo sr. eng. Cunha Leal como inverdade—de que «as paragens desta industria resultam de só se consentir o seu funcionamento quando haja energia sobrante».

Nem poderia produzir tal asserto, pois foi precisamente por determinação sua—despachos de 31-5-51 e de 7-4-53—que aquelas fábricas têm sido abastecidas com energia temporária e permanente, nos termos da base XVI, da Lei n.º 2.002 e do Art.º 14.º do caderno de encargos das empresas do Zêzere e do Cávado.

Espera-se que, ao menos nesta parte, o sr. eng. Cunha Leal não deixe de provar ou de rectificar, como lhe cumpre, a acusação que formulou».

# Esclarecimento da C. P.

## sobre os serviços de assistência aos ferroviários tuberculosos

*A Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses comunica-nos que enviou ao jornal «Republica», em resposta á sua local publicada em 2 do corrente, a seguinte nota:*

«Em local publicada na «Republica» de 2 do corrente afirma-se essencialmente que:

1.º—A construção do Sanatório das Penhas da Saude (na local diz-se «Penhas Douradas» mas é equivoco manifestó) deve-se á publicação do Decreto 9551, de 28 de Março de 1924, que criou o «Fundo de Assistência aos Tuberculosos Ferroviários»;

2.º—Por esse Fundo se custeou a construção do Sanatório das Penhas da Saude e o Dispensário antituberculoso do Entroncamento;

3.º—Estava também prevista a instalação de dispensário semelhante em Lisboa, que só não se construiu por ter sido dada outra aplicação aos dinheiros do referido Fundo (milhares de contos);

4.º—Hoje não existe, práticamente, assistência na C. P. ao seu pessoal;

5.º—Em virtude da entrega dos Sanatórios Ferroviários á Assistência Nacional dos Tuberculosos ficaram os antigos agentes ferroviários do Estado privados de assistência social antituberculosa.

Sem entrar na discussão pormenorizada deste assunto, pelo respeito devido á verdade, esclarece-se:

1)—O Fundo, criado pelo Decreto 9551, foi considerado ilegal e, em consequência, desapareceu a obrigação das Companhias ferroviárias contribuirem para a sua constituição em virtude de decisão do Supremo Tribunal Administrativo (Decreto de 3 de Julho de 1926, publicado no Diário do Governo, 2.ª série n.º 166, de 17 do mesmo mês e ano);

2)—Voluntàriamente, a C. P. assumiu os encargos previstos por aquele diploma, organizando generosamente a assistência social aos seus agentes;

3)—Os dinheiros arrecadados para o Fundo, antes daquela anulação judicial, não foram suficientes para custear as despesas de construção e funcionamento do Sanatório das Penhas da Saude e do Dispensário antituberculoso do Entroncamento, sendo tal apenas possivel em virtude da contribuição voluntária da C. P.;

4)—Não foi, portanto, qualquer desvio dos dinheiros do Fundo que tornou impossivel a construção do Dispensário de Lisboa;

5)—A C. P., além do pagamento dos vencimentos totais aos seus agentes tuberculizados, gastou em sanatorizações cerca de 800 contos anuais em 1950, 1951 e 1952 e, em outras modalidades de assistência, no mesmo periodo, cêrca de 2.200 contos anuais;

6)—Não se referem outros benefícios sociais que os ferroviários têm em muito maior grau do que quaisquer outros trabalhadores portugueses;

7)—O Sanatório das Penhas da Saude, por constituir encargo incomportável para a C. P., foi arrendado, assegurando-se, contudo, a sanatorização dos seus agentes;

8)—O mesmo Sanatório pode hoje ser indicado como um dos elementos do apetrechamento da Assistência Publica contra a tuberculose, pois só falta assinar o instrumento jurídico que para ela o transfere, estando já a ser utilizado por aquele instituição;

9)—Em contrapartida, a Assistência receberá os doentes ferroviários na rêde dos seus Sanatórios ou interná-los-á em Sanatórios particulares nos mesmos termos em que procede para com os funcionários do Estado e tratará, gratuitamente, na rêde dos seus postos, os que não carecem de sanatorização;

10—Este regime abrange todos os ferroviários, sem excluir os que estão ao serviço da C. P. e vieram das antigas linhas do Estado.

# Um manifesto

## dos candidatos oposicionistas por Lisboa

*Os candidatos oposicionistas por Lisboa pedem-nos a publicação do seguinte:*

«Cidadãos! Se aspirais ao reconhecimento efectivo das liberdades e dos direitos civicos que a Constituição consigna; se sofreis com uma situação que favorece uma oligarquia insaciável em detrimento dos legitimos interesses e das mais elementares necessidades do povo português; se quereis pôr cobro á acção do Partido Unico, em que tal situação se apoia, libertando as consciências do medo que as oprime; se exigis uma fiscalização, independente e rigorosa, que, assegurando a moralidade da administração publica, faça cessar os desmandos que a condenam; se, enfim, amais a vossa Pátria e a quereis ver dignificada, interna e externamente, pela observancia dos principios de liberdade, de equidade e de justiça social, votai nos Candidatos Oposicionistas que são os verdadeiros candidatos do Povo. Viva Portugal! Viva a Republica!

NOTA:—Podeis votar sem receios. As listas da Oposição e da União Nacional são absolutamente iguais. Está garantido o sigilo do voto. Votai, nas nossos listas, na secção indicada pela União Nacional nas suas».

# A distribuição de listas

## dos candidatos da Oposição

Dos serviços de propaganda dos candidatos oposicionistas de Lisboa pedem-nos que se informe que as listas da oposição podem ser obtidas nos seguintes locais: Centro «Dr. António José de Almeida», Travessa da Nazaré, das 21 ás 23; «Seara Nova», Rua da Rosa, 242, 1.º, das 10 ás 12 e 30 e das 14 e 30 ás 19; Praça da Alegria, 62, 1.º, das 9 ás 13, das 15 ás 19 e das 21 ás 24; Caixa Económica Operária, Rua Voz do Operário, 58 a 66; Sapataria Lisboa Elegante, Rua do Telhal, 7, das 9 ás 13 e das 15 ás 19; Augusto Vidal, Praça João do Rio, 11-A (ao Areeiro), das 10 ás 13 e das 15 ás 19 horas; Centro Escolar Elias Garcia, Calçada D. Gastão; Centro Alberto Costa, Rua dos Remédios, 164, 1.º, das 21 ás 24 horas; Rua dos Anjos, 5-A e 5-B, até ás 19 horas; Rua da Misericórdia, 116, loja, até ás 19 horas; Calçada de S. Vicente, 74; Largo S. Salvador, 15, até ás 19 horas.

# A União Nacional não é um partido político

## — segundo o dr. Gustavo Soromenho

### da Comissão Promotora do Voto

Elemento activo da Comissão Promotora de Voto, de que passou a fazer parte depois que alguns dos seus membros se retiraram por terem decidido propor-se a deputados, o dr. Gustavo Soromenho é bem conhecido nos meios politicos como uma das personalidades que se evidenciaram desde 1945. Advogado em Lisboa há mais de vinte anos, a reputação de que goza entre os seus colegas de profissão atribui-lhe uma autoridade moral que justifica a sua audição neste debate publico sobre as próximas eleicões que se encerra amanhã. Primeira pergunta:

—A Comissão Promotora de Voto foi de parecer que os candidatos da Oposição deveriam concorrer ás urnas?

—A Comissão não tem que se pronunciar sobre esse assunto, porque a sua função, como já foi esclarecido, é velar pela decência do recenseamento e de todas as operações eleitorais, tomar conhecimento das ilegalidades e irregularidades cometidas, dar delas conhecimento ao Governo e ao publico, sempre que seja possivel, e exigir o castigo dos prevaricadores. Por isso, a sua actividade não interessa só á Oposição, mas a todos os que desejam que entre nós a politica seja digna e séria. É esta a razão por que a Comissão persiste em viver para lá das eleições e se propõe continuar a pugnar pelos principios expostos.

—Mas isto não significa que as pessoas que a compõem não tenham a sua opinião e a liberdade de a exporem...

—Claro que não; eu, por exemplo, defendo que os candidatos de Oposição deveria abster-se de concorrer ás urnas nas actuais condições.

—Está convencido da eficácia do trabalho da Comissão na realização dos objectivos que se propôs?

—Lamento que a Comissão não tenha conseguido conquistar condições de luta equilibrada, porque o Governo podia ter atendido as nossas reclamações, pois nenhuma delas era contrária ao verdadeiro espirito da lei. É certo que a Comissão alcançou uma vitória: listas iguais; mas falta-lhe o complemento, que é o conhecimento dos cadernos eleitorais. Estes não são secretos e só por método e comodidade se compreende que estejam expostos apenas durante um curto periodo e não se encontrem sempre á disposição de quem queira consultá-los. Sendo assim, não era impossivel que os candidatos, nessa qualidade, os examinassem.

O dr. Gustavo Soromenho esclarece:

—E nem se diga que a Comissão pretende que o Governo ajude estes candidatos a vencer as eleições; o que a Comissão pretende é que o Governo intervenha no sentido de colocar as duas listas em pé de igualdade. É uma questão de equidade e de moralidade politica e seria uma esplendida ocasião de o Governo mostrar aos funcionários mais zelosos a sua discordancia com todos os métodos de obstrucionismo e de fraude á lei.

«No que se refere á reciprocidade, quanto ao uso de edificios publicos para sessão de propaganda, os candidatos de Oposição do Porto não conseguiram essa reciprocidade; em Lisboa, até agora, ela existiu e só espero que, perante a recusa da cedência do Palácio dos Desportos, este não venha a ser utilizado pela União Nacional em sessão de ultima hora. Será uma falta grave a juntar á cometida no Porto.

—A campanha tem decorrido, noutros aspectos, em condições de igualdade para os candidatos das duas listas?

—No que se refere á propaganda dos candidatos de Oposição posso afirmar-lhe que não— afirma o nosso entrevistado.—Independentemente dos cortes colaborantes da Censura, o próprio Governo intervem directamente na campanha, como se a luta se travasse, não entre candidatos de duas listas, mas entre ele e os candidatos da Oposição. Assim, por exemplo, o sr. ministro do Interior, além de aparecer a garantir a genuinidade do recenseamento, o que seria natural, veio para a luta combater ardorosamente com numeros e com verbas.

«No entanto, sobre a genuinidade do recenseamento o sr. ministro não está completamente informado, porque secretarias houve em que, no prazo de exibição de cadernos eleitorais, só existiam ficheiros e, nestas e noutras repartições, só informavam acerca da inscrição da pessoa que pedia a informação. O caso de Vila Real é sintomático.

(Continua na 11.ª página)


Sir EDMUND P. HILLARY

O CONQUISTADOR DO EVEREST

Palavras de Sir Edmund P. Hillary:

«A panela de pressão PRESTIGE foi de maior utilidade para a obtenção do fim que tinhamos em vista. Foi devido às excepcionais qualidades da PRESTIGE que ela foi escolhida pelos organizadores da expedição que conquistou o Everest».

Prestige

A PANELA DE PRESSÃO sem perigo


# No último fim de semana

## 17 desastres de automóvel

No ultimo fim de semana, só na estrada Porto-Lisboa, registaram-se 17 desastres de automoveis, todos por derrapagem, com o trágico balanço de 3 mortes e 18 feridos. Isto sem contar com os que se registaram nas estradas de Beja e do Algarve e outros pontos do País e até mesmo dentro de Lisboa. Causa impressão, na verdade, atentarmos que dia a dia aumenta a trágica lista, quase sempre pelas traiçoeiras derrapagens, quando estas poderiam ser combatidas ou evitadas se, previdentemente tivesse sido montado o Stabilex, o já famoso aparelho contra derrapagens.


STABILEX

**A Latinomérica, Ld.ª, Avenida Ant. Aug. de Aguiar, 17 3.º, Esq., LISBOA, Telef. 49885—Agentes exclusivos destes aparelhos, avisam todos os seus agentes e clientes de que se encontram totalmente esgotados todos os modelos. Prossegue, no entanto, a inscrição para a próxima remessa, que deve chegar dentro de 8 ou 10 dias.**


# Um esclarecimento

## do eng.º Sá Cardoso acerca dos vencimentos do funcionalismo

*Do sr. eng.º Sá Cardoso recebemos, com o pedido de publicação, o seguinte:*

«Em 26 de Outubro concedi uma entrevista ao jornal a «Republica» em que focava o problema dos vencimentos dos funcionários publicos.

Como em Nota Oficiosa de Sua Ex.ª o ministro das Finanças, publicada agora nos jornais, há referências directas á minha modesta entrevista, entendo ser um dever meu de cortesia esclarecer os propósitos que me animaram, tanto mais que me assiste o direito de não desejar que Sua Ex.ª e o publico fiquem julgando que as minhas considerações foram feitas aereamente.

A nota oficiosa, elaborada com o concurso das Repartições Publicas, saíu 8 dias depois da minha entrevista. A minha resposta será forçosamente pouco precisa, visto ser escrita, como soe dizer-se, «sobre o joelho», em virtude de apenas dispor dumas escassas horas depois da publicação da Nota Oficiosa nos jornais, atendendo a que o período de liberdade relativa parece acabar hoje, respondo:

Os numeros por mim apresentados foram tirados de «Diários de Governo» na parte respeitante a vencimentos, e os referentes aos indíces de vida extraídos de facturas da época.

Afirma a Nota Oficiosa que três dos meus numeros estão errados, pois entrei em linha de conta com emolumentos, para calcular os vencimentos dos funcionários de 1926, embora dissesse exactamente o contrário.

Ora, se bem interpreto o orçamento geral do Estado de 1926-27 nas páginas 200, 204, 272, 315, 326, 503, etc.., encontra-se a confirmação dos meus numeros.

Por exemplo, a página 204 figuram 58 primeiros oficiais com o vencimento de 1.026$50 que eu arredondei para 1.030$00, por haver outros vencimentos de mais elevado valor. Mas, apesar de tudo, como não tenho tempo, sòzinho, de conferir os meus numeros, posso admitir «á priori», e apenas por mera cautela, que estão errados. «Errare humanum est» e tanto assim é que a Nota Oficiosa diz, no primeiro quadro, que os vencimentos dos 1.os, 2.os e 3.os oficiais deveriam ser considerados sem emolumentos como sendo 946$50, 679$50 e 548$70 e, afinal, abaixo no 2.º quadro considera exactamente os numeros que apresentei: 1.268$50, 1.026$50 e 739$50 arredondados por mim, respectivamente, para 1.270$00, 1.030$00 e 750$00 para atender á existência de vencimentos mais altos (vide D. G. para 1926).

Se, de facto, não estou vendo falso, em matéria de erros não estou mal colocado. Afirma-se também na nota oficiosa que os vencimentos de 1926 tinham o seu poder de compra reduzido a metade em relação a 1914. Parece-me, pois, poder concluir-se com lógica, atendendo-se, como demonstrei, a que o poder de compra de 1953 está muito reduzido em relação a 1926 e que a situação, afinal, é muito mais aflitiva do que eu apresentei.

Quanto á frase: «quem reclama arma facilmente em paladino sem ter nada para dar», de facto assim é: eu nada tenho para dar, mas peço licença para declarar que também se deve reconhecer que quem tem, não dá.

Quanto á afirmação «de quem é tão pronto a apontar os males não exibe os remédios», peço vénia para dizer que foi exactamente para tentar dar remédio, na Assembleia Nacional, aos males de que enferma o nosso País, que concordei com a apresentação da minha candidatura. E, concluindo, pois não pretendo de nenhum modo entrar em controvérsia—apenas explicar a minha atitude—, o candidato oposicionista nada lhe custa a declarar que pode admitir, apenas por hipótese, é claro, que todos os numeros da sua entrevista estão errados, mas está convencido de que, mesmo assim, ficariam de pé as dificuldades e privações dos funcionários publicos, pois essas estão indiscutivelmente certas».

## No Pavilhão dos Desportos

### A sessão de hoje promovida pela União Nacional

Sob a presidência do sr. conselheiro Albino dos Reis, realiza-se hoje, pelas 21 e 30, no Pavilhão dos Desportos, a sessão de propaganda eleitoral promovida pela União Nacional. Serão oradores os prof. dr. Mário de Figueiredo, dr. Tito Arantes, dr. Gustavo Silva e a sr.ª D. Maria Joana Mendes Leal.

## O que não foi publicado

### durante a actual campanha

*Deste período de campanha eleitoral que atinge agora o seu termo, numerosos são os depoimentos e documentos que nos foram endereçados e que não chegaram a ver publicação. As razões são várias e podem escalonar-se, entre a falta absoluta de espaço e a circunstancia de terem tido prévia publicação noutros jornais—independentes de razões a que nós próprios fomos estranhos. Em nenhum caso, porém, a não publicação envolveu menos apreço pelas pessoas que se nos dirigiram, ás quais endereçamos os nossos pedidos de desculpa.*

## Professores dos liceus

Professores agregados dos liceus, que prestam serviço desde Outubro e só virão a receber ordenados lá para Dezembro, pedem-nos para lembrarmos que as respectivas secretarias poderiam aboná-los e reembolsar-se depois.

# O princípio d estab

## nunca teve a execução re

## — afirmou o subsecr

No Ministério da Educação Nacional terminou, esta manhã, a conferência do sr. dr. Veiga de Macedo, subsecretário de Estado daquela pasta, com os representantes da Imprensa e da Rádio.

Assistiram, também, os srs. drs. Adolfo de Andrade, presidente do Grémio da Imprensa Diária, e Tavares de Almeida, chefe dos serviços de Imprensa do S. N. I., além de funcionários superiores do ministério e de um representante da Campanha Nacional de Educação de Adultos, no Norte.

Depois de esclarecer que a análise dos primeiros resultados do combate ao analfabetismo entre as crianças em idade escolar, constituia o objectivo da segunda e ultima parte da sua conferência com a Imprensa, o sr. dr. Veiga de Macedo proferiu uma notável exposição da qual damos a seguir uma síntese.

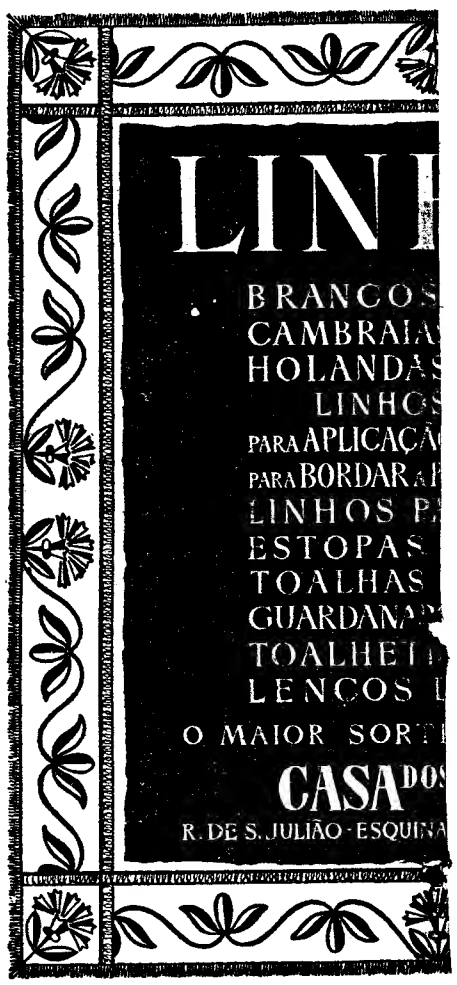
### A escolaridade obrigatória

Tratando do combate ao analfabetismo das crianças em idade escolar, o sr. dr. Veiga de Macedo começou por se ocupar da «escolaridade obrigatória», lembrando que foi a Reforma do Ensino Primário de 1835 que, pela primeira vez no nosso País, consagrou legislativamente êsse principio ao estabelecer que «á obrigação imposta pela Carta Constitucional ao Governo de proporcionar a todos os cidadãos a instrução primária, corresponde a obrigação dos pais de familia de enviar os filhos ás escolas publicas logo que passem de 7 anos...»:

—Só alguns anos depois, porém,—disse—com a Reforma de Costa Cabral, de 1844, se fixaram as penalidades a aplicar aos encarregados de educação negligentes no cumprimento dos preceitos sobre a escolaridade obrigatória. As remodelações dos planos de estudo do ensino primário de 1870, 1878, 1894, 1897, 1901, 1911 e 1919 mantiveram inalterável o principio da instrução obrigatória. Mas o certo é que nunca ele teve a execução reclamada pelos interesses nacionais. E' mais uma demonstração de que não basta legislar para que os problemas fiquem solucionados, porque, se bastasse, este da obrigatoriedade do ensino —o mesmo é dizer: o da extinção do analfabetismo—há muito teria deixado de constituir pesadelo para os governantes e para a Nação.

Não podendo demorar-se numa análise «á causas que estão na base do inêxito de toda essa abundante e, por vezes, generosa legislação sobre o ensino obrigatório, ou sobre a instrução primária, observou:

Bastará, porém, ter presente o condicionalismo político e social do tempo, para se compreender que iniciativas tantas vezes animadas dos melhores propósitos não trouxeram os desejados beneficios á causa da instrução e educação do povo. Na verdade, e como já escrevi algures, a instabilidade política e a insuficiência de recursos financeiros, por um lado, e, por outro, o estudo das questões no plano pre-

# a instrução obrigatória

## lecido desde a Reforma de 1835

## lamada pelos interesses nacionais

## tário de Estado da Educação Nacional

...minantemente teórico, com esquecimento das realidades, a descontinuidade na acção, a mudança constante de directrizes, a sucessão de leis contraditórias nos seus pormenores, a falta, afinal, de uma bem definida e bem firme política de ensino publico explicam a falência das diversas reformas tentadas no decurso de um século.

Para se avaliar da gravidade que, ainda em 1930, revestia o problema do analfabetismo entre as crianças em idade escolar», apresentou um quadro, indicou a «taxa de analfabetismo entre os menores dos 7 aos 11 anos de idade e o numero de crianças destas idades sem ensino, segundo os censos da população», pelo qual se vê que, em 1890, 1900, 1911, 1920, 1930, 1940, 1950 e 1953/54, o numero das crianças sem ensino era, respectivamente, de 375, 497, 532, 497, 518, 576, 156 e 68 mil, sendo as taxas de: 71,2; 83,8; 79,4; 73,5; 73,1; 46,2; 20,3; e 8,2.

Comentando êste quadro, observou:

—Em 1911, não frequentavam as escolas 532.112 crianças em idade escolar; e, em 1930, o numero das crianças nessas condições era ainda de 517.604, isto é, o numero de crianças sem ensino diminuiu apenas de 14.508, nesse periodo. Nêste aspecto, a pesada herança recebida da Monarquia pela Republica foi transmitida intacta aos Governos da Revolução Nacional: quer em 1911 quer em 1930, os censos da população registaram a existência de mais de 500.000 crianças em idade escolar sem ensino. Em 1950 não frequentavam a escola 156.219 crianças, o que significa ter decrescido, entre 1930 e 1950, de 361.385 o numero de menores sem instrução. De 1950 até ao presente, o decréscimo deve ter sido de cerca de 12,1 por cento (de 20,3 para cerca de 8,2 por cento). Aceitando estes cálculos, sujeitos ainda a correcção, e confrontando-os com os elementos respeitantes a 1930, poderá concluir-se que, dêsse ano até 1953, a descida verificada foi de 64,9 por cento (2,8 por cento em média por ano). No mesmo periodo, o numero de menores sem ensino abrangidos pelos preceitos da escolaridade obrigatória passou de 517.604 para cerca de 68.000, o que representa uma diminuição de cerca de 450.000 crianças.

Passou a tomar em consideração o total das crianças matriculadas no ensino primário oficial, nos anos de 1909/10, 1925/26, 1948/49, 1952/53 (Junho) e 1953 (Dezembro—previsão), que foi respectivamente de: 271.830; 330.647; 549.275; 722.272; e 789.452.

Referiu-se á substituição das escolas móveis por escolas fixas, pòr aquelas não satisfazerem «ao objectivo invocado para a sua criação, o qual é a propagação das primeiras noções do ensino primário nas localidades em que não tem sido possivel a fundação de escolas fixas».

E concluiu, entre outras coisas:

—Entre 1909-10 e 1925-26, o ritmo de matrícula média, por dia lectivo e por ano, foi, respectivamente, de 18 a 3.676 crianças. De 1925-26 a 1948-49, entraram nas escolas, em média, 46 crianças em cada dia lectivo e 9.506 em cada ano. De 1925-26 a Junho de 1953, aqueles indices são já, respectivamente, de 70 crianças por dia e de 14.505 por ano. Entre 1948-49 e Junho de 1953, a média anual do aumento de matrículas foi de 43.249 crianças, o que equivale a dizer que, em cada dia lectivo, se inscreveram em média 209 crianças a mais. Avulta, porém, a extraordinária cadência no acréscimo de matricula no ano lectivo findo representada pela inscrição média diária (dia lectivo) de 435 crianças.

Destacou que «a subida de matrícula está longe de ser apenas consequência do aumento de população em idade escolar», para o que indicou alguns numeros indices das crianças dos 7 aos 11 anos e das inscritas, calculado com base nos elementos respeitantes a 1925-26, concluindo:

—Manifestam estes numeros que o aumento dos alunos inscritos no ensino primário oficial, nos ultimos 26 anos, foi substancialmente superior ao acréscimo verificado na população dos 7 aos 11 anos. E melhor se evidencia tal facto se abatermos ao total dos alunos matriculados aquele acréscimo da população infantil.

Salientou que, se ao numero das crianças matriculadas em Junho de 1953 abatermos o numero representativo do aumento de população dos 7 aos 11 anos (21.900) verificado para esse ano, concluir-se-á que o acréscimo da matrícula de Junho de 1949 para Junho de 1953 foi de 171.483.

—Quer dizer: só nos ultimos quatro anos conseguiu-se um resultado aproximadamente duplo do já apreciável resultado obtido de 1926 a 1949 (91.028) e mais do quadruplo do conseguido entre 1909-10 e 1925-26 (39.308).

«Resta averiguar—acrescentou—se o aumento de matrícula não terá sido consequência do mau aproveitamento escolar». E apresentou um quadro elucidativo, comentando:

—A melhoria verificada no aproveitamento, no periodo de 1927-28 a 1951-52 foi mais que tripla da do periodo de 1909-10 a 1927-28. Em 1951-52 o aproveitamento atingiu percentagem quase dupla da de 1927-28. O progresso alcançado sobressai mais se se atender a que, enquanto entre 1909-10 e 1927-28, o numero de alunos aprovados aumentou em 21.372 entre 1927-28 e 1951-52 esse aumento foi seis vezes maior.

Outro quadro mostrou o aproveitamento escolar, por classes, entre 1940-41 e 1951-52, salientando que «em 11 anos, o rendimento médio das quatro classes registou um acréscimo de 11,1».

—Assinale-se ainda, como sintomático, o facto de ter melhorado o rendimento nos três anos anteriores a 1951-52, ou seja precisamente num periodo de profundos reajustamentos escolares e de grande aumento de matrícula. Pode, por isso, concluir-se abertamente, não só por um maior aproveitamento, mas também por um mais equilibrado rendimento escolar, o que evidencia o esforço dos professores e regentes e o dos Serviços, e o aperfeiçoamento nos métodos de ensino, sendo certo que a qualidade deste não só não sofreu como tem melhorado.

Afirmou que «têm o maior interesse os elementos respeitantes ás escolas que funcionaram nos diferentes periodos a partir de 1909-10, pois que juntamente com os dados referentes á matricula, exprimem a evolução da luta contra o analfabetismo entre as crianças em idade escolar».

Apresentou um quadro das escolas que funcionaram nos anos de: 1909-10 (5.808); 1925-26 (8.802); 1948-49 (14.480); e Junho de 1953 (17.360). Salientou que em 1925-26 funcionaram também 318 escolas móveis, e em 1948-49 e Junho de 1953, respectivamente, 2.042 e 3.935 postos. E concluiu:

—Entre 1909-10 e 1925-26, o aumento no numero de escolas—professores—é de 2.994. De 1925-26 a 1948-49 o acréscimo é de 5.678 escolas e postos. Entre 1925-26 e Junho de 1953, esse aumento atinge 8.558 (97,2 por cento). De 1948-49 a Junho de 1953—4 anos—o numero de escolas e postos em funcionamento sobe em 2.880 unidades escolares. Quer dizer: em 4 anos entraram em funcionamento aproximadamente tantas escolas como entre 1910 e 1926. No ano lectivo de 1952-53 foi possivel

(Continua na 15.ª página)

# O eng.º Cunha Leal replica

## ao comentário do Ministério da Economia

## sobre as suas críticas

## ao custo da organização corporativa

«*Sr. Director*—Em 26 de Outubro findo, tive ensejo de pronunciar no ginásio do Liceu Camões, em sessão de propaganda eleitoral, um discurso, de que os jornais do dia 27 publicaram o texto quase integral. Entre outras coisas, aludi então a certos aspectos do orçamento ordinário português e das contas dos organismos corporativos e de coordenação económica.

Este ultimo problema suscitou agora contestações por parte do Ministério da Economia. Não se dirá que o parto não tenha sido laborioso mas, ao menos, a criança saiu perfeitinha.

Vou transcrever integralmente as afirmações minhas, que mereceram a honra duma réplica ministerial. Ei-las:

«Mas isto não é nada. E' que ao lado do aparelho burocrático do Estado criou-se o aparelho burocrático do regime corporativo, com pessoal não submetido ás regras de admissão e promoção do funcionalismo publico e á acção moralizadora dos orgãos normais de fiscalização. Ora em 1952 as despesas globais dos organismos corporativos, adicionadas ás dos orgãos de coordenação económica, excederam as despesas do orçamento ordinário desse mesmo ano.

«A medida do sacrificio do País, em 26 anos de vigência da Nova Ordem, já não pode, pois, avaliar-se por aquela verba de 30 milhões de contos, que á primeira vista se nos afigurava alucinante».

A' minha tese de falta de fiscalização das contas do sistema corporativo responde o Ministério da Economia textualmente o seguinte:

«Tanto os organismos corporativos, como os de coordenação económica, estão sujeitos á fiscalização normal do Estado, exercida através de inspecções pertencentes aos quadros do Ministério da Economia e do Ministério das Corporações. E a esta fiscalização acrescem, quanto aos organismos corporativos, a que é exercida por órgãos próprios, estabelecidos pelas suas leis organicas e, quanto aos organismos de coordenação económica, a fiscalização do Tribunal de Contas, ao qual são enviadas, nos termos dos decretos-leis n.os 26.757 e 31.253, as contas de cada gerência, acompanhadas de todos os desenvolvimentos, demonstrações e documentos originais das despesas, necessários ao seu julgamento».

Ora a verdade é que muito pouco eficazes devem ter sido as inspecções feitas á actividade funcional do Corporativismo, para que se tenha tornado possivel a multiplicação das irregularidades e desfalques, alguns dos quais não houve mais remédio do que levar aos tribunais, originando-se assim processos escandalosos. Só a inexistência real dessa acção fiscalizadora pode explicar tal fenómeno.

Restaria ainda a sanção final do Tribunal de Contas, que essa, sim, pela sua natureza menos politica e mais tecnico-judicial, oferece sérias garantias. Simplesmente, escapam a este controle os organismos corporativos, só estando sujeito a ele os órgãos de coordenação económica, conseante se verifica pelo próprio comunicado ministerial.

Parece-me, portanto, que neste capitulo da fiscalização, as minhas observações foram pertinentes e os argumentos ministeriais são sofísticos. Acrescente-se ainda que a nenhuma publicidade, no tocante ás contas do sistema corporativo, ao contrário do que sucede com as contas do Estado, não permita igualmente a fiscalização pelo órgão da opinião publica.

Vamos, posto isto, ao outro aspecto do problema—o da sobrecarga tributária ocasionada pela existência do Corporativismo.

Sou criatura escrupulosamente honesta no manejo dos numeros. Assim, ao querer avaliar a sobrecarga tributária, que o País teve de suportar desde o advento da situação, não entrei em linha de conta com todas as receitas ordinárias do Estado, mas exclusivamente, com os impostos directos e indirectos, calculando-a em mais de 30 milhões de contos, no decurso de 26 anos, e nem sequer deixando de pôr em relêvo que aquele numero deveria sofrer as correcções decorrentes da progressiva desvalorização da moeda nacional.

Quando citei o global das despesas da organica corporativa—e como despesas as classifica também a nomenclatura oficial—de modo algum asseverei que todas elas ou a maior parte delas representassem acréscimos reais da carga tributária, ao contrário do que dá a entender o Ministério da Economia, que assim faz entor-se á verdade para poder chegar a conclusões triunfais. Pelo contrário, não podendo extrair dos numeros, por mim conhecidos, dados concretos sobre o sacrificio pecuniário do País, que nesses numeros estava implicito e não rectifiquei a verba de 30 milhões de contos—sobrecarga dos impostos directos e indirectos—limitando-me a dizer que a sobrecarga total excedia aquela importancia, aliás assustadora.

Vem agora o Ministério da Economia proclamar que a carga tributária real é apenas de 350.000 contos por ano. Di-lo, mas não o creio, porquanto:

1) Já têm sido publicados numeros da ordem dos 500.000 ou 600.000 contos como sendo o global das despesas do pessoal dêstes organismos.

2) As operações de abastecimento e defesa económica—«meras inversões de valores», segundo o comunicado—originam proventos da ordem das centenas de milhares de contos, que representam o lucro dos organismos corporativos como comerciantes.

3) No cálculo da sobrecarga dos organismos corporativos devem também compreender-se as verbas arrancadas a patrões e operários para assistência e previdência, por isso que, embora elas possam acarretar benefícios, próximos ou longinquos, não deixam de constituir encargos para os contribuintes.

A falta de tempo impede-me de me alongar, mas isto já basta para demonstrar o mérito do comunicado do Ministério da Economia.

Agradecendo a publicação destes comentários, subscrevo-me, com a maior consideração. De V. etc.—*Cunha Leal*».


NUNCA A CRITICA FALOU
DUM FILME
COM TANTO ENTUSIASMO!

**«É mais do que um filme raro — uma obra-prima».**

«Diário de Notícias»

**«Frederico March que transformou «Willy Loman» numa das mais expressivas criações cinematográficas de todos os tempos».**

«Diário Popular»

**«É uma produção de alta categoria artística, séria, não apenas sob o aspecto técnico como também, pelo seu significado humano».**

«Republica»

**Não deixe de ver**

A MORTE DUM
CAIXEIRO VIAJANTE
**no São Luiz**

HOS
E' DE CÔR
DE LINHO
DE LINHO
CRUS
DE RENDAS
NTO DE CRUZ
RA FATOS
E LINHO
E LINHO
S DE LINHO
DE LINHO
LINHO
O DE LISBOA
PANOS
A R. DOS FANQUEIROS

**Se V. Ex.ª possuir**

Ouro, prata ou brilhantes, não tem dificuldades económicas.
A nossa casa paga muitissimo bem.
**Grande Ourivesaria da Moda**
RUA DA PRATA, 257

**Casquilho Faria, L.da**
Compra Venda e Administração de Propriedades
R. VICTOR CORDON, 7—LISBOA
TELEFONE 28715

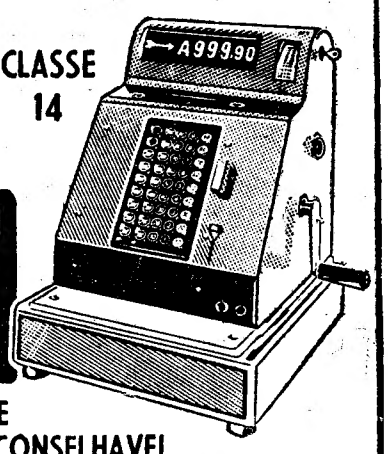
**PALLADIUM**

| SEXTA-FEIRA | BREVEMENTE |
|---|---|
| ◆ | ◆ |
| **Bacalhau à Palladium** | **Reabertura do Salão de Chá** |

**MODERNAS CONFECÇÕES**
Elegantes, práticas pelos mais recentes processos americanos
**Em tecidos e padrões escolhidos da ultima moda**
**SEMPRE PRONTAS A VESTIR**
**Avenida João XXI, 10-D**
* * *
*Sucursal:* **R. Tomás da Anunciação, 1-B**

A LINDISSIMA MUSICA
DE
«LUZES DA RIBALTA»
O MAIOR SUCESSO DA ACTUALIDADE
EM TODO O MUNDO, ESTÁ GRAVADO
EM **DISCOS** DECCA
A' venda nos:
EST. VALENTIM DE CARVALHO, LDA. — 95, Rua Nova do Almada, 99

HORNYPHON
APRESENTA OS MODELOS
1954
RÁDIOS
DE NOVA
TÉCNICA
Distribuidores no Sul:
**CENTRO COOPERAÇÃO TÉCNICA**—Rua D. João V n.º 2 — LISBOA
Agência Geral: **RÁDIO PORTO, L.da** — Rua Clérigos. 64 — PORTO

REGISTADORAS
Hugin
CLASSE 14

CONSTRUÇÃO METÁLICA MUITO ROBUSTA COM COFRE E GAVETA EM AÇO INOXIDAVEL
A MÁQUINA DE TECLAS DE PREÇO ACESSÍVEL MAIS ACONSELHAVEL
CONSTRUIDA NA SUÉCIA COM OS MAIS FINOS AÇOS DO MUNDO
Demonstrações sem compromisso e facilidades de pagamento
REPRESENTANTES:
AGÊNCIA COMERCIAL SUECA, LDA { Rua dos Fanqueiros, 250-2.º Esq.º Telef. 20353 e 32903 LISBOA
AGENTES NO NORTE
Agência Comercial - Santarém
R. Ramalho Ortigão, 40-Tel. 2 4587-PORTO
AGENTES NO ALGARVE
AGÊNCIA COMERCIAL DE FARO, L.da
Rua de Santo António, 59-Tel. 76-FARO

BOVRIL

É UM PRODUTO INDISPENSAVEL A SAUDE
RECOMENDADO AOS: CONVALESCENTES E DESPORTISTAS
BOVRIL FORTIFICA — TOME-O DIARIAMENTE
AGENTES EM PORTUGAL:
J. CANDIDO DA SILVA
PORTO

VIAGENS
A PALMA DE MAIORCA
A partir de 1 de Novembro a C. P. está habilitada a estabelecer bilhetes directos para Passageiros e para cães, bem como a despachar bagagens para Palma de Maiorca, ao abrigo da Tarifa Portugal-Espanha.

COMARCA DE LISBOA
3.ª VARA CIVEL
ANUNCIO
Pela 3.ª Vara Civel, 2.ª Secção, no dia 18 de Novembro corrente, pelas 14 horas, á porta do Tribunal, se há-de pôr em hasta publica, para ser arrematado por quem mais der, sobre o valor de 4.500.000$00, o prédio sito na Rua da Penha de França, n.º 123, descrito na 4.ª Conservatória do Registo Predial desta comarca sob o n.º 4.223, penhorado nos autos de execução ordinária que Albano Diniz e Zeferino Carvalho Carrilho Junior movem contra Matias António Bicho e mulher Elisa dos Prazeres Teixeira.
O referido prédio irá á 2.ª praça, no dia 26 do corrente, pelas 14 horas, por metade do referido valor, ou seja 2.250.000$00, se não obtiver lançador na 1.ª praça.
O pédio vai á praça com os seguintes encargos: consignação de rendas até ás quantias de Esc. 20.980$00 e 19.000$00, e acrescidos quanto a esta ultima quantia.
Lisboa, 5 de Novembro de 1953.
O Chefe da Secção
**Manuel Eduardo da Costa Fragoso**
Verifiquei a exactidão.
O Corregedor
**Alberto Toscano**

Resistentes e côres inalteraveis
MOSAICOS DUREX
FÁBRICA VENDA NOVA-AMADORA
ESCRITÓRIO E EXPOSIÇÃO
R. ARSENAL, 134-136 · LISBOA
TELEF. 2 1 3 1 4

Jappy
PORTÁTIL
A MÁQUINA DE ESCREVER
Sólida. Leve. Elegante
o modelo novo duma marca antiga e consagrada
REPRESENTANTES: LOPEZ HERRERO, L.da
RUA D. JOÃO V, N.º 7-B-LISBOA-TELEF 65184

Vida cara não?...
REFEIÇÕES COMPLETAS COM VÁRIOS PRATOS A ESCOLHA, A 7$50. SALA TÍPICA E AREJADA SÓ NA LUZITANIA-BAR, T.ª DA GLÓRIA, 23

COMPANHIA DOS CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES
Divisão de Abastecimentos
COMPRA DE TRAVESSAS
Esta Companhia aceita propostas para o fornecimento de travessas vulgares de pinho, com 2m,50 × 0m,26 × × 0m,13, ao preço de 40$00 cada, postas sobre vagão em qualquer estação da sua rede, com a percentagem mínima de 15 % de rectangulares em relação á quantidade das normais.
O fabrico e fornecimento das travessas deverá obedecer ás condições definidas no respectivo caderno de encargos, que será enviado a quem no-lo solicitar.
As propostas deverão ser remetidas ao Serviço de Compras da Divisão de Abastecimentos — Estação de Santa Apolónia — Lisboa.
O DIRECTOR-GERAL DA COMPANHIA
(a) **Roberto de Espregueira Mendes**

A PRESTAÇÕES
AOS MELHORES PREÇOS
ESQUENTADORES, a gás ou a petróleo—FOGÕES, a gás nacionais e da alamada marca Suíça «ESKIMO» — FOGÕES, a lenha e carvão — BANHEIRAS—Artigos de Casa de Banho—LOIÇA SANITÁRIA — LAVATÓRIOS — LUSTRES — CANDEEIROS — ASPIRADORES — ENCERADORAS — MAQUINAS DE LAVAR ROUPA—FERROS ELÉCTRICOS, automáticos—T. S. F., das marcas mais acreditadas — ARTIGOS DE MÉNAGE — UTILIDADES — CARRINHOS para BÉBÉS, etc.
J. Costa & Silva, Lda.
Rua Arco do Bandeira, 79-1.º (só no 1.º andar)
Telef. 26713 LISBOA

Figueira de Castelo Rodrigo, Escalhão e Mata de Lobos
Todas as estações de caminho de ferro vendem bilhetes e despacham bagagens e mercadorias para a vila de Figueira de Castelo Rodrigo e para as localidades de Escalhão e Mata de Lobos.
No Despacho Central instalado na vila de Figueira de Castelo Rodrigo aceitam-se a despacho mercadorias para qualquer estação de caminho de ferro ou para qualquer localidade servida pela camionagem combinada e vendem-se bilhetes e despacham-se bagagens para várias estações de caminho de ferro.

PANELA DE PRESSÃO Presto
75% DE ECONOMIA EM TEMPO E COMBUSTÍVEL
A DE MAIS FÁCIL MANEJO E DE MAIOR SEGURANÇA!

Presto
A PANELA DE PRESSÃO ULTRA-RÁPIDA
À VENDA NAS BOAS LOJAS DE UTILIDADES

Feira de S. Martinho
GOLEGÃ
em Auto-Carro **Capristanos**
**Inscrições**
Agência de Viagens ZEPA, LDA.
RUA CAPELO, 22
**Tel. 31253**

DIABÉTICOS
Com SUKRETTEN tereis tudo doce
À VENDA NAS FARMÁCIAS PREÇO 10$00

Aos doentes de estomago
e aos com reumatismo, pedimos o favor de enviarem o seu nome e morada para Laboratório Gastromil. — VISEU.

Horário dos comboios
LINHA DO NORTE
COMBOIOS «FOGUETE»
Previne-se o Publico de que, até 31 de Dezembro do corrente ano, continuam a efectuar-se os comboios «FOGUETE» n.os 2 e 5, com partidas das estações de Porto-S. Bento e Lisboa-Santa Apolónia ás 9-15 e 19-25, respectivamente, e as suas ligações de e para Coimbra.

FRONTEIRA
Todas as estações de caminho de ferro aceitam a despacho mercadorias para a vila de Fronteira.
No Despacho Central instalado na vila de Fronteira aceitam-se a despacho mercadorias para qualquer estação de caminho de ferro ou para qualquer localidade servida pela camionagem combinada.
No seu próprio interesse utilize este serviço combinado.

Redução nos preços da taxa de velocidade nas linhas da C. P.
A partir de 15 de Outubro os Srs. Passageiros utentes de bilhetes de assinatura ou de livretes quilométricos passam a ter nas linhas da C. P. uma grande facilidade, visto poderem adquirir, para seu uso, cadernetas de 100 senhas de taxa de velocidade, de 50 quilómetros cada senha, cujos preços representam a apreciável redução de 20 % sobre os preços tarifários da taxa de velocidade.

ATÉ 2 QUILOGRAMAS
A C. P. aceita, para transporte, em qualquer comboio, mesmo nos rápidos, e até 10 minutos antes da partida desse comboio, volumes de peso até 2 quilogramas.

PIANOS
Verticais e de Cauda
ALUGAM-SE
EST. VALENTIM DE CARVALHO, Lda
95, Rua Nova do Almada, 99
LISBOA

CANDEEIROS
Apliques e velas, molduras, misulas, talha rica, móveis com embutidos, etc., vende o fabricante — Rua Arco da Graça, 12, Tel. 29619.

Aos doentes de estomago
e aos com reumatismo, pedimos o favor de enviarem o seu nome e morada para Laboratório Gastromil. — VISEU.

PREVINA-SE
Contra as mudanças do tempo. Os caramelos Seivomel são deliciosos e protegem a saude.

CASPICIDA
Elimina a caspa, tonifica o cabelo. Renovador contra os cabelos brancos. Vende ás porções na R. Nova do Carvalho, 52.

# Eng.° Cunha Leal

(Continuação da 6.ª página)

E, no tocante á instituição da família, pretendem dar-nos lições aqueles que têm atitudes indefensáveis neste aspecto da sua vida social ou os que, não tendo casado, não sabem o que é sofrer pelos seus, concentrar neles, a bem dizer, toda a sua existência, reprimir a satisfação de legítimas necessidades, para que os que de si precedem—filhos e netos—possam ter vida mais folgada e fácil, regozijar-se com os seus triunfos e alegrias? Quem é que dentre eles se atreve a dar-me a mim lições nesta matéria?

Não rapazes, não presteis atenção aos que se fingem adoradores duma trilogia, que têm nos lábios, mas não sentem com o coração, e que lançam pedradas sobre os telhados de fibrocimento dos seus vizinhos, esquecendo-se os apedrejadores de que têm frágeis telhas de vidro. E' preciso compreender que nem tudo o que luz é oiro e que o oiro pode estar escondido.

Mas, gente moça, eu tenho grande piedade de vós, a quem pretendem deformar a inteligência e a sensibilidade ao longo da aprendizagem nas escolas secundárias. A entrada nas escolas superiores rasga-vos, porém, novos horizontes e desenha-vos novas perspectivas. E, depois, já se não pode hoje isolar um País com os métodos policiais de Pina Manique, e nem todos os totalitarismos se atrevem ainda a ir tão longe como os mestres do isolamento soviétista. As ideias andam no ar nos nossos tempos e são captadas com facilidade dionisíaca. Deste modo, sob o seu influxo, vocês, rapazes, perturbam-se e desorientam-se.

O mundo, que vos havia sido fantasiado pelo escol situacionista, esboroa-se como cidade bombardeada por armas atómicas, ficando-vos na alma um vazio, que importa preencher. Duas atitudes se vos antolham como lógicas e naturais: ou aderir á ideologia do regime vigente, não sob o impulso duma convicção interior, mas por apetência duma vida fácil, ou resvalar para um negativismo absoluto, aderindo ao comunismo, como forma de protesto contra uma sociedade que assenta sobre monstruosas injustiças. Dos erros de educação estatal resulta, pois, a formação de individuos, que ou se vendem ou levam a sua revolta, pelo menos de momento, até aos ultimos extremos.

Em muitos destes ultimos, o seu comunismo é visceral, mas noutros é a consequência duma aceleração, que os projecta para longe demais do seu ponto natural de equilíbrio do espírito. A estes ultimos, bem como àqueles que, mais serenos e sensatos, confinaram a sua alma numa atitude francamente democrática, me dirijo em especial, solicitando aos primeiros que revejam, sem falsas vergonhas, a sua atitude ideológica, aos segundos que se mantenham firmes nas suas convicções contra ventos e marés.

Dessa atitude de nobreza resultarão, para quantos a adoptarem, razões de íntimo contentamento, que são superiores a tudo o que possa decorrer duma conduta servil ou demagógica. O melhoramento das condições precárias da vida nacional só é possível se a grande maioria da gente moça demonstrar fé e tenacidade na defesa do ideal democrático, orientado num sentido de acréscimo da produtividade económica e da justiça social. Se vocês, rapazes, claudicarem, lutarão contra o interesse nacional e defraudarão a Pátria, mas, se souberem resistir a todas as seduções do totalitarismo das direitas e á mística satanica, ao catastrofismo implacável e apocalíptico, desejado e aconselhado pelos Titans soviéticos, então, tudo poderá salvar-se ainda.

Eu confio no bom senso da juventude portuguesa.

## 4 — Apelo aos governantes

No inicio desta campanha eleitoral, as minhas primeiras palavras não foram de ódio, nem sequer da retaliação. Quis colocar a contenda em nível elevado de serenidade e compostura e convidei os dirigentes do regime a possibilitarem o convivio das gentes desavindas da nossa terra. Para tanto, deveria ser facultada a todos e a cada um a defesa pacifica dos seus ideais e dos seus interesses, de modo que a generalidade dos Portugueses ficasse colocada em pé de igualdade juridica e real. Admitia mesmo que este resultado não fosse atingido dum jacto, mas sim gradual e progressivamente, para se evitarem por esta forma as manifestações explosivas inerentes a uma transição repentina da condição de servidão da maioria dos Portugueses para o estatuto da liberdade.

Quando um regime, como o que actualmente vigora em Portugal, é implantado revolucionáriamente e destroi, por conseguinte, a ordem juridica preexistente, é quase fatal que provoque descontentamentos e reacções. Estas tendem a assumir carácter insurreccional em obediencia a uma lei eterna do mundo físico e espiritual. Imaginemos, porém, que as novas instituições conseguem sobreviver a essa fase catastrófica e organizar de maneira eficiente a sua defesa. Então, pouco a pouco, vai-se amortecendo o ímpeto revolucionário dos seus adversários e entra-se em nova fase—a da oposição latente dum sector, mais ou menos volumoso, de grei nacional.

Não é de estranhar que os dirigentes da Nova Ordem política e social tentem vencer a relutancia dos inconformistas, de entrada pelos métodos da opressão, para, a seguir, enveredarem pelo caminho da propaganda e da persuasão. Isto implica concessões aos vencidos, que terão de ser tanto mais latas quanto mais consolidado se encontrar o regime, que fora instituído por um golpe de força. E', pois, lógico, que partam dos arraiais governativos os convites á calma e á contemporização, iniciando-se assim uma politica de elegancia e generosidade, em contraste com os métodos de violencia, de que se tinha usado e abusado nos primórdi-os desta segunda fase.

Se os adversários mostram acessibilidade a este convite, ao esquecimento de mutuos agravos, inicia-se então terceira fase na vida do Estado Novo—a do convivio, durante a qual os discordantes tentam convencer o País do mérito dos seus conceitos politicos e da honestidade dos seus propósitos. Estabelece-se assim, como já asseverei noutra oportunidade, o embate pacífico entre a tese dos governantes e a antitese dos seus adversários, vindo mais tarde a estabelecer-se a acomodação das duas pelo método dialético e iniciando-se quarta fase—a do restabelecimento da unidade nacional, que fora destruida pelos choques das épocas anteriores.

Julgava eu—pobre de mim!—que em Portugal se teria atingido aquele momento da segunda fase dos fenómenos desta natureza, em que um Governo forte e convencido da impericulosidade dos seus adversários esboça gestos e atitudes conciliadoras. Como quer, porém, que muitas vezes os dirigentes estatais se confinem em posições de intransigencia por instigação dum mal encaminhado orgulho, entendi que, a bem da nação, se me impunha inverter a ordem natural das coisas a dar, com mandato tácito ou expresso de grande numero de Portugueses oposicionistas, os primeiros passos no sentido da política de apaziguamento.

Se o meu gesto fosse mal acolhido e o escol do regime respondesse negativamente á proposta para se pôr termo á guerra fria, ao menos o País ficaria sabendo quem são os verdadeiros fautores da desordem nacional. E extrairia ainda desta recusa a conclusão de que, afinal de contas, o regime instintivamente se considera desprovido daquela força, que todos lhe atribuimos, por isso que, se não receia os assaltos á mão armada, teme desatinadamente os ataques da razão e não confia na justiça e bondade da Causa, que defende com tanto arreganho.

O resultado do meu convite, a respeito de cuja eficácia não tinha muitas ilusões, foi, em todo o caso, próprio para me causar surpresas. Esperava uma negativa cortez, mas, com honrosas excepções, tais como as do sr. ministro das Corporações e do dr. José Alberto dos Reis, que envolveram as suas recusas em palavras de gentileza e consideração, pelas quais me confesso grato, o «*não*» situacionista, provindo de gentes com aparencia de civilizada, revestiu-se de vaias e sarcasmos, que denunciam a alma ancestral do homem das cavernas. O mal é incurável nessas criaturas, visto que elas não se fizeram assim: nasceram assim. Ora «o que o berço dá a tumba o leva». Que seja bem tarde!

O pior de tudo isto é que a manutenção da «élite» oposicionista em impossibilidade de contactar com as massas populares e de as orientar consequentemente pode determinar que estas caiam sob a alçada de agentes provocadores, sendo possível que as suas insatisfações adquiram em momento asado as caracteristicas de autentico cataclismo, que a todos nos irmane na desgraça—a eles, que são os algozes, a nós, que somos as vitimas, e á nação, que não tem culpa dos erros deles, nem dos nossos.

Tinha eu apelado para a razão e para o patriotismo dos situacionistas. Tinha-lhes feito ver que a política consubstanciada nesta frase —«depois de mim o diluvio»—é criminosa e que Deus pode castigar quantos assim pensem, fazendo desabar o diluvio ainda em sua vida. Responderam-me com fátua arrogancia que não temem chuvadas, nem o retorno de períodos glaciários. E isto tudo veio envolvido em chufas, indignas de quem as proferiu ou escreveu, tão certo é que reputo esses progenitores de chalaça grossa muito acima das suas próprias palavras.

E contudo, ao dar por finda a minha intervenção nesta pugna eleitoral, ficaria de mal com a minha consciencia, se não voltasse á carga. E assim direi aos situacionistas, ensimesmados no seu orgulho rebarbativo e incoerente, o que se segue:

Os senhores devem amar a pátria como nós. Reparem, porém, em que, de tanto se abracarem a ela, querendo-a só para si, podem chegar a estrangulá-la. Creio que a sua unica possivel desculpa está em não medirem o alcance das suas afirmações e dos seus actos. Não devem expulsar do grémio nacional portugueses, honrados, como nós somos, por não quererem tornar-se vis, confessando uma fingida metamorfose ideológica. Nós não somos susceptiveis de abdicações vergonhosas, como as que exigem de nós Deixem-nos opor ás suas razões as nossas razões e a nação que a todos nos julgue e escolha os melhores dentre todos para orientarem a sua evolução. Ponham de parte as violencias que ferem as vítimas e comprometem os algozes. Não persistam em roubar ao pensamento alheio as possibilidades de expansão. Aceitem a noção do equilibrio dum todo como a resultante da compensação dos desequilibrios das suas partes e não como o produto do perfeito equilibrio de todas elas. Não queiram transformar uma sociedade de seres vivos num cemitério, em que paire um silencio funebre e aterrador. Abram as suas almas á generosidade e deixem que os seus olhos se embebam da doçura do azul infinito do céu.

CUNHA LEAL

# Dr. Gustavo Soromenho

(Continuação da pág. central)

—Que se passou então?

—Em 1949, um grupo de 52 eleitores recorreu para a Auditoria do Porto, contra a recusa da sua inscrição e os recorrentes obtiveram sentença favorável, tendo o sr. Auditor ordenado que fossem inscritos. Pois, apesar disso, nenhum está inscrito. Em Bragança, o sr. ministro afirmou que quem quer pode exercer a profissão ou a actividade que escolher. Para se ser funcionário publico nem sempre assim é, porque o pretendente ao lugar tem de ter informação da P. I. D. E., a qual pesa mais que os méritos e as habilitações... Mas o equivoco eleitoral não fica por aqui.

—A que se refere?

—É que, como contrapartida da intervenção governamental na campanha eleitoral, os candidatos da União Nacional não se apresentam perante os eleitores a expor um programa e a pedir para este a sua adesão; nada nos dizem acerca do que pretendem fazer como deputados, que opiniões ou teses irão sustentar. Limitam-se a apresentar as realizações do Governo como se fosse este quem vai ser eleito e, mesmo assim, apenas exaltam o aspecto das realizações materiais. Não sei bem porquê têm até predilecção especial pelas estradas e portos. Com certeza não se querem referir ás estradas municipais que foram objecto de uma representação dirigida este ano ao sr. presidente do Conselho. E quanto aos portos é necessário que nos digam se eles estão aptos a preencher a sua função, porque não basta existirem as muralhas e alguma aparelhagem. Ainda em Setembro, segundo li nos jornais, o director do porto de Aveiro defendeu a velha aspiração de a cidade possuir um porto que sirva a riqueza económica da Beira Litoral e o presidente da Junta Autónoma desse porto disse que este é uma necessidade na economia nacional. No mesmo congresso foi proposto que se enviasse um telegrama ao sr. presidente do Conselho, fazendo votos para que o porto da Figueira da Foz fosse, quanto antes, uma realidade.

—Mas a propaganda da U. N. salienta também a grandeza dos planos de assistência...

—Como me fala em assistência, seria oportuno que referissem, comparativamente com o estrangeiro (já agora), o indice de mortalidade infantil em Portugal, porque esse é justamente um dos mais reveladores do progresso de um país.

—Todavia, a grandeza das verbas despendidas parece impressionante, observámos.

—Também posso dar a minha contribuição sobre verbas—atalha o dr. Gustavo Soromenho. —Segundo a conta geral do Estado de 1943 a 1951 e os orçamentos de 1952 e 1953, o Gabinente do sr. ministro do Interior dispôs, para gastos confidenciais, para publicidade e propaganda, das seguintes verbas: 1943, 1.950 contos; 1944, 2.949 c.; 1945, 5.000 c.; 1946, 12.300 c.; 1947, 7.550 c.; 1948, 9.250 c.; 1949, 11.766 c.; 1950, 7.500 c.; 1951, 11.800 c.; 1952, 6.300 c. (verba inscrita), 300 c. (reforço em 25 de Agosto) e 450 c. (reforço em 13 de Dezembro); 1953, 6.900 c. (verba inscrita), 3.400 c. (reforço em 31 de Março), 1.800 c. (reforço em 7 de Maio), 3.000 c. (reforço em 25 de Setembro) e 400 contos (reforço em 24 de Outubro).

E prossegue:

—Isto é, em 10 anos, de 1943 a 1952, gastaram-se uma média de 7.713 contos por ano. Em 1953 a verba está, por enquanto, em 15.500 contos. Nos onze anos, os gastos confidenciais ascendem a 92.635 contos.

O nosso entrevistado diz em seguida:

—A outra verba refere-se á Legião Portuguesa e aqui tem a sua discriminação por ano: 1943, 4.500 contos; 1944, 4.000 c.; 1945, 5.500 c.; 1946, 5.500 c.; 1947, 7.000 c.; 1948, 7.300 c.; 1949, 8.000 c.; 1950, 8.000 c.; 1951, 8.500 c.; 1952, 8.500 c.; 1952, 8.500 c. (verba inscrita); 1953, 8.500 contos (verba inscrita).

«Como se vê a Legião custou ao País, nos ultimos onze anos, 75.300 contos, apenas por via das verbas orçamentais. Aqui tem verbas que revelam bem a grandeza do Estado Novo e a parcimónia com que se usa o dinheiro do contribuinte. Em compensação, o nivel de vida do povo português é lamentávelmente baixo e não é com verbas e numeros que se esconde esta triste e dolorosa realidade.

—Mas diz-se, entre os partidários da Situação, que a Oposição não apresentou até hoje uma critica de conjunto, ordenada e coerente, á obra do Governo e que ela se limitou a «entoar a estafada canção da liberdade». Que pensa desta acusação?

—Em primeiro lugar, que pedir liberdade quando ela não existe não é uma canção estafada, mas uma atitude legitima, que só pode terminar quando eliminada a anomalia que lhe deu origem.

—Em segundo lugar?... .

—Semelhante critica, quando se concede apenas o escasso periodo de 30 dias, com o espaço restrito de que dispõe a Imprensa seria impossivel. Ela teria de ser necessáriamente longa, e, em periodo tão curto, nem haveria sequer tempo para fazer a impressão. Durante a campanha eleitoral a que concorreu o sr. general Norton de Matos, a Comissão de Economistas preparou 10 a 12 trabalhos, em que se apontava, com numeros, o significado dessa obra nos seus aspectos fundamentais; pois só foi possivel imprimir um deles, o qual... extinto o periodo de liberdade condicionada, foi logo apreendido. Eu entendo, porém, que essa critica deve ser feita e estou pronto a colaborar nela e só aguardo que, para tanto, venha a necessária declaração do Governo com a garantia de que não será apreendida após a publicação, ou até antes.

—Considera, portanto, a Censura como um dos óbices fundamentais ao não aparecimento dessa critica?

—Evidentemente; dê-se ao trabalho de percorrer a colecção em cicloestilo dos boletins do Grémio dos Editores e Livreiros e verá o sudário de proibições, que quase sempre significam apreensões, realizadas... Nem Nietzsche escapou.

—E julga possivel encontrar entre a Oposição uma plataforma doutrinária para essa critica?

—Provávelmente não. De resto, uma critica desse tipo para ser efectivamente coerente terá de ser realizada de um ponto de vista de partido.

—Julga então imprescindivel a formação de partidos politicos, quanto mais não seja para o Governo aferir em cada caso a posição da opinião publica perante a sua própria politica?

—Não vejo outra maneira de o conseguir.

—Mas, segundo a Oposição, existe entre nós, pelo menos, um partido politico—a União Nacional.

—Ao contrário do que se pensa e diz, não concordo com a classificação. O decreto que a criou declara que é uma associação «sem caracter de partido». É certo que o que as leis dizem nem sempre corresponde á realidade e a melhor prova está na Constituição: mas neste caso a lei corresponde á verdade. Um partido é uma associação de homens livres, ligados por um ideal comum e representa, portanto, um centro de aglutinação de opiniões, tendências, doutrinas, que procuram exprimir-se por forma que tenha relevancia politica. Portanto, a existência de um partido implica a existência de um programa de actuação politica, que se procura levar á prática quando o partido alcança o Poder. E os seus homens, quando no Governo, são os intérpretes dos pontos de vista do partido. Ora, na União Nacional tudo se passa ao contrário.

E o dr. Gustavo Soromenho observa:

—Em momento algum da vida publica, nem mesmo na discussão do Plano do Fomento, que tanto serve para a propaganda, aquele organismo aparece, como tal, a exprimir os seus pontos de vista. A U. N. é mesmo a inversa de um partido, porque em vez de constituir, pelo menos, a fonte de sugestões para a actividade do Governo, apresenta-se como simples pregoeiro da virtude das soluções tomadas. Ela é mais uma repartição publica destinada especialmente a fazer propaganda do Estado Novo, a fornecer deputados e a preencher lugares publicos.

Prosseguindo, diz:

—De resto, tal situação coaduna-se perfeitamente com a opinião que tem de politica o seu presidente, a quem até 1951 competia a nomeação da Comissão Central. Disse Sua Excelência, justamente ao dar posse a uma dessas comissões, que politica, é um conjunto de medidas destinadas a levar o País a um estado de adesão ou simples conformidade com os objectivos do Governo. A U. N. preenche, como pode, a primeira parte destes requisitos—tentar levar o País a aderir. Se tal não for possivel—e parece que o não tem sido—outra repartição se encarregará de o levar a conformar-se. A U. N. terá assim em cada caso o plano que o Governo tiver.

—Mas é inegável que existe entre nós uma continuidade governativa, que representa, no caso presente, a realização de uma doutrina politica, económica e social.

—Nem isso. O que existe em Portugal é uma permanência de certos homens em lugares-chaves que, libertos do constrangimento de qualquer opinião organizada, têm, sob a aparência do desenvolvimento lógico de uma doutrina, ensaiado as soluções mais contraditórias. Nem mesmo no aspecto fundamental do regime essa continuidade se manifesta. De um corporativismo medieval e ingénuo, na aparência, saltou-se para um capitalismo extreme que só tem hoje paralelo num ou dois países do Mundo. A arregimentação dos individuos, fazendo-os aglutinar á volta de principios sem relevancia politica, o estrangulamento e a pulverização dos homens, como cidadãos, são as grandes alavancas em que se apoiou o Estado para, simultaneamente, garantir a sua permanência e aparentar o que na realidade não é. Abastardou-se assim a opinião publica e, quando chegam as eleições, pede-se-lhe então que se manifeste por um acto de renuncia. Chegou-se ao extremo de, nas mesmas sessões em que se afirma que votar é um dever sagrado, se defender que o sufrágio é a forma menos genuina de se exprimir a opinião publica. O que se pede na realidade ao País é que manifeste pelo voto a sua concordancia em subordinar-se.

E acentua:

—Repare ainda neste outro aspecto, e que, á falta de melhor termo, apenas chamo elucidativo. Considera-se a Situação como descendente directa do Movimento de 28 de Maio. Eu possuo uma fotocópia do programa desse movimento, que contém sómente umas 10 bases a enunciar reformas. Entre elas há uma que se refere á Lei da Imprensa e diz assim: «Lei da Imprensa que faça corresponder á maior liberdade de pensamento um máximo de responsabilidade, de modo a proteger a integridade moral dos individuos e a ordem social indispensável». Aqui tem um ponto do programa que foi atraiçoado, como aliás o foi todo o pensamento dos que dirigiram essa revolução.

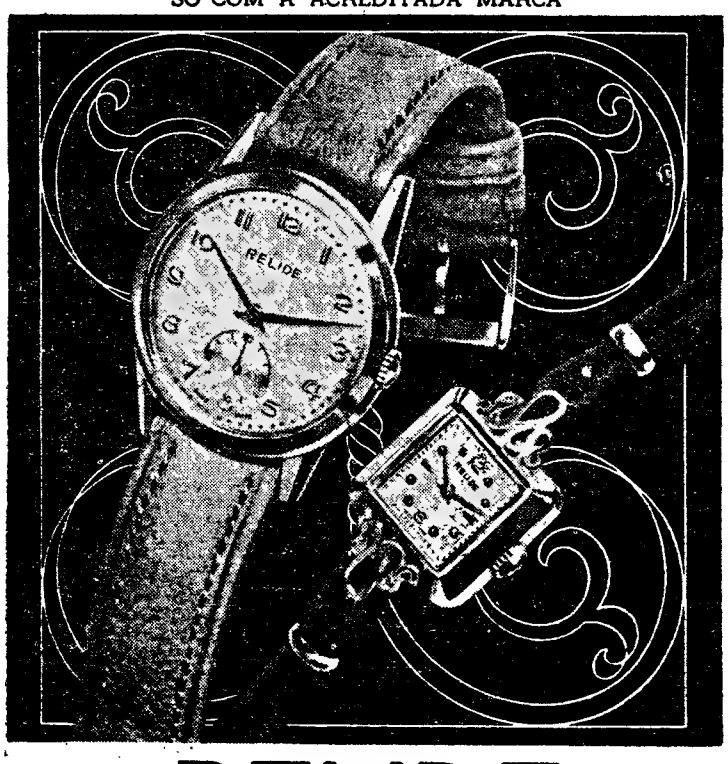
—E o programa da Oposição?

—Direitos, Democracia, Liberdade são palavras detestadas que, para os adeptos do Estado Novo, não constituem um programa. No entanto, elas representam, sem duvida, um enunciado, mais do que isso, a base de um programa, porque, para principiar, a obra é de saneamento moral e cívico.

O dr. Gustavo Soromenho conclui:

—Deste modo, ninguém, com honestidade, pode apresentar-se perante o eleitorado a prometer mais, nem a garantir senão que a luta, para a conquista daquela condição prévia, prosseguirá até que os direitos fundamentais sejam restabelecidos.

QUALIDADE E ELEGÂNCIA A PREÇOS ECONOMICOS
SÓ COM A ACREDITADA MARCA




# RELIDE

A PRIMEIRA MARCA QUE ESTABELECEU EM PORTUGAL
A GARANTIA CONTRA TODOS OS ACIDENTES

---

# AUTO-LITE

## a vela

QUE VELA PELO MOTOR DO SEU CARRO

CUIDADOSAMENTE ESTUDADAS
PARA TRABALHAREM COM
QUALQUER SISTEMA DE IGNIÇÃO

POR DINHEIRO ALGUM
PODE COMPRAR UMA VELA
MELHOR

REPRESENTANTES EXCLUSIVOS

**AUTO-LUSITANIA**

AV. DA LIBERDADE, 73 A 79
LISBOA

D.S

---

# COMPANHIA COLONIAL DE NAVEGAÇÃO

"SANTA MARIA" * "VERA CRUZ"

## LINHA AMERICA DO SUL

**Serviço rápido de luxo com escala por FUNCHAL**

| PAQUETES | DESTINOS | PARTIDAS (às 12 horas) |
|---|---|---|
| «SANTA MARIA» VIAGEM INAUGURAL | Salvador, Rio de Janeiro, Santos, Montevideu e Buenos Aires | 12 de Novembro |
| «VERA CRUZ» | Salvador, Rio de Janeiro, Santos, Montevideu e Buenos Aires | 28 de Novembro |

LISBOA — R. DE S. JULIÃO 63
Telefones n.os 30131 a 30138
PORTO — RUA INFANTE D. HENRIQUE, 8
Telefone 23342

Leiam o "SEMPRE FIXE"

---

# AO ALMÔÇO E AO JANTAR

BEBA VINHO FAMILIAR

UM PRODUCTO DA

## Real Companhia Velha

FUNDADA EM 1756

Agentes em Lisboa
**AMORIM, COELHO & FEIO, L.DA**
RUA LUÍS AUGUSTO PALMERIM, 20-A TELEF. 7 3525

---

O pó e as pinturas aderem melhor, se a pele fôr friccionada préviamente com

## CREME NIVEA

que tambem evita a obstrução dos poros e a acumulação das impurezas
A venda nos bons estabelecimentos
Preços desde 7$50
Deposito: Pestana & Fernandes, Ld.ª
Rua dos Sapateiros, 39 — Lisboa

---

# Sociedade Geral

## O n/m «ANA MAFALDA»

para: **Bissau, Praia e S. Vicente**
(Via Leixões)

Carrega na Doca de Alcantara nos dias 5, 6 e 7 para sair a 10 do corrente

**Passageiros de 1.ª, 2.ª e 3.ª classes**

**Chamamos a atenção dos senhores passageiros para a disposição em vigor acerca do transporte de bagagens**

## ANGOLA/NORTE EUROPA (Carreira Regular)

O n/m «**ANTONIO CARLOS**» carrega nos portos de Angola, e S. Tomé se convier, para os portos do Norte da Europa na 2.ª quinzena de Novembro.

**Tratar em:**

| | | |
|---|---|---|
| LISBOA, | Rua do Comércio, 39 | Tel. 30551 |
| PORTO, | Rua Sá da Bandeira, 82 | Tel. 27363 |

---

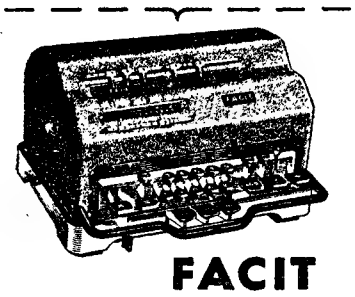
**para todos os países**

A União Sul-Africana produziu, o ano passado, ouro no valor de 114 milhões de libras esterlinas e mais de um milhão de quilates de diamantes.

**para todos os negócios**

A indústria mineira sabe o que para ela significa a exactidão das modernas máquinas de escritório — por isso prefere a FACIT.

**para todos os cálculos**



# FACIT

**— A máquina de calcular que mais se exporta em todo o Mundo.**

A mais pequena calculadora inteiramente automática, toda fabricada em aço sueco. Precisão absoluta nos mais pequenos pormenores. Sistema de 10 teclas de fácil e rápida aprendizagem. Completamente blindada e à prova de ferrugem e de erros.

*Vendas e assistência técnica em todo o Mundo.*

**FACIT**
MADE IN SWEDEN

Representantes exclusivos:
**SOC. COM. LUSO-AMERICANA, LDA.**
LISBOA-PORTO-FARO

---

FABRICANTES:
RECONSTRUTORA AUTOMÁTICA, LDA.
PRAÇA DO AREEIRO, 5-B E 5-C-TEL. 73253-LISBOA

---

*O primeiro vinho de mesa nacional*

# PÉ DA VINHA

**CALDEIRA, L.DA**

R. VALE FORMOSO BAIXO, 94 - TEL. 39179 - LISBOA

# DESPORTOS

## PUGILISMO

### Belarminó Fragoso, o novo campeão nacional dos meios leves. Chico Santos venceu por K. O. Fernando Branco

O publico que ontem á noite encheu o Estádio Mayer não deve ter saído desiludido. De resto, o programa estava bem organizado, desde que consideremos as condições em que vive presentemente o pugilismo nacional.

Nos dois ultimos combates, a assistência vibrou com intensidade e o ambiente fez-nos lembrar os bons tempos da modalidade.

A sessão iniciou-se com dois combates preliminares que não tiveram historia. No primeiro, Neves Leite (61 kg.) venceu aos pontos Arlindo Mateus (61,100) num combate em seis assaltos, dirigido por Jordão França. O vencedor ganhou bem, dominando nos três ultimos assaltos.

No segundo preliminar, sob a arbitragem de Pedro Silva, e no mesmo numero de assaltos do combate anterior, defrontaram-se Armando Pons (65,500) e Armando de Oliveira (66,200). A luta chegou ao final com nitida vantagem de Pons, que só esteve em dificuldade no 3.º «round». Nos restantes acumulou pontos sobre pontos, sobretudo com directos da esquerda. Mas o arbitro, que ouviu a maior «bronca» da noite, resolveu decidir *matc* nulo...

O primeiro combate, após o intervalo, punha frente a frente, para o titulo nacional dos meios leves, Belarmino Fragoso (57,150) e Fernando Gonçalves «Sota» (54,400), em 12 assaltos, sendo a decisão dada por um juri composto por Jordão França, Joaquim Teixeira e pelo arbitro José de Araujo. Embora muita gente possa supôr o contrário, a verdade é que o combate teria que ser desigual. Sota, mais baixo, com menor tamanho de braços e para mais ainda com cerca de 3 quilos a menos, estava em nitida desvantagem. E' claro que desse facto nenhuma culpa cabe a Belarmino, que ganhou e muito bem. Ao principio, a diferença não se acusou muito, mas, a partir do 7.º ou do 8.º assalto, «aquilo» pesa como chumbo... Belarmino, mais estilista incontestavelmente, quando raciocinou com clareza fez sempre o jogo que lhe convinha. Quando não pôde fazer, perdia pontos. Registe-se, desde já, que ambos os pugilistas fizeram um combate corajoso, esquecendo-se muitas vezes da tactica a seguir para se lançarem na luta, abertamente, desprezando as conveniências da tactica. Regra geral todo o combate decorreu com ligeira vantagem para Belarmino, embora Sota impusesse igualdade no 1.º e 5.º e tivesse vantagem no 9.º e 10.º assaltos. Nos dois ultimos, porém, Belarmino atacou furiosamente e Sota, que dera tudo, não pôde responder convenientemente, terminando em dificuldade, apesar de corajoso.

No combate final, entre Francisco Santos (61,100) e Fernando Branco (60,950), apuravase o «challenger» ao titulo dos leves, actualmente em poder de Julio Martins. A luta foi aprazada para 10 assaltos, e a decisão dada por um juri, composto pelo juiz da partida, Joaquim Teixeira e por José Araujo e Jordão França. Francisco Santos, que seria um caso unico no pugilismo nacional se tivesse maior poder de soco, ganhou de forma convincente, batendo Branco sem apelo nem agravo. Depois de dominar na maioria dos assaltos, impôs um espectacular K. O. no 9.º «round», obtendo a vitória mais concludente daquelas que registou até hoje sobre o seu mais directo adversário.

Logo de entrada Chico Santos atacou com uma rapidez invulgar. Impondo o jogo á distancia, desgastava o adversário, chegando a dobrar golpes com o mesmo punho com uma facilidade impressionante. Branco descontrolou-se perante a sucessiva saraivada de golpes e só no final do 2.º assalto teve forte reacção.

Nos assaltos seguintes, Branco procurou jogar á meia distancia, e entrar no «clinch», mas Chico Santos continuou a impôr o seu jogo. Nos 5.º, 6.º e 7.º houve igualdade e, no 8.º, uma fortissima reacção de Branco deu-lhe vantagem. Nestes três minutos, Branco atirou-se loucamente, não se importando de abrir a guarda, para colocar golpes. Chico Santos, surpreendido, foi levado de vencida, só no final reagindo com «uppercuts», mas terminando o «round» encurralado num canto a receber golpes duros. Foi, porém, o canto do cisne! no 9.º, Chico Santos, mais calmo, aceitou a luta á meia distancia. Recebeu um violento «crochet» na cara, mas respondeu com um soco curto que Branco acusou. Na replica, este colocou uma direita, mas um «contra» da esquerda de Chico Santos ao queixo de Branco atirou-o a terra para a conta fatal. De tal maneira, que, já passados três ou quatro minutos, ao levantar-se para agradecer as palmas do publico, voltou a desmaiar, tendo que ser conduzido em ombros ao vestiário.

## HOQUEI EM PATINS

### O Sintra venceu o Oeiras por 3—1 para o Nacional de juniores

O campeonato nacional de juniores está a despertar um interêsse com que talvez se não contasse. Mas é preciso que o interesse não vá ao ponto de suscitar ambiente de paixão.

Para o jogo de ontem, sob a arbitragem de Manuel Henriques, os grupos alinharam:

*Sintra*—Álvaro, Pinto Leite, Ferreira, Pompilio, Rui Faria e Baummberg.

*Oeiras*—Fernando, Bica, Nogueira, Carreto, Garcia e Machado.

O Oeiras vencera na primeira volta, por 3—2; os sintrenses precisavam, portanto, de g anhar e de superar a diferença de um golo. Destes antecedentes nasceu uma toada que já se esperava e que caracterizou quase sempre a partida: ataque do Sintra, a procurar fazer golos, prudência e táctica pouco aberta dos oeirenses, a tentar evitá-los

Ainda não havia um minuto de jogo quando os vencedores fizeram 1—0 em remate de Pompilio, depois de boa combinação. No entanto, o marcador só voltou a funcionar a poucos segundos do intervalo, com a transformação dum penalti, apontado pelo mesmo jogador. Próximo do meio do segundo tempo, o avançado do Sintra tornou a marcar e o resultado de 3—0 esteve prestes a não sofrer alteração. Porém, a 20 segundos do fim, o Oeiras pôde reduzir a diferença, ao beneficiar duma grande penalidade que Nogueira apontou.

A vitória está certa e traduz o desenrolar da partida, muito bem disputada e técnicamente notável. A arbitragem esteve bem.

Nos restantes encontros a contar para oTorneio de Selecção, verificaram-se os seguintes resultados: Mundet, 3 — Vila Franca, 2; Futebol Benfica, 2 — C. Ourique, 1.

### Campo de Ourique — Sporting de Tomar e Vila Nova de Ourem — Sintra para o Nacional de Seniores

O Torneio de qualificação Sul—Oeste—Centro tem hoje uma jornada de interesse, mais pela novidade do que pelas suas credenciais técnicas. Assim, em Campo de Ourique, os donos do rinque receberam o Sporting de Tomar, prevendo-se luta desnivelada; e, em Vila Nova de Ourém, tendo em conta a maior experiência do Sintra, também é de esperar que ganhem os mais cotados, sem graves preocupações.

# Sport Lisboa e Benfica

## Comunicado oficial

A Direcção do Sport Lisboa e Benfica, na sua reunião extraordinária de hoje, tendo analisado pormenorizadamente o processo de inquérito, que ordenou acerca da actuação do jogador Félix de Assunção Antunes antes, durante e depois do jogo Vitória de Setubal—Benfica, realizado em 18 de Outubro próximo passado, e tendo ainda ponderado devidamente a sua conduta, não só em relação a estes factos, mas também a todo o seu passado dentro do clube, concluiu que este jogador cometeu graves infracções á disciplina imposta pelos Estatutos do Clube, Regulamento da Secção de Futebol e demais legislação geral aplicável, pelo que, usando dos poderes que lhe confere o artigo 71.º dos Estatutos do Sport Lisboa e Benfica resolveu:

1.º) Punir o jogador Felix de Assunção Antunes com a pena de suspensão de todos os direitos de atleta do clube pelo periodo de três anos, a contar de 21 de Outubro próximo passado.

2.º) Tornar publica esta decisão e dar dela conhecimento oficial, para os efeitos convenientes, ás entidades superiores.

Lisboa, 4 de Novembro de 1953.

*A Direcção.*

## JOHAN VOETELINK

Recebemos a visita do sr. Johan Voetelink, o grande amigo de Portugal na Holanda, que nos apresentou despedidas, pois regressa ao seu país após uma viagem que vai fazer ao Algarve.

# DIARIO DE LISBOA

## O TEMPO QUE FAZ

*Informação do Serviço Meteorológico Nacional:*

SITUAÇÃO GERAL ÁS 9 HORAS (T. M. G.) DE HOJE — Em Portugal continental o ceu está nublado e os ventos são fracos, de Noroeste, por influência de uma massa de ar maritimo e humido, transportada na circulação de um anticiclone, centrado sobre os Açores.

PREVISÃO ATÉ ÁS 24 HORAS (T. M. G.) DE AMANHÃ—Ceu nublado, por vezes encoberto. Vento fraco a bonançoso de Noroeste. Possibilidade de chuviscos nas regiões do Norte. Temperatura sem modificação.

## PROGRAMAS DA RADIO

EMISSORA—Ás 18 e 30, Danças; 19, Noticiário; 19 e 5, Rádio Mocidade; 19 e 20, Marchas, pela Banda Alemã Steinkopf; 19 e 30, O compositor da semana: Mussorgsky; 20, O caso do dia; 20 e 15, Musica ligeira sinfónica; 20 e 30, Noticiário regional; 20 e 35, Que quer ouvir?; 21, Noticiário e desdobramento.

*Programa «A»*—Ás 21 e 15, Campanha Nacional de Educação de Adultos; 21 e 20, Orquestras típicas; 21 e 30, Variedades em discos; 22, Zarzuela; 22 e 30, A vida começa hoje; 23, Rádio-Teatro; 23 e 30, Danças; 23 e 50, Noticiário e encerramento.

*Programa «B»*—Ás 21 e 15, Antologia Sonora; 21 e 30, Crónica semanal, pelo prof. Vitorino Nemésio; 21 e 45, Musica de tecla; 22, Recital de canto; 22 e 20, Cartas célebres; 22 e 30, Recital de violoncelo; 23, Que quer ouvir?; 23 e 50, Junção dos emissores.

RÁDIO CLUBE—Ás 18, Concerto; 18 e 45, Variedades; 19, Teatro invisível; 19 e 15, União dos Defensores da Língua Portuguesa; 19 e 30, Aperitivo; 20, Onda desportiva; 20 e 30, Vozes de Portugal; 21 e 30, Reportagem da sessão de propaganda eleitoral de Lisboa; 0 e 45. Rádio-jornal e fecho.

RÁDIO UNIVERSIDADE—Ás 19 e 45, Marcha; 19 e 50: Musica ligeira; 20. Conjuntos vocais; 20 e 15, Noticiário; 20 e 20, Concerto da semana; 20 e 35, Cinema; 20 e 50, Anuncio do encerramento; 20 e 54, Marcha; 20 e 55, Fecho.

VOZ DE LISBOA—Ás 19 e 30, Artistas portugueses; 20, Em casa do ouvinte; 20 e 20, Composições portuguesas; 20 e 30, Figurino musical; 20 e 50, Quatro igual a um; 22, Fecho.

RÁDIO RENASCENÇA—Das 19 e 30 ás 0: juntamente com o Porto, das 19 e 30 ás 22 e 30.

POSTOS CENTRALIZADOS—Das 17 ás 19 e 30. Rádio Graça; das 19 e 30 ás 22, Voz de Lisboa; das 22 á 1, Clube Radiofónico de Portugal.

## FARMACIAS DE SERVIÇO

TURNO H — Estrada de Benfica, 492-594—Tel. 58-092; Aguiar—Estrada de Benfica, 197-199—Tel. 580-43; Leal de Matos—Rua de Neves Costa, 33-35—Carnide—Tel. 58-181; Patuleia, Herd.os—Rua do Lumiar, 122-124—Tel. 79-332; Alvalade—Avenida da Igreja, 18-B—Sitio de Alvalade.—Tel. 77.170; Belmar—Avenida de Roma, 53—Tel. 76314; Miranda—Campo Pequeno, 36-B-C—Tel. 70776; Figueiras—Avenida do Marquês de Tomar, 20—Tel. 44995; Latina—Av. de António Augusto de Aguiar, 17-A—Tel. 42312; Salutar—Rua do Conde de Redondo, 9-A—Tel. 43314; Ascenso—Rua 19—Bairro da Encarnação—Tel. 399216; Marvila (De)—Rua Direita de Marvila, 25; Banha—Estrada de Chelas, 173-175—Tel. 39683; Nova Luz—Rua A, á Avenida de D. Afonso III, 28-A—Tel. 843439; Nacional—Rua de S. João da Praça, 26—Tel. 28032; Bastos Andrade—Calç. de Santo André, 107-111—Tel. 25150; Rosa & Viegas—Rua de S. Vicente, 31—Tel. 849351; Central da Penha—R. da Penha de França, 60—Tel. 849245; Imperial—Av. de Guerra Junqueiro, 30-B—Tel. 76860; Veral—Rua de Morais Soares, 109—Tel. 40632; Colonial—Caminho do Forno do Tijolo, 40—Tel. 841122; Martins, Herd.os—Rua dos Anjos, 41—Tel. 50730; Silva Santos—Rua da Escola Politecnica, 80—Tel. 60280; Central de Campolide—Rua General Taborda, 17—Tel. 40304; Almeida—Rua de Silva Carvalho, 136—Tel. 63226; Lobel—Rua de Infantaria 16, 100-A—Tel. 63807; Paivas & Parente—Rua de Santo António, á Estrela, 96-98—Tel. 65196; S. A. E. Silva, Filhos—Rua de S. João da Mata, 74—Tel. 62275; Bom Sucesso—Rua de Bartolomeu Dias, 63—Tel. 38754; J. A. Silva—Rua dos Quarteis, 25-27—Tel. 37777; Lisbonense—Rua do 1.º de Maio, 10—Tel. 37020; Valentim, Ld.a—R. do Poço dos Negros, 88-90—Tel. 61353; Labor—Rua do Diário de Noticias, 81-83—Tel. 23428; Centro Farmaceutico — Rua de Eugénio dos Santos, 88—Tel. 21211; Ferrão—Rua da Mouraria, 12—Tel. 28064; Unifa—Rua da Vitória, 21—Tel. 23793.

## FARMÁCIA LATINA

**está de serviço**

Av. António Augusto de Aguiar, 17-A
Telefone 42312

## CARTAZ DOS ESPECTACULOS

NACIONAL—A's 21 e 45—«A taça de ouro».
VARIEDADES—A's 20 e 45 e ás 23—«O pato».
MONUMENTAL—Ás 20 e 45 e ás 22 e 45—«Cavalgada mágica».
MARIA VITÓRIA—Ás 20 e 30 e ás 22 e 45—«Saias curtas».
TIVOLI—«Luzes da ribalta».
SÃO LUIS—«Morte dum caixeiro viajante».
EDEN—«Luzes da ribalta».
IMPÉRIO—«A cruz da minha vida».
S. JORGE—«Pomo de discordia».
MONUMENTAL—«Sombrero».
POLITEAMA—«O pirata vermelho».
CONDES—«Vento do Oriente».
CAPITÓLIO—«Serpente do Nilo».
ODEON e PALACIO—«Prestigio real».
OLIMPIA—«A legião dos zorros».
TERRASSE—«O aventureiro do Mississipi».
LIS—«Continuo a esperar-te».
JARDIM—«Os filhos dos 3 mosqueteiros»
PROMOTORA—«Quem vai á guerra».
BELEM-JARDIM—«Caiçara».

## BOLSA DE LISBOA

| VALORES | Efectuado | Compra | Venda |
|---|---|---|---|
| **Fundo do Estado** | | | |
| Consolidado 2 3/4 T. 10 | 772$ | 772$ | 773$ |
| Consolidado 3 % T. 10 | 857$5 | 857$5 | 858$ |
| Consolidado 3 1/2 T 10 | 985$ | 984$ | 986$ |
| Centenários 4 %... ... | 2.219$ | 2.217$ | 2.220$ |
| Obrig. Tes. 2 1/2 1942 | — | 973$ | — |
| Obrig. Tes. 2 1/2 1943 | — | 962$ | — |
| Obrig. Tes. 2 1/2 1944 | — | — | 965$ |
| Externas 1.ª série... ... | — | 1.227$ | — |
| Externas 1.ª carimbadas | — | 1.229$ | 1.235$ |
| Externas 3.ª série ... ... | — | 1.340$ | — |
| Externas 3.ª carimbadas | — | 1.340$ | 1.350$ |
| Cautelas 3.ª série s/ j. | — | 157$ | — |
| **Acções** | | | |
| Lisboa e Acores, part. | 1.740$ | 1.720$ | 1.760$ |
| Ultramarino cp. T. p.... | 1.992$ | 1.992$ | 1.995$ |
| Portugal port. T. p.... | 1.650$ | 1.640$ | 1.660$ |
| Mundial ... ... ... ... | — | 2.250$ | 2.350$ |
| Nacional ... ... ... ... | — | 1.900$ | 2.000$ |
| Aguas Lisboa port. ... | — | 210$ | — |
| Aguas Lisboa 1934 T.p. | — | 210$ | 220$ |
| Aguas Lisboa 1936 T.p. | — | 210$ | — |
| Cimentos Tejo... ... ... | 400$ | 398$ | 400$ |
| Cimentos Leiria T. p. | 498$ | 497$ | 500$ |
| Crédito Predial port.... | 25$ | 25$ | 25$3 |
| Gás Electricidade cupão | 187$5 | 187$ | 188$ |
| Alto Alentejo cupão... | 143$ | 142$5 | 143$5 |
| Industrial Aliança... ... | 395$ | 390$ | 400$ |
| Portugal e Colónias ... | 383$ | 382$ | 384$ |
| Nac. Navegação T. p. | 1.410$ | 1.407$ | 1.415$ |
| Colonial de Navegação | 665$ | 663$ | 670$ |
| Port. de Pesca T. p.... | — | 1.100$ | 1.180$ |
| Port. de Tabacos cupão | 458$ | 457$ | 459$ |
| Tabacos Portugal cupão | 600$ | 598$ | 610$ |
| União Eléctrica Port.a | 214$ | 213$ | 215$ |
| Cassequel ... ... ... ... | 1.471$ | 1.471$ | 1.472$ |
| Agrícola das Neves ... | — | 1.140$ | — |
| Agricultura Colonial ... | — | 660$ | — |
| Açucar de Angola... ... | 3.430$ | 3.430$ | 3.435$ |
| Buzi... ... ... ... ... ... | 261$5 | 261$ | 261$5 |
| Cabinda ... ... ... ... | 213$ | 213$ | 217$ |
| Ilha do Príncipe ... ... | — | 1.430$ | 1.450$ |
| Zambézia T. de 25 . | 129$5 | 129$ | 130$ |
| Moçambique ... ... ... | 162$ | 161$ | 162$ |
| Eléctrica das Beiras ... | — | 1.460$ | 1.480$ |
| **Obrigações** | | | |
| Aguas de Lisboa 5 % | — | 507$ | 510$ |
| Norte de Portugal 5 % | — | 108$ | — |
| União Eléct Port. 4 1/2 | — | — | 99$ |

À VENDA NO PRÓXIMO AGENTE OFICIAL

J. BURNAY, LDA. LIBRAS OURO Ouro em barra
RUA DO OURO, 72 — TELEF. 21273

Pensão Monumental
Magnificos aposentos.
Serviço de bom hotel.
Rua da Glória, 21 Tel. P. B. X, 29807

# O importante discurso do ministro do Interior em Braga

(Continuação da 1.ª página)

junto de vós para «na cidade santa da Revolução Nacional» meditar convosco as tristezas do passado, participar das alegrias do presente e, sobretudo, viver a esperança do futuro.

Foi daqui que partiu o movimento triunfante do 28 de Maio que, sem disparar um tiro, havia de acabar com a balburdia dos partidos e a instabilidade dos governos, uns e outros vencidos sem combater; foi aqui que Salazar definiu os pontos firmes sobre que se havia de edificar o futuro; «o que importava», disse, «era reconstruir o sentido perdido da vida humana e fazê-lo penetrar na família e na sociedade, na organização política, no funcionamento da administração, na economia particular e publica, na formação moral dos homens».

Foi ainda aqui que Salazar restituiu ás almas, dilaceradas pela duvida e negativismo do século, o conforto das grandes certezas: «Não discutimos Deus e a Virtude; não discutimos a Pátria e a sua História; não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a sua moral; não discutimos a glória do trabalho e o seu dever».

A' luz destas certezas, temos feito a nossa vida, realizado a nossa vocação, resistindo ás contingências da fortuna e á tentação da aventura. E quando a generalidades dos países, perdido o rumo e o norte, procedia á revisão das ideias e das próprias fronteiras, nós não perdiamos a confiança na nossa missão, nem o sentido do interesse nacional. Afastados os perigos da guerra e usufruído o benefício inestimável da paz, ao reconhecimento do povo, opõe-se a eterna maledicência dos oposicionistas por sistema, os quais, levados pelo seu ódio ou cegos pela sua paixão, não hesitaram em diminui-lo, pondo-o em confronto com qualquer vaga e inutil presidência da Assembleia Geral da Sociedade das Nações.

Tal heresia, só possível graças á brandura dos nossos costumes, não pode passar sem o protesto dos chefes de família, dos operários das oficinas e dos trabalhadores do campo, das mães e das noivas, de todos, enfim, que, sem quebra de dignidade ou de prestígio, viram consolidada a integridade da Pátria, sem perda da honra, de fazenda ou de vidas.

## Inconvenientes e vantagens da campanha eleitoral

E o sr. dr. Trigo de Negreiros prosseguiu:

«Estamos no fim da campanha eleitoral e, se tivéssemos tempo, deviamos fazer o seu balanço, mostrar os seus inconvenientes e apreciar as suas possíveis vantagens. Ela serviu, antes de mais, para definir os campos e demarcar posições. As nossas são aquelas que adquirimos durante 27 anos de actividade operosa, totalmente votada ao serviço da grei e ao bem comum. A sua defesa assenta nos princípios morais e políticos que orientaram a vida publica neste ultimo período e nos factos em que os mesmos se projectaram.

E' possível que nem tudo esteja certo e que num ou noutro pormenor haja necessidade de rectificar a orientação seguida em ordem a tornar a execução mais perfeita ou a fiscalização mais eficiente. Não importa. Sendo a política a arte do possível, a perfeição constitui ideal difícil de atingir.

Simplesmente, não carecemos do concurso dos nossos adversários para emendar o que esteja mal ou rectificar o que deva ser corrigido.

Respeitados que sejam os princípios fundamentais, os métodos ou fórmulas da sua aplicação podem variar conforme o problema a resolver.

Quando afirmamos os princípios da autoridade e de comunidade nacional, reconhecemos o trabalho e a sua nobreza, a família e a sua estabilidade, a hierarquia e os seus valores, exprimimos o sentido duma sociedade que prefere viver a sua vida habitual a perder-se no mar utópico da ideologia abstracta.

O realismo que inspira a nossa política há muito nos ensinou que a melhor forma de governo é aquela que, em determinado momento, melhor corresponde ao carácter do povo e maior satisfação dá ás suas necessidades e aspirações.

A obra política, disse Salazar, é sobretudo obra de resultados. Ora, os da política que seguimos estão á vista de todos e bastam para nos iluminar o caminho, tanto mais que para continuarmos na jornada em nada temos que alterar a linha de rumo traçada.

Não temos, pois, que fazer uma paragem, nem tão pouco que alterar a orientação: o regime não está em crise e a sua evolução natural visa a completar-se e não a destruir-se. Há, assim—como acentuou o ilustre professor Marcelo Caetano—«que fazer o esforço incessante de aperfeiçoamento das instituições, de melhoria dos métodos, de renovação dos quadros».

## A atitude dos oposicionistas

E o sr. ministro do Interior passa a fazer o processo da atitude dos oposicionistas:

«Conhecidas as nossas posições, importa referir as dos nossos adversários. E isso é simples...

Fieis ao espírito crítico e abstracto, aos conceitos de liberdade e democracia dos fins do século XVIII, sacrificam no altar das liberdades políticas, tidas como absolutas, as liberdades essenciais e práticas, a ordem e a tranquilidade publica e, com elas, o trabalho indispensável ao progresso económico e á elevação do nivel moral e social do povo.

A impressão que nos deixaram foi esta: fora das responsabilidades do poder, tiveram tempo para estudar, aprender e meditar; e, afinal, apresentam-se, agora, sob o aspecto político, como se nada tivesse ocorrido neste século.

Todos vimos como reclamaram direitos; mas nenhum se lembrou de invocar deveres. No decurso da sua campanha, mostraram-se incapazes de conciliar a necessidade da liberdade com as exigências da ordem, os direitos da pessoa com os seus deveres para com a Nação. Falaram em liberdade de consciência, como se esta fosse apanágio do regime democrático.

Não! Ela é antes produto da civilização ocidental e cristã, e está consagrada mais nos costumes do que nas leis, mais nos actos do que nas palavras dos seus apóstolos, falsos ou verdadeiros.

Mas, de mistura com as palavras Liberdade e Democracia que, não obstante o seu imoderado uso, ainda não perderam sonoridade e poder aliciante sobre as almas, foram também proferidas muitas outras menos nobres e a que se deu a utilização mais diversa.

Serviram para tudo, que não só para serem ouvidas: para formular duvidas e desfigurar factos; para lançar suspeitas e afectar reputações; para esclarecer, algumas vezes, e também para quase sempre confundir... Elas foram proferidas por políticos de quem o ilustre deputado dr. Ramada Curto, ao comentar em 1921 a sua falta de ideal, dizia: «Os nossos políticos, a maior parte das vezes, não têm senão palavras, palavras e palavras», acrescentando: «Dessas palavras não fica senão cisco e poeira».

Também a campanha da Oposição andou á volta de palavras, mais do que de factos—pelo que não é de adimirar que, diluído o som, pouco mais fique efectivamente do que poeira.

Mas não será oportuno pôr o País de sobre-aviso quanto ás palavras vãs e enganadoras e ás promessas que não se cumprem, dando-lhe antes a conhecer os desatinos dos homens e os erros dos sistemas, por ser certo que as mesmas causas produzem os mesmos efeitos?

Passou há muito o tempo em que a competição dos partidos e a vitória do partido democrático davam á Nação—no expressivo dizer do sr. eng. Cunha Leal—«o espectáculo de uma maioria que se improvisa caótica, desordenada, violenta, desencontrada, cheia de apetites do Governo em que três galos disputam perante uma Nação atónita, envergonhada deste espectáculo, o poleiro para lá se colocarem».

Não queiram, pois, ressuscitá-lo. A ele se ficou devendo a falta de resposta á pergunta que formulei em Bragança, em 17 de Outubro findo:—Haverá aí alguém que se lembre de um só diploma ou iniciativa a que tivesse ligado o nome do ministro e presidente do Ministério Cunha Leal? E note-se que tal interrogação não significou nem significa que o sr. eng. Cunha Leal não possua qualidades para produzir alguma coisa, porque suficientemente conhecidos são o seu talento, a sua inteligência e o seu dinamismo.

Simplesmente—apesar de ter sido ministro por quatro vezes e presidente do Ministério uma vez, a sua permanência no Governo não chegou, no conjunto, a seis meses—tempo manifestamente para realizar qualquer trabalho util. E recordo que em uma dessas vezes apenas ali se demorou dez dias!

E' a repetição deste estado de coisas que a Oposição pretende instituir com a constiuticão de partidos e a faculdade de poderem eles dispor da vida e acção dos governos?

## O elogio da ditadura turca feito pelo sr. António Sérgio

O sr. dr. Trigo de Negreiros passa a responder a pontos de vista expressos pela oposição:

«Ainda mais dois apontamentos. Em despretensioso comentário a um artigo do sr. António Sérgio, tive ocasião de inquirir, reportando-me a Vieira, se *podia haver mais escandalo da natureza* do que desconhecer o que se faz na terra própria para exaltar o que se realiza na alheia. E porque me habituara a ler e, sob certos aspectos, a apreciar a obra do sr. António Sérgio, fiz apelo á sua probidade, na esperança de que, devidamente esclarecido, procedesse á revisão da sua posição e á rectificação dos erros que o citado artigo revelava. Tempo perdido!

Dirigi-me ao ensaista e respondeu-me o político á força,—á força, visto que não pretende sê-lo, e antes se rebuça sob o disfarce difuso de «estudioso da sociedade, de afinador de intelectos e de escritor de ideais», como a si próprio o senhor Sérgio se define. E o que aconteceu?

Depois de reafirmar o seu apreço pela Ditadura de Kemal Ataturk e pela obra por ela realizada (apreço de que partilhamos, dada a simpatia que nos merece o nobre e altivo povo turco, e a acção que lhe cabe como sentinela avançada na defesa do Ocidente), escreveu, referindo-se ao nosso País, as palavras que, para estupefacção das gentes, passo a ler, apontando antes o drama dos «cegos quando não vêem, e quando vêem muito mais cegos», pois, não podendo recusar-se a ver e até a apalpar as obras, o senhor António Sérgio foge pela porta falsa do seu aproveitamento. Assim, escreveu: «Realizaram-se obras? Mas a quem beneficiaram, até agora, as obras? Ao pobre do povo, sr. ministro ou ao Alto Negócio que as construiu?»

Lê-se e não se acredita! Efectivamente, as pontes que galgam rios; as estradas que ligam cidades, vilas e aldeias; as fontes que abastecem de água as povoações; as casas que abrigam operários; as barragens que armazenam água para irrigação dos campos ou para produção de energia eléctrica; os hospitais e os estabelecimentos de ensino; as ligações telegráficas e telefónicas aproveitam a todos, ao povo e ao próprio articulista, ou unicamente ao «Alto Negócio» que as construiu?»

Responda, sr. António Sérgio de Sousa!

Nós sabemos que os seus recursos intelectuais, acicatados pelo fogo da paixão que o domina, lhe permitem aduzir argumentos que a generalidade das pessoas nem sequer teria sonhado.

Dois exemplos: Falando do recenseamento eleitoral deste ano, tivemos ocasião de dizer em Proença-a-Nova que só meia duzia de interessados não vira atendidas as suas reclamações quanto á falta de inscrição do seu nome nos cadernos eleitorais. Pois bem: o senhor António Sérgio, que desejaria confundir-nos com a menção do nome de uma duzia de eleitores que tivessem reclamado improficuamente, entendeu que, na sua falta, podia fazer a prova com reclamações respeitantes ao recenseamento de 1949! E tendo o director-geral da Administração Política e Civil chamado a sua atenção para o facto de se tratar de recenseamentos diversos e de a referência respeitar, não á falta de eleitores inscritos, mas ás reclamações indeferidas, respondeu que nada tinha a rectificar!

Aproveita-se o ensejo para esclarecer o presidente da «Comissão Promotora do Voto» de que, não obstante as naturais imperfeições, se considera o actual recenseamento eleitoral, pelo numero de eleitores nele inscritos e pelo reduzido numero de reclamações apresentadas e devidamente justificadas, como um dos mais completos realizados no nosso País.

Também se esclarece que na Inglaterra, Dinamarca, França, Bélgica, Irlanda, Itália e Russia, os candidatos ou seus delegados não fazem parte das mesas eleitorais.

Outro facto:—Tendo referido que o sr. António Sérgio havia procedido, como ministro da Instrução á regulamentação da lei n.º 410, de 31 de Agosto de 1915, S. Ex.ª veio rectificar dizendo que procedera á mesma «segundo um método geral de que não tivera a iniciativa».

Ora, quanto a este ponto, parece ter ficado definitivamente esclarecido que a referida lei já estava regulamentada; que não existia, em direito, qualquer «método geral» que obrigasse a renovar periódicamente a regulamentação das leis; e que o decreto n.º 9.412, como consta das palavras que antecedem o seu articulado, fora promulgado «sob proposta exclusiva do ministro da Instrução Publica», que ao tempo era o sr. António Sérgio.

Pelo exposto, lamentando o tempo perdido, só tenho uma atitude a tomar: não responder mais ao sr. António Sérgio,—tão certo é não corresponder á categoria moral e intelectual do ensaísta os processos de argumentação utilizados pelo político.

## Saude publica e presos políticos

Respondendo ainda a críticas da Oposição.

«Segundo apontamento:—A campanha da Oposição não teve só misérias, porque também conheceu a eloquência tribunícia do sr. eng.º Cunha Leal, e produziu uma ou outra graça. Uma das mais espirituosas foi sem duvida aquela em que a Oposição me apelidou de «Físico-Mor do Reino pela muita competência, zelo e acendrado patriotismo com que lhe tenho tratado da saude».

A graça tem resposta. Não sei se os oposicionistas se referiram á saude política, se á saude física. Sendo á primeira, sou a informá-los de que o estado do País é bom: a unidade moral e a solidariedade dos Portugueses são cada vez mais perfeitas; os Portugueses espalhados pelas cinco partes do Mundo, independentemente da ideologia ou culto que professem, podem regressar á Pátria e nela fazer ou refazer a sua vida; os indivíduos presos em cumprimento de pena por motivos políticos não chegam a uma centena quase todos comunistas (76), e detes só quatro estão na Colónia Penal de Cabo Verde, elevada pela Oposição á categoria de Bastilha com que é necessário acabar; e os detidos em face instrutória de processo, ou que aguardam julgamento, não passam de umas dezenas e não excedem uns e outros a décima parte do numero dos que, em média e em cada ano, foram presos por idênticos motivos no período anterior a 28 de Maio de 1926.

Por isso, não obstante uma certa agitação, a temperatura é normal...—o que não escusou o sr. dr. Rafael Duque de nos advertir prudentemente da possibilidade de as oposições se empenharem «em criar estados emocionais no seio da população que possam fazer explodir mais tarde, quando julgarem chegado o momento propício, para operar a subversão do existente».

A chamada do sr. Henrique Galvão para fazer parte da mesa da sessão realizada em Vila Nova de Gaia, ainda que simbólica, só se explica por uma solidariedade no crime contra a segurança do Estado pelo qual aquele oficial foi julgado e condenado.

Mas, sendo assim, permito-me fazer á Oposição o seguinte aviso: na eleição a efectuar no próximo dia 8, não se repetirão os disturbios que assinalaram tanto as eleições do período anterior a 1926 e que levaram o deputado sr. dr. António Luís Gomes, um dos proponentes da lista apresentada pelo círculo do Porto, a dizer em 1921 que não se meteria em eleições, porque tinha «nojo delas e da forma como se fazem».

Na verdade, se na intranquilidade do mundo de hoje somos um factor de ordem, não podemos perder esta conquista e com ela a tranquilidade de que desfrutamos. Quer dizer: a ordem será mantida, porque, constituindo ela um dos índices da saude política dos povos, o Físico-Mor vela pela sua conservação e está atento e pronto a reduzir qualquer surto ou acesso de febre que a perturbe.

Se, todavia, a referência da Oposição respeita á saude física, pode igualmente ela estar tranquila. Efectivamente, não só há agora mais hospitais, como ainda estão estes melhor apetrechados em material e mais bem dotados de pessoal, aumentando o numero de doentes curados e baixando a taxa de mortalidade. E acresce que os meios profiláticos (centros, dispensários, consultas, etc.) são em maior numero e a sua eficiência aumenta de dia para dia.

Ligado ao sector da saude e da assistência há 8 anos, posso prestar singelo depoimento, ao confrontar os resultados obtidos com os que se verificaram em igual período, de 1918 a 1925.

Assim, para uma população de 6.157.126 habitantes, numero de óbitos neste período foi, em médio e por ano, de 147.749,—o que corresponde á taxa de 23,9. Mas os anos passaram, e o clima político modificou-se. E o que aconteceu? Tendo a população subido para 8.301.974, no período de 1945 a 1952, o numero de óbitos desceu para 110.083, em média, e a respectiva taxa de mortalidade também para a média de 13.2

A poupança de vidas anual neste período foi pois de 89.135, pela diferença obtida entre os óbitos que se verificaram (110.083) e os que se verificariam (199.218), a manter-se a taxa do período anterior a 1926, desde 1918 a 1925. Isto, quanto á mortalidade geral.

Os numeros, porém, relativos á varíola e ao tifo exantemático, como mais expressivos da sanidade dum povo, são elucidativos.

Nos anos de 1918 a 1925 faleceram em Portugal, vitimados pela varíola 16.781 pessoas—o que, corresponde a 2.097.6 por ano. De 1945 a 1952 faleceram apenas 237, correspondentes a 29,6 por ano. E nos anos de 1950 a 1952 o numero de óbitos foi de 6, ou seja dois por ano.

Com o tifo exantemático sucedeu a mesma coisa: no primeiro daqueles períodos (1918-1925) regisfaram-se 3. 275 óbitos—o que corresponde a 409 por ano; no ultimo período referido (1945-1952) o numero não foi além de 55, correspondente a 6,8 por ano.

Ora, como o tifo exantemático era endêmico no Porto, não se pode dizer que a Situação não tenha olhado pela saude dos oposicionistas, afastando-os do perigo de contágio, pelo que também não há motivo para a ironia de que usaram no comunicado a que, neste ponto, se responde.

E' tempo de terminar. Agora, como em 1949, a opinião publica está completamente esclarecida. O País está farto das palavras e promessas da Oposição, e ainda se recorda do que na ordem prática resultou de promessas e de palavras idênticas. Preocupado em realizar tarefas mais nobres e fecundas, aspira ele a ter uma Assembleia que, exercendo embora e em toda a sua extensão a acção política e fiscalizadora, não estorve a acção dos governos capazes de as realizar.

Por isso, a Oposição verificará nas urnas que o País não a acompanha. O tempo da desordem nas ruas e nos espíritos, da ausência de autoridade, dos défices nas finanças, do desprestígio interno e internacional, passou e não volta mais. E ao irmos votar em breve na lista dos candidatos propostos pela União Nacional, não só cumpriremos o nosso dever como não poremos em risco a segurança da vida, a ordem no trabalho, a paz das famílias e a grandeza da Pátria».

## Posse de comandantes

### da Legião Portuguesa

Na sede do comando geral da Legião Portuguesa, na Calçada da Estrela, na presença dos membros da Junta Central daquela organização, dos comandantes dos batalhões, de muitos oficiais e doutras entidades, tomaram esta tarde posse dos cargos de segundo-comandante geral e de comandante-distrital de Lisboa, respectivamente, os srs. brigadeiro Augusto Bernardo de Freitas Junior e coronel Carlos Afonso Azevedo Cruz de Chaby.


## COMUNICADO

## MAR-LINDO - Praia de Santa Cruz

Encerrado temporàriamente. A sua reabertura será anunciada no «Diario de Lisboa».

# Bovril

No anuncio referente a este produto, de que é agente em Portugal a firma J. Candido da Silva, foram há dias incluidas, em consequência de uma lamentavel transposição, três linhas que faziam parte do anuncio referente á Papelaria Vasconcelos, Limitada.

Para o anuncio do Bovril, que hoje publicamos devidamente rectificado, chamamos a atenção dos nossos leitores.

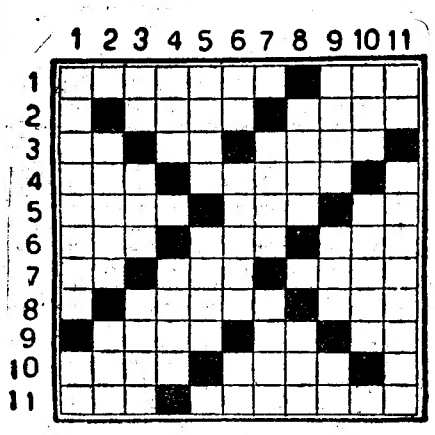
## DISTINÇAO NECESSARIA

**Tem que fazer a sua apresentação? E quer fazê-la distintamente? Mande executar imediatamente a sua placa de cobre para bilhetes estampados em relevo. E' de rigor e revela a sua posição social. Verá que não o confundem. ANIBAL GRAVADOR — Rua Nova do Almada, 64 — LISBOA. Casa especializada.**

Lâmpadas PHILIPS
Incandescentes e Fluorescentes
RÁDIO LISBOA, L.DA
Rua Serpa Pinto, 13-A — Telef. 23811

# PALAVRAS CRUZADAS

## PROBLEMA N.º 3999



*HORIZONTAIS: 1—Vila e concelho do distrito de Beja. Pronome pessoal. 2—Rio que banha Belgrado. Vila e concelho do distrito de Beja. 3—Nota musical. Nota musical. Cantor entre os gregos. 4—Altar. Bruxaria. 5—Caixa de madeira forrada de coiro para roupas. Fruta do conde. Motivo. 6—Nome de mulher. Grande. Chiste. 7—Preposição. Data. Cura. 8—Inertes. Senhor inglês. 9—Apelido. Campeão. Gemido. 10—Transpiras. Clima. 11—Ribeira que se junta á Raia. Vila e concelho do distrito de Beja.*

*VERTICAIS: 1—Vila do concelho de Vila Nova de Gaia. Abreviatura de santissimo. 2—Fio metálico. Dueto. 3—Reis. Fileira. Vender a crédito. 4—Igual. Datas. 5—Ovários dos peixes. Cinzento azulado. 6—Vê. Nome de homem Preposição latina que designa direcção. 7—Elevada. Cure. 8—Invisual. Preposição que designa falta. 9—Calada. Saudáveis. Nota musical. 10—Ilha do arquipélago de Querimba. Homem excluido da sociedade. 11—Canhamo de Manila. Povoação do concelho de Pombal.*

## SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 3998

*HORIZONTAIS: 1—Lontra. Rosa. 2—Arai. Lá. Ser. 3—Vãs. Emas. Ni. 4—Ás. Acalenta. 5— Avós. Vais. 6—Ovas. Neta. 7—Aral. Hora. 8—Delirava. Ir. 9—Em. Aura. Alô. 10—Ror. Me. Olha. 11—Essa. Macias.*

*VERTICAIS: 1—Lavar. Adere. 2—Oras. Oremos. 3—Nas. Aval. Rs. 4—Ti. Avalia. 5—Ecos. Rum. 6—Almas. Harem. 7—Aal. Nova. 8—Severa. Oc. 9—Os. Nata. Ali. 10—Sentia. Ilha. 11—Arias. Proas.*


## Primus Inter Pares

A centenária marca de cigarrilhas e charutos Belgas preferidos pelos fumadores, pela sua suavidade e aroma inconfundiveis.

A venda em todas as tabacarias.

Rep. Casa Caiús—Rua Chã, 111—Porto.


## «DIÁRIO DE LISBOA»

Recebemos, do sr. dr. José Manuel da Costa, secretário nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, um oficio, agradecendo a cooperação dada pelo «Diário de Lisboa» ao 8.º Congresso Internacional de Turismo, que recentemente se reuniu em Lisboa, e cuja organização esteve a cargo e á responsabilidade do organismo que dirige. Diz-se, nêsse documento: «Reconheço com profunda emoção e grande alegria o notável relevo dispensado a essas actividades nas colunas do grande órgão de Imprensa de que V. é dignissimo director e convencido estou de que, sem essa tão grande compreensão do interesse e do prestígio nacional, teriam ficado muito áquem do brilho que atingiram as várias realizações do Congresso, muito embora nelas tivessemos empenhado todo o nosso esforço e entusiasmo».

—Do sr. professor Vitória Pires, subsecretário de Estado da Agricultura, recebemos uma carta, agradecendo a reportagem do nosso jornal por ocasião da visita do sr. presidente da Republica á Estação de Melhoramento de Plantas, em Elvas.

## INSTITUTO ITALIANO

Devido ás obras de remodelação em curso na sua sede da Rua do Salitre, 146, o Instituto Italiano de Cultura, em Portugal, funciona, êste ano na Rua do Vale de Pereiro, 17, r/c., á esquina da Rua Alexandre Herculano. Do programa para o ano académico 1953/54 fazem parte: cursos de lingua italiana, diurnos e nocturnos, de 1.º, 2.º e 3.º graus, e de aperfeiçoamento para os alunos que já obtiveram o diploma do 3.º; «Lectura Dantis» (leitura e comentário da «Divina Comédia»); e um Curso Superior de Cultura Italiana, dividido em várias secções. Haverá, além disso, conferências, concertos e exposições, funcionando a biblioteca e a sala de leitura.

## REUNIÕES CIENTÍFICAS

### Instituto Português de Oncologia

Realiza-se hoje, pelas 21 e 30, no Instituto Português de Oncologia, uma conferência pelo sr. dr. M. Freire da Cruz, subordinada ao título «Hipertiroidismo e Diabetes». A entrada é livre.

## MELHORAMENTOS LOCAIS

MURTOSA, 4.—A Junta Autónoma do Porto de Aveiro está a proceder a obras de dragagem da Ribeira do Mancão, no Bunheiro, e de reparação e remodelação no seu cais, pelo que a população se encontra muito satisfeita.

# O julgamento do furto de livros na Biblioteca

No 3.º juizo correccional da Boa Hora, sob a presidência do juiz sr. dr. Pinto Coelho, começaram esta manhã os debates referentes ao processo que incriminou cinco individuos como encobridores do importante roubo de livros praticado na Biblioteca Nacional, pelo falecido dr. Ataíde e Melo.

Antes de ser dada a palavra ao delegado do Ministério Publico, foi esclarecido o assunto do documento a que ontem nos referimos, apresentado pelo sr. dr. Fernando Calisto.

Esclarecido o assunto o juiz fez algumas perguntas aos reus e o sr. dr. Fernando Calisto pediu a junção ao processo da sentença e das declarações prestadas no Tribunal Militar.

Iniciaram-se nesta altura os debates, usando da palavra em primeiro lugar o sr. dr. Braga Temido, delegado do Ministério Publico que, depois de elogiar o magistrado, os advogados e a Imprensa, fez uma rápida análise do processo, lamentando a perda dos livros, que não poderão ser recuperados. Em seu parecer, a direcção da Biblioteca Nacional de então agiu por incuria ou propósito piedoso para com o dr. Ataíde e Melo, visto que, sendo ele expulso da Ordem dos Advogados, devia ser exercida sobre ele uma vigilancia mais rigorosa. Atribuiu ao ex-tenente Fialho o facto de ter arrastado todos os reus do processo. Fez um comentário:

—Estão aqui presentes todos os encobridores? Parece-me bem que não!

Sob o ponto de vista juridico disse que no processo não há prova certa, segura, consecutiva, mas sim uma prova truncada e esparsa, feita com as declarações dos reus e as investigações do chefe Claro. Após várias considerações, pediu justiça.

A seguir, usou da palavra o dr. Fernando Calisto, patrono dos reus Marcelino Pelaio e Alice Viana Bastos. Pretendeu demostrar que ambos venderam os livros desconhecendo a sua proveniência criminosa. E ao pedir a absolvição dos seus constituintes, disse:

—Nunca tão poucos pagaram o crime de tantos!

Nesta altura a audiência foi suspensa para reabrir pouco depois, usando da palavra o sr. dr. Manuel João da Palma Carlos, advogado do reu Salvador dos Santos Romana. Seguiram-se os srs. drs. Carlos Homem de Sá, que defende Edite Baptista Canelas, e Bettencourt de Ataíde defensor de Maria Berta Fialho de Oliveira Cerca, que responde á revelia.

Os debates devem terminar cerca das 20 horas. A sentença não será lida hoje.

### Condenação dum guarda duma barragem que matou um homem

ARGANIL, 4.—Em tribunal colectivo, realizou-se, no tribunal desta comarca, o julgamento de Ramiro Ribeiro, casado, guarda da barragem do Alto Ceira, pertencente á Companhia Eléctrica das Beiras, natural do Minho e residente em Ceiroco, freguesia de Fajão, concelho da Pampilhosa da Serra, acusado de ter morto, com um tiro de revólver, Joaquim Maria da Costa, de 63 anos, trabalhador, casado com Maria Adelaide, residente na Quinta do Vale de Égua, limite da Camba, da mesma freguesia.

A sentença foi lida ás três horas da manhã, dando como não provada a intenção criminosa e condenando o réu na pena de 20 meses de prisão correccional, levando-se em conta a já sofrida, em igual tempo de multa a 5$00 por dia, no mínimo de imposto de justiça, em 30.000$00 de indemnização á familia da vítima, em 500$00 de multa pela falta de licença do revólver, em 1.500$00 de procuradoria a favor da parte acusadora, e em 500$00 ao seu defensor oficioso, dr. Raul Bairros, desta vila.

Foi advogado de acusação neste julgamento o sr. dr. Vasconcelos de Carvalho, que de Lisboa aqui se deslocou propositadamente.

# *Publicações*

### «Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira»

Temos presente o fasciculo n.º 330 da «Grande Euciclopédia Portuguesa e Brasileira», magnifica obra de cultura que acaba de surgir nas livrarias. Mantendo as suas tradições, este novo fasciculo guarda as caracteristicas de rigorosa actualização dos assuntos tratados e irrepreensivel apresentação gráfica, inconfundivel timbre a que já nos habituou a conceituada Editorial Enciclopédia, Limitada, da Rua António Maria Cardoso, 33, em Lisboa.

Continuando triunfantemente o 28.º volume, este fasciculo é profusamente ilustrado no texto, e acompanhado por duas belissimas estampas em separado, reproduzindo um retrato soberbo de Domingos António de Sequeira e curiosas paisagens de Serpa. Os artigos mais destacados são, por ordem alfabética, e entre milhares de outras rubricas, os dedicados a ser, seráfico, Serafim, Sárampor, serão, sereia, serenos, Sergipe, seriação, sericicultura, série, seringa, seringapatão, sermão, serologia, serosa, soroterapia, Serpa, Serpa Pinto, etc.

Colaboram neste belo fasciculo, com toda a sua autoridade, cientistas, professores e publicistas de renome, compondo artigos especiais e de actualização perfeita.

Uma vez mais chamamos a atenção dos nossos leitores para o facto da Editorial Enciclopédia, Limitada, manter a sua tabela de preços de sempre e, sobretudo, o que muito interessa aos de mais modestos meios, para a possibilidade que lhes é oferecida de ficarem de posse dos volumes já publicados, cobrindo o seu custo com pagamentos parcelares e suaves.

# Prisão duma quadrilha que roubava casas comerciais e particulares

A Policia Judiciária concluiu as investigações referentes a uma quadrilha de gatunos, que actuavam, por arrombamento, e que foram autores de numerosos assaltos e roubos em residências e casas comerciais.

A quadrilha era chefiada por José Manuel Pinheiro da Rocha e, desde há tmepos, agia nas áreas de Alcantara e de Xabregas. Outras vezes ia para os arredores de Lisboa, introduzindo-se nas vivendas de Verão desabitadas.

Um dos principais assaltos praticados pela quadrilha foi a um escritório no Alvito, de onde furtaram diversos artigos no valor de várias centenas de escudos pretendendo, ainda, arrombar um cofre-forte onde estavam guardados 127 contos, o que não conseguiram, a-pesar de terem porfiado no seu intento até de manhã.

Forçou-os a desistir, e a fugir, a aparição de um empregado do escritório, para onde eles tinham entrado á meia-noite, havendo deslocado as chapas do cofre e preparado o arrombamento da placa interior, de chumbo.

Noutro escritório, em Xabregas, fizeram uma completa razia, só escapando um pequeno cofre, com 50 contos, por eles o não terem visto.

Em muitos outros estabelecimentos, principalmente drogarias, tabacarias e tabernas, os gatunos furtavam a maioria dos artigos expostos nas montras, cujos vidros partiam.

O agente Ferreira, da 4.ª Secção da P. J., que trabalho sob a orientação do chefe Graça, prendeu já a maior parte dos componentes da quadrilha, os quais são: Manuel Mantério Lopes, Cacildo Pinto Abrantes, Oscar Monteiro Nobre, António Santos, Raul Rodrigues Jorge, Tito Nuno Brás e Francisco Alves Curado.

O referido agente procura, agora, capturar os restantes, os quais andam fugidos.

# A resposta russa e os comentários de Eisenhower

WASHINGTON, 5 — Os círculos diplomáticos de Washington notam com grande interesse o facto do presidente Eisenhower ter sido o primeiro a comentar a nota soviética, em vez de dar esse encargo, como é habito, ao Departamento de Estado. Certos diplomatas pensam que a posição tomada, pessoalmente, pelo presidente, se dirige sobretudo a sir Winston Churchill e constitui, de facto, uma resposta á posição tomada pelo primeiro-ministro britanico quanto á questão das conversações a quatro. Há apenas uma semana, o presidente Eisenhower declarara que tomaria parte nessas conversações se as perspectivas dessem lugar a alimentarem-se esperanças dum acordo. Não tendo encontrado, na nota russa, nada de animador, o presidente quis significar o seu «desacordo» a qualquer sugestão para uma conferência dos chefes do Governo dos Quatro Grandes. E, diga-se de passagem, o presidente indicou claramente que os Estados Unidos consideram inadmissivel qualquer alteração á comunidade europeia de defesa, á aliança atlantica e ao estatuto da China comunista.—(F. P.).

## MARC BLANCPAIN

Chega a Lisboa, no próximo sábado, a convite da Alliance Française au Portugal, o conhecido escritor e jornalista francês Marc Blanopain, secretário geral da Alliance Française, desde 1945 e colaborador da Rádio francesa, do «Mercure de France», do «Paris-Presse», das «Nouvelles Litteraires», etc. Marc Blancpain fará na próxima terça-feira, na sede daquele organismo, uma conferência sobre «Os aspectos morais da crise europeia».

## Escola Superior Colonial

Amanhã, 6, ás 9 horas, realizam-se as provas escritas dos exames de aptidão dos candidatos á primeira matricula no Curso de Administração Colonial da Escola Superior Colonial. As provas orais efectuam-se nos dias 9, 10, 11 e 12, ás 9 horas.


## NÃO PODE VIAJAR? NÃO TEM DINHEIRO?

A Agência Turistica «INTERNATIONAL-EXPRESS», a exemplo das s/ congéneres estrangeiras, facilita-lhe em pagamentos suaves e mensais a forma de tomar parte nas suas próximas excursões ao estrangeiro. Inscreva-se nesta modalidade e no próximo ano, terá a sua viagem assegurada. Consulte a «INTERNATIONAL-EXPRESS», R. Nova do Almada, 36—Telefones 21811 e 31692.


# Os resultados da campanha contra o analfabetismo

(Continuação da página central)

pôr em funcionamento, até Junho, 1.636 escolas e postos.

Uma nota muito interessante:

—De 1948-49 a Junho de 1953, o ritmo de entradas em funcionamento de novas unidades escolares foi de 3,5 por dia lectivo e 720 por ano, tendo sido atingido no ano findo este resultado verdadeiramente extraordinário: em média, entraram em funcionamento quase 8 unidades escolares em cada dia lectivo!

Outra informação importante:

—Devo esclarecer que se espera um sensivel aumento de matrícula no ano lectivo corrente e que o numero de escolas e postos escolares continuará a subir de acordo com as necessidades do ensino, na medida em que as entidades locais nos forneçam instalações e até onde o permitam as disponibilidades de professores e de regentes. Julgo que a matrícula das crianças em idade escolar deve atingir até Janeiro cerca de 780.000 crianças e que será possivel promover a entrada em funcionamento de mais de 1.000 novas escolas e postos, aproximadamente. Nesse sentido se está a trabalhar, pois não se ignora que é neste terreno da matrícula e frequência das crianças em idade escolar que se há-de vencer a grande campanha contra o analfabetismo.

Afirmou que «os elementos apresentados evidenciam estes dois factos»: 1.º—Só a partir de 1930 se verifica a existência, em Portugal, de uma eficiente politica de difusão do ensino primário. 2.º—A partir do ano lectivo de 1948-49 dá-se á expansão deste ensino um impulso ainda mais vigoroso, e de tal forma que podem considerar-se unicos, nos dominios da educação popular, os resultados obtidos no curto periodo de 4 anos e, em especial, no ultimo ano lectivo».

Na impossibilidade de um estudo pormenorizado das «causas do exito da politica seguida quanto ao ensino primário pelos governos da Revolução Nacional», indicou rápidamente algumas delas: «Não é possivel alargar e melhorar a acção da escola primária sem recursos financeiros. O Estado não se tem recusado a despender com a instrução primária as importancias julgadas necessárias». «É mais que evidente que não pode haver combate eficaz ao analfabetismo, sem edificios escolares convenientemente mobilados e apetrechados com o necessário material didáctico».

«O desenvolvimento da instrução também tem sido dificultado pela carência de agentes de ensino. Com o propósito de enfrentar esta situação foram criadas ou reabertas, de 1942 a 1948, as Escolas do Magistério Primário de Lisboa, Porto, Coimbra, Braga, Évora, Viseu, Funchal, Ponta Delgada, Faro, Guarda, Bragança, Vila Real, Horta e Angra do Heroismo. Foi também autorizado, em 1951, o funcionamento da Escola Particular Amato Lusitano, de Castelo Branco. Estas providências permitiram o recrutamento entre 1948-49 e 1952-53 de mais de 4.700 professores, que têm sido colocados nos diferentes distritos escolares em obediência a critérios objectivos—que fazem prevalecer o interesse do ensino sobre as conveniências de ordem pessoal». «Não basta, porém, construir edificios escolares e ter professores em numero suficiente. Importa também que aqueles sejam levantados e as escolas criadas apenas para satisfação dos interesses do ensino e dos povos, pois não é «com escolas distribuidas ou criadas ao acaso ou ao sabor de meras conveniências locais que se domina o problema da instrução popular». «Não se duvida de que é de natureza económica uma das causas que explicam a ausência á escola de muitas crianças. Em declarações publicas feitas, há cerca de três meses, em Setubal, tive ensejo de expor o ponto de vista do ministério sobre o problema da projecção material e moral á criança pobre de ensino primário. Hoje apenas quero renovar a afirmação de que, quanto mais duras forem as penalidades a aplicar aos encarregados de educação, mais se impõe o desenvolvimento de uma politica de assistência escolar».

E, depois de dizer que as providências que acabava de mencionar, «não obstante a sua essencial importancia, não explicam tudo o que, mormente nos ultimos anos, tem contribuido para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento do ensino primário», e de resumir o que se fez, concluiu assim:

—Tudo isto e mais... alguma coragem, certa teimosia, bastante trabalho e muita fé. E tem valido a pena... apesar de tudo...

No final da sua exposição, o sr. dr. Veiga de Macedo renovou os seus agradecimentos, em nome do ministério, pela colaboração recebida da Imprensa, afirmando que está sempre pronto a receber os jornalistas, e as suas sugestões ou críticas.

O sr. dr. Adolfo de Andrade felicitou depois o subsecretário pelo brilho e clareza do seu excelente trabalho.

Por ultimo, o sr. dr. Veiga de Macedo conversou com os representantes da Imprensa sobre alguns dos principais aspectos do plano de educação popular.

## Os efeitos do temporal na região de Arganil

ARGANIL, 4 — Os proprietários atingidos pelo grande temporal que assolou esta região, na noite de 10 do mês findo, continuam desolados com os enormes estragos sofridos e aguardam, ansiosos, que lhes seja prestada a assistência de que carecem.

A ponte da Barreira, á entrada desta vila, que ficou destruida, anda já a ser reconstruida, embora provisóriamente, pela Direcção das Estradas.

# O discurso do ministro do Ultramar

no ritmo normal, serenamente cumprindo a sua missão de zelar pelo funcionamento dos órgãos do Estado e de impulsionar todos os empreendimentos que o progresso impõe».

E mais adiante:

«Pode acontecer que nesta ocasião em que ávidamente se rebuscam, se avolumam e se apontam ao assediado e atormentado juizo do publico, imperfeições, motivos de censura, procedimentos que mereçam condenação, reais ou imaginários, tenha que promulgar medidas daquelas que naturalmente levantam reacções, por exigirem sacrifícios imediatos de cada um de nós, embora para futuro proveito de todos: o Governo não teme cair no inevitável desagrado, seja quando for, desde que chega o momento oportuno para tomar essas disposições. Ou, pelo contrário, dar-se-á a coincidência de haver de publicar concessões de justas regalias, o que a muitos, incluindo os próprios beneficiários que não gostam de ficar agradecidos, há-de parecer uma distribuição intencional de benesses, uma atitude destinada a ganhar simpatias e, consequentemente, votos. Pois nem neste caso o Governo se preocupará com os remoques! Sem menosprezar o bom conceito que deseja merecer a todas as pessoas de bem, habituou-se, todavia, a confiar nos próprios juizos e não vogar ao sabor de opiniões levianas, nem ficar paralisado perante as sistemáticas invectivas de inveterados detractores.

«A cerimónia de hoje, acrescentou, é ainda um exemplo de perfeita segurança. E' para todos evidente a falta de cálculo político-eleiçoeiro deste acto, em que se empossa um governador que já não pode chegar a tempo de participar ou de qualquer maneira influir nas manifestações de civismo que em breves dias se vão realizar na sua província. Isto mostra bem como o Governo tem a certeza do apoio do seu povo, assim como este confia em quem o tem conduzido com mão hábil e resoluta pelos caminhos que levaram ás indiscutiveis certezas dos dias de hoje. Nem um nem outro se alheiam, porque simplesmente se conhecem e confiam.

«Esta confiança, esta certeza reflectem-se na opinião publica aqui e no Ultramar, em reacções sérias, serenas e firmes; mas, porque são moderadas e correctas, sem vistoso espalhafato, alguns maus psicólogos no desejo de encontrar mais um motivo de censura á Situação, nesta quadra eleitoral, quiseram naquela serenidade descortinar uma apatia, o que, para certos casos, poderia ser como ofensivo do brio patriótico dos Portugueses. A verdade é bem outra e cada um de nós a sente e a pode mostrar. Pelo que me respeita, não preciso de fazer construções imaginárias, de tecer hipóteses, nem mesmo de recorrer á própria lógica para deduzir conclusões. Cito apenas factos, vejo apenas realidades.

### O caso da India

E o ministro passou a referir-se ao caso da India:

«Acusando-nos da existência de um regime policial, da supressão de liberdades, de sujeição colonial, passoas responsáveis da União Indiana, têm procurado atingir a segurança da parte da Nação portuguesa que se situa na India. A todos estes infundados argumentos têm largamente respondido, no Estado da India, os individuos, as colectividades, as multidões, as aldeias, os concelhos, os distritos, os ricos, os pobres e até as próprias confissões religiosas, repudiando qualquer afinidade com as intenções de separar o nosso povo da India da sua Pátria, da «nossa unica Pátria», como tão expressivamente escreveu uma comunidade maometana de um concelho de Goa. Era inconcebivel admitir que o Estado da India, segunda Metrópole lusitana no Oriente, incomparávelmente mais antigo do que qualquer unidade politica na India, perfeitamente integrado na Pátria portuguesa por séculos de história comum, feita em grande parte pelos seus ilustres filhos, pudesse renegar a sua própria carne, o seu próprio espirito, o seu próprio ser».

Depois de se referir á eloquente exposição que há dias fez o prof. Pacheco de Figueiredo, numa sessão de homenagem dedicada á missão de portugueses universitários que foi á India e de ler a transcrição de uma conceituada revista irlandesa que comentava por forma expressiva a nossa posição politica ultramarina, o comandante Sarmento Rodrigues prosseguiu:

«Imaginar que o nosso caso é como o de tantos outros povos, é perfeito desatino. Nós somos um povo de coesão indestrutivel, justamente porque ela não assenta em bases de negócio, sempre falivel. A comunidade portuguesa não é feita de riqueza, é uma comunidade de fé, de espirito, de ideal, de valores morais, enfim. Para se falar de nós, é da mais elementar prudência saber-se primeiramente quem somos.

«Mas como, evidentemente, não pode colher o argumento das opressões—num povo que vive tranquilo, sem calamidades, sem motins, sem massacres—nem já se acredita no disco estafado do colonialismo que á força se pretende criar e ao mesmo tempo estigmatizar, têm sido invocados, contra nós, outros fundamentos não menos distituidos de consistência. Um deles foi o da unidade geográfica. Unidade geográfico-politica na India, onde há tantos Estados separados e tantos problemas candentes de independência! Unidade geográfica que não tem a menor justificação nem perante os factos, nem perante a História, nem perante a lei.

«Mas acima de todas estas infundadas razões, houve a inacreditável ideia de apresentar uma outra que, por tão inconcebivel, apenas pode revelar a intenção de manter em causa a soberania portuguesa. Aponta-se o Estado da India, com o seu meio milhão de habitantes e o seu minusculo território, como sendo um perigo para a segurança da União Indiana, esse vasto mundo onde vivem e sofrem mais de trezentos milhões de pessoas! Tais asserções não podem merecer o mais ligeiro comentário.

«Ora o Governo tem tratado, sempre com a maior correcção de mostrar aos governos e homens de boa fé, quanto a nossa posição é inatingivel á face da razão e inviolável á face do direito, e como é inabalável e firme na decisão de todos nós. E V. Ex.ª, exclama o ministro dirigindo-se ao empossado, que serviu com tanta dedicação na India durante alguns anos, e justamente em épocas em que nas terras vizinhas e que apesar de tudo, continuamos a tratar como amigas, da União Indiana, contra nós se levantaram essas vozes verdadeiramente injustas e ofensivas da nossa soberania, V. Ex.ª poderia bem testemunhar qual a tranquilidade de espirito—que não excluia a patriótica revolta contra os ultrajes ao seu indetectivel patriotismo—qual a tranquilidade do espirito dos Portugueses da India, certos do apoio incondicional e total de todos os compatriotas espalhados pelo vasto mundo português, unidos em volta de um Governo que não descura a defesa da integridade da Nação, nem abandona um só dos direitos nem se exime aos deveres que um passado de grandeza lhe confiou.

«Alcunhar essa tranquilidade de apatia é, pelo menos, um erro que há-de magoar todos os portugueses, que não podem estar indiferentes perante certos grandes problemas nacionais.

«E assim caímos de novo no acto eleitoral. A quem já viu alguma coisa através do tempo e através do Mundo, a quem não confinou a sua existência á época e ao País em que vivemos, não pode deixar de causar admiração e orgulho este fenómeno português de tranquilidade e confiança que são exactamente o contrário de indiferença.

«Por isso creio firmemente que os Portugueses do Ultramar, num gesto de reconhecimento a um sistema de governo através do qual se engrandeceu o Ultramar, num voto de confiança e aplauso a uma política que está realizando um programa de acção em que se não vê esmorecimento ou sintoma de fadiga, se hão-de abeirar das urnas, sem distinções, numa verdadeira afirmação colectiva de fé nos destinos do seu País.

«E nesse momento, qualquer que seja o seu ideário, desde que seja português, poderão afirmar que é seu, que lhe pertence o imenso património moral e material herdado e acrescentado no ultimo quarto de século, de Timor a Cabo Verde. A integridade e a defesa dos territórios, o fortalecimento da unidade nacional, o restauro financeiro, a prosperidade económica, os progressos do ensino, os empreendimentos em curso e os planos aprovados; que não são indiferentes, porque dão o seu apoio, á continuação da obra de valorização nacional em que todos participam com entusiasmo e que sistematicamente se executa nas províncias de além-mar».

O ministro fez em seguida o elogio do povo cabo-verdeano e aludiu ao auxílio permanente que o Governo tem dado a todas as obras destinadas a preservar a província dos flagelos que a castigam e a fomentar o seu desenvolvimento económico.

E acrescentou:

«Não se fez caso da autonomia financeira, de que gozam as províncias ultramarinas, quando com ela, e por motivos de circunstancias adversas e inevitáveis, a província se não podia bastar. Os recursos da Metrópole acorreram então em sua ajuda, assim como se manifestou a solidariedade das outras províncias do Ultramar.

Faço estas referências apenas com vista aos que por esse Mundo, ou por ignorancia ou por maldade, teimam em falar em colonialismo atribuindo-lhe uma ideia de despotismo e de exploração. E' bem o contrário, como bem se vê e todos nós sabemos».

Enumerou em seguida as obras em execução ou projectadas naquele arquipélago, com os quais se espera melhorar consideravelmente as condições de vida da província.

«E' natural, afirmou, que ainda se encontre quem duvide, mais por hábito muito antiquado do que por fundamentada razão, da eficiência e da própria execução das obras que o Governo projecta. Mas todos já deviam saber, tiveram abundantes oportunidades de reconhecer, que os projectos do Governo não são simplesmente ideias; são trabalhos sérios e, como tal, enquanto se não emplantam no terreno, têm de ser cuidadosamente preparados nos gabinetes.

«Quando em princípio de 1952 foi finalmente contratado o estudo das obras portuárias na Ilha de S. Vicente, não foi, não podia ser, com intenção de fazer unicamente mais um projecto, mas com a firme decisão de entrar definitivamente na resolução de um problema falado há muitas dezenas de anos e fundamental para a economia do arquipélago. A solução está achada e já mereceu as indispensáveis aprovações. O apetrechamento do porto de S. Vicente vai ser uma realidade.

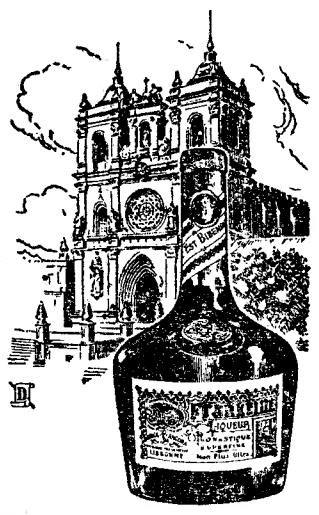
«Conjuntamente se hão-de fazer as obras do porto dos Carvoeiros e da estrada para o Norte de Santo Antão, esperando-se assim contribuir, da maneira mais eficaz, para a valorização do Porto Grande. Mas outras obras estão em execução, entre as quais as de pequena hidráulica agrícola e de fomento florestal e pecuário, segundo planos estudados para as várias ilhas.

Terminou fazendo o elogio do novo governador e desejando-lhe prosperidades no desempenho do seu cargo.

### Fala o novo governador

Falou em seguida o novo governador, que começou por prestar homenagem ao chefe do Estado e ao presidente do Conselho. Dizendo que vem da India, afirmou que o comandante Sarmento Rodrigues «era credor do reconhecimento do País por ter elevado, perante a consciência nacional, o valor do Ultramar como parte integrante da Pátria una e eterna. Eu tive a dita de assistir, na India, á visita de V. Ex.ª de grande sentido histórico e nacional. Sei bem como V Ex.ª representou aí a alma da Pátria ao passar por famosos lugares históricos e ao reviver grandes horas do passado. Pelas palavras, pelas acções e relevantes actos de Governo, aliados a um grande patriotismo, V. Ex.ª muito tem contribuido para o progresso da unidade nacional, material e espiritual».

O orador prometeu em seguida que trabalhará para resolver os problemas políticos, sociais e económicos de Cabo Verde, segundo as directrizes do Governo e terminou manifestando a sua fé na obra nacional em marcha.

"Fradetine"

O melhor e o mais antigo licôr português tipo conventual

FÁBRICA ÂNCORA

FUNDADA EM 1862

Fornecedora da Presidência da República e da Antiga Casa Real

5 GRANDS PRIX · 5 MEDALHAS DE OURO

LISBOA


# A Rússia vai anunciar que destina a energia atómica só a fins pacíficos?

WASHINGTON, 5—Parece recear-se seriamente nos circulos científicos americanos, e nomeadamente nos da Comissão Nacional da Energia Atómica, que a Russia anuncie em breve que destina a energia atómica só a fins pacificos e industriais e que está pronta a deixar que os seus amigos e aliados tirem todas as vantagens das suas descobertas neste capitulo. Afirma-se nos circulos cientificos que tal declaração teria em todo o Mundo uma repercussão psicológica de grande alcance. Uma das consequências poderia ser nomeadamente uma maior influência da U. R. S. S. sobre os seus satelites, entusiasmados pelas perspectivas duma industrialização rápida ou pelos beneficios evidentes da «idade do ouro industrial». As esperanças do Ocidente de ver os satelites da U. R. S. S. afastarem-se de Moscovo ficariam assim altamente enfraquecidas. Segundo certos observadores, a U. R. S. S. interessa-se agora mais pela organização industrial do Mundo comunista do que por uma conferência de Quatro e, assim, Moscovo poderia mesmo tirar partido «da impossibilidade que há em discutir com os Ocidentais» para anunciar ao Mundo comunista a chegada da «era atómica».—(F. P.).

### AS TEMPERATURAS DE HOJE

Temperaturas extremas registadas, hoje em Lisboa, até ás 15 horas: *máxima*, 20°,6; *minima*, 14°,8. No mesmo dia do ano passado: *máxima*, 23°,2; *minima*, 11°,5.

# A participação da Alemanha no plano de defesa da Europa ocidental

LONDRES, 5—«Se tivessemos de fazer frente a uma terceira guerra mundial, não seriamos nós que a tinhamos provocado. Mas se tal calamidade viesse a produzir-se, não combateriamos sozinhos. Temos connosco poderosos aliados e nenhum deles é tão forte como os Estados Unidos»—declarou o marechal conde Alexander de Tunis, ministro da Defesa da Grã-Bretanha.

«No entanto»—acrescentou—«existe ainda uma brecha profunda no conjunto da nossa frente defensiva: a ausência da Alemanha. Não é prudente, nem justo, que uma das principais nações da Europa seja deixada á margem do plano de segurança colectiva e que se lhe recuse, não só o direito de defender o seu próprio território contra uma agressão eventual, mas ainda o de trazer a sua colaboração ás forças comuns de defesa, como ela deseja».

O conde Alexander de Tunis passou a enumerar algumas das armas britanicas mais modernas e disse:—«Quanto á aviação, o «Swift» que é o melhor avião de «caça» do Mundo, entrará dentro de pouco em serviço, seguido de perto pelo «Hunter». Nos blindados, um novo carro de assalto equipado com um canhão de grande calibre e de maior alcance que o do «Centurion», fará em breve a sua aparição. A infantaria disporá duma nova arma anti-tanque, a mais poderosa do Mundo».

Referiu-se, por fim, aos projecteis tele-guiados e disse que durante as experiências até agora feitas, tinham dado resultados altamente prometedores, mas que seria preciso ainda algum tempo antes de se poder chegar a uma produção em massa.—(F. P.).

# Tumultos em Trieste provocados por estudantes

TRIESTE, 5—Grupos de estudantes do liceu abandonaram as aulas e manifestaram-se esta manhã nas ruas do centro da cidade contra os incidentes de ontem. Houve recontros com elementos motorizados da Polícia civil, que carregou sobre os manifestantes com matracas, chegando os «jeeps» a subir aos passeios. Os transeuntes protestaram em vários pontos contra a atitude dos agentes da Polícia, cuja violência lhes pareceu excessiva.

Perto da igreja de Santo António, no centro de Trieste, grupos de rapazes que tinham apedrejado agentes que patrulhavam as ruas em «jeeps», foram perseguidos e, tendo entrado no templo, os polícias foram atrás deles até ao altar-mor, agredindo-os com as matracas. Um dos rapazes, ferido na cabeça, perdeu tanto sangue que caiu inanimado.

Ouvindo barulho da luta, os sacerdotes que estavam na sacristia entraram na igerja, mas foram tratados malcriadamente pelos agentes. Interveio então um oficial aliado para restabelecer a ordem naquele local sagrado. Entretanto, na rua, os veículos da Polícia continuavam as rondas para dispersar os manifestantes. Muitos transeuntes que protestavam contra a violência da acção policial foram molestados e ameaçados com detenção.

E' muito grande a agitação em todas as ruas do centro da cidade.

Por outro lado, a Liga Nacional enviou uma carta ao general Winterton, chefe do governo militar aliado, protestando contra o facto de o acesso á zona A ter sido vedado a diversos autocarros com turistas italianos que pretendiam visitar Trieste depois de assistirem ás manifestações patrióticas de Redipuglia, na fronteira da Itália com a zona.—(F. P.).

# A guerra dos números

Não há duvida de que, nas extracções das lotarias ordinárias, os numeros travam uma verdadeira guerra dentro da esfera: são aos milhares em demanda da saída e a grande maioria jámais consegue libertar-se. Até neste ponto as lotarias populares lhes levam vantagem: as bolas giram á-vontade e saem fácilmente, ao capricho da Sorte. No próximo dia 6 de Novembro, realiza-se mais uma lotaria popular e bem fará o leitor em se habilitar na Casa da Sorte, onde também já estão á venda, ao preço de 2.000$00, os bilhetes da grande lotaria do Natal, com um 1.º Prémio de 10.000 contos.